



ACADEMIA MILITAR

SECÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS: O Sentimento de Segurança na População

**Aspirante Aluno da GNR Infantaria
José Eduardo Ribeiro e Silva Moreira Portugal**

Orientador: Major da GNR Infantaria Rogério Paulo Magro Copeto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2014



ACADEMIA MILITAR

SECÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Aspirante Aluno da GNR Infantaria

José Eduardo Ribeiro e Silva Moreira Portugal

Orientador: Major da GNR Infantaria Rogério Paulo Magro Copeto

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2014

Dedicatória

À minha mãe e,
em especial, ao meu pai.

Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, devido à sua natureza, representa o culminar de exigentes desafios que apenas se poderão superar com o apoio de todos aqueles que acreditam em nós. Assim sendo, deixo aqui, publicamente, expressa a minha estima e consideração.

Ao meu orientador, Major Rogério Copeto, pelo incansável apoio que me deu, pelos conselhos que me forneceu ao longo deste percurso, pela disponibilidade e pelos conhecimentos transmitidos, os quais foram fundamentais na elaboração do presente trabalho.

Ao Coronel Seixas, Comandante do Comando Territorial de Viseu, por me ter recebido da melhor forma e por me disponibilizar todos os meios para a realização dos inquéritos por questionário.

Ao Tenente Coronel Fernandes, 2.º Comandante do Comando Territorial de Viseu, pela forma como me recebeu e pela cooperação que teve desde o primeiro contacto estabelecido.

A todos os militares do Comando Territorial de Viseu, por me fornecerem todas as informações necessárias e pelo tempo dispensado a preencher os inquéritos por questionário, em especial aos militares que fazem parte da Secção de Programas Especiais de Lamego, por me terem elucidado de várias realidades através de conversas informais, disponibilizando-se sempre para tudo o que era necessário.

Não posso deixar de agradecer à minha amiga Miriam, por todo o tempo que despendeu, e pela compreensão e paciência que teve durante esta fase de elaboração do presente trabalho.

À minha camarada Rosalinda Canão, pelo apoio e por me ter ajudado sempre que precisei, quer nesta fase, quer durante o percurso académico.

À minha Mãe e Irmã, pelo voto de confiança que depositaram em mim e pelo apoio incondicional ao longo destes anos.

A todos os meus amigos que me apoiaram e incentivaram em todos os momentos.

A todos aqueles que leram e releram este trabalho, sem os quais muitos equívocos não seriam colmatados.

Ao Tenente-Coronel Pedro Moleirinho, enquanto diretor de curso, pelos conselhos transmitidos, pelo apoio e pela constante disponibilidade.

À Guarda Nacional Republicana e à Academia Militar, pela formação académica e profissional.

A todos vós, o meu muito obrigado!

José Portugal

Resumo

O crime, na sua verdadeira conceção da palavra, afeta a população em geral e, devido à evolução da atuação criminosa, surge a necessidade de o combater.

O sentimento de insegurança é o que mais afeta a população, pois influencia a rotina das comunidades. Assim sendo, a polícia de proximidade, para além de estimular a qualidade de vida dos cidadãos num contacto mais direto e realizar um policiamento mais proactivo, tem o intuito de promover a segurança e o bem-estar na comunidade.

O presente estudo foi aplicado no Comando Territorial de Viseu e pretendeu identificar quais as vantagens e desvantagens do modelo de policiamento de proximidade, se o mesmo é adequado às necessidades dos dias atuais, avaliar a perceção do desempenho dos militares que estão inseridos nas Secções de Programas Especiais, e verificar se estes contribuem para o sentimento de segurança da população.

Inicialmente foi realizada uma análise documental da bibliografia recolhida, tratando alguns conceitos relevantes para a compreensão deste estudo. Numa fase mais avançada, foram analisados os inquéritos por questionário aplicados aos cinquenta militares do Comando supra citado, com o propósito de obter as respostas para as perguntas formuladas, que se encontra assimilado nas conclusões e recomendações.

Como conclusão, o modelo de policiamento de proximidade é vantajoso, pois garante uma aproximação à população, contribui para o aumento da visibilidade perante a sociedade, dá a possibilidade de haver a colaboração com instituições civis e contribui para o aumento do sentimento de segurança da população. Como desvantagens identifica-se a falta de formação, e de meios materiais e humanos.

Palavras-chave: Secção de Programas Especiais, Policiamento de Proximidade, Insegurança e Viseu.

Abstract

The crime, in its true conception of the word, affects the general population, and due to evolution of criminal activity arises the need to fight.

The feeling of insecurity is what most affects the population as it influences the routine of the communities. Thus, the proximity police, besides stimulating the quality of life of citizens in more direct contact and perform a more proactive policing, has the purpose of promoting the safety and welfare in the community.

This study was applied to the Territorial Command of Viseu and wishes to check the advantages and disadvantages of community policing model and adapts to the needs of the present day, to evaluate the perception of the performance from the military who are included in the Sections of Special Programs and verify if they contribute to the sense of security of the population.

Initially, a documentary analysis of some relevant concepts for the understanding of this study was performed. At a later stage questionnaire surveys applied to fifty military Command quoted above in order to get the answers to the aforementioned problem, which is assimilated in the conclusions and recommendations were analyzed.

In conclusion, the model of policing is advantageous because it ensures an approximation to the population, contributes to the increased visibility in society, gives the possibility of collaboration with civil institutions and contributes to the increased feeling of security of the population. As disadvantages identifies the lack of training and material and human resources.

Keywords: Section of Special Programs, Proximity policing, Insecurity and Viseu.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice Geral.....	vii
Índice de figuras	ix
Lista de apêndices e anexos.....	xi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xii
 Capítulo 1 Introdução	 1
1.1. Enquadramento da investigação	1
1.2. Problema de investigação: escolha, formulação e justificação.....	2
1.3. Delimitação da abordagem	3
1.4. Pergunta de partida	3
1.5. Perguntas derivadas	4
1.6. Hipóteses de investigação.....	4
1.7. Objetivos.....	5
1.8. Metodologia.....	6
1.9. Estrutura do trabalho.....	7
 Capítulo 2 Modelos de policiamento	 9
2.1. Sentimento de insegurança	9
2.2. Modelo tradicional.....	10
2.3. Modelo de policiamento de proximidade ou comunitário	12
2.3.1. Modelo de policiamento de proximidade Francófono.....	13
2.3.2. O modelo de policiamento de proximidade na Grã-Bretanha	14
2.3.3. O modelo de policiamento de proximidade em Portugal	15

Capítulo 3 Policiamento de proximidade	16
3.1. Conceito de policiamento de proximidade	16
3.2. Policiamento de proximidade na Guarda Nacional Republicana	17
 Capítulo 4 Secção de Programas Especiais	 20
4.1. Organização da Guarda Nacional Republicana	20
4.2. Programas principais	21
4.2.1. Programa Escola Segura	21
4.2.2. Programa Comércio Seguro.....	23
4.2.3. Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança.....	24
 Capítulo 5 Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação	 26
5.1. Tipo de estudo.....	26
5.2. Amostra.....	27
5.3. Instrumentos e técnicas	27
 Capítulo 6 Apresentação, análise e discussão dos resultados	 30
6.1. Inquérito por questionário dirigido aos militares inseridos nas Secções de Programas Especiais	30
6.2. Inquérito por questionário dirigido aos militares que não estão inseridos nas Secções de Programas Especiais	37
6.3. Discussão dos resultados	44
 Capítulo 7 Conclusões e Recomendações	 46
7.1. Resposta às perguntas derivadas.....	46
7.2. Verificação das hipóteses	48
7.3. Resposta à pergunta de partida	50
7.4. Reflexões finais	51
7.5. Recomendações	52
7.6. Limitações da investigação.....	53
7.7. Proposta de investigações futuras	53
 Bibliografia.....	 54
Apêndices.....	A - 1

Índice de figuras

Figura 1 – Descrição da estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.	A – 2
Figura 2 – Género.	A – 13
Figura 3 – Idade.	A – 13
Figura 4 – Habilitações literárias.	A – 14
Figura 5 – Estado civil.	A – 14
Figura 6 – Tem filhos.	A – 15
Figura 7 – Tempo de serviço na GNR.	A – 15
Figura 8 – Tempo de serviço na SPE.	A – 16
Figura 9 – DTer a que pertence.	A – 16
Figura 10 – Serviço desempenhado antes de integrar a SPE.	A – 17
Figura 11 – Como foi colocado na SPE.	A – 17
Figura 12 – Motivação que leva a pertencer à SPE.	A – 18
Figura 13 – Sabe o que é o policiamento de proximidade.	A – 18
Figura 14 – Pensa que é o modelo mais adequado para o serviço das SPE?.....	A – 19
Figura 15 – Programa que mais gosta de executar.	A – 19
Figura 16 – Formação mais indicada para lidar com estes tipos de problemas.....	A – 20
Figura 17 – Programa mais importante na zona de ação de cada Destacamento.	A – 20
Figura 18 – Trabalho realizado é útil para garantir o sentimento de segurança da população.	A – 21
Figura 19 – Principais dificuldades sentidas no desempenho das funções.....	A – 21
Figura 20 – Programa que apresenta mais debilidades.....	A – 22
Figura 21 – Programa que apresenta maior adesão	A – 22
Figura 22 – Tipo de criminalidade que maior influência tem.	A – 23
Figura 23 – Conhecimento da população relativamente ao serviço desempenhado pela SPE.	A – 23
Figura 24 – Opinião sobre os militares da SPE.	A – 24
Figura 25 – Género.	A – 25
Figura 26 – Idade.	A – 25

Figura 27 – Habilitações Literárias.	A – 26
Figura 28 – Estado Civil.....	A – 26
Figura 29 – Tem filhos.	A – 27
Figura 30 – Tempo de serviço na GNR.....	A – 27
Figura 31 – DTer a que pertence.	A – 28
Figura 32 – Atividade desempenha atualmente na GNR.	A – 28
Figura 33 – Forma como são colocados os militares na SPE.....	A – 29
Figura 34 – Motivação que leva os militares a integrar a SPE.....	A – 29
Figura 35 – Programa que mais gostava de executar se pertencesse à SPE.....	A – 30
Figura 36 – Sabe o que é policiamento de proximidade.....	A – 30
Figura 37 –Modelo mais adequado para o serviço das SPE.....	A – 31
Figura 38 – Já esteve integrado na SPE.....	A – 31
Figura 39 – Se não integrou, gostaria de integrar algum programa no futuro.....	A – 32
Figura 40 – A formação destes militares é a mais adequada.....	A – 32
Figura 41 – Programa mais importante na Zona de Ação do Dter.	A – 33
Figura 42 – Trabalho realizado pelos militares das SPE é útil para garantir o sentimento de segurança da população.	A – 33
Figura 43 – Conhecimento da população sobre do trabalho realizado pela SPE.	A – 34
Figura 44 – Como vê os militares que integram as SPE	A – 34

Lista de apêndices e anexos

Apêndices	A – 1
Apêndice A – Resumo da investigação	A – 2
Apêndice B – Inquérito por questionário dirigido aos militares das Secções de Programas Especiais	A – 3
Apêndice C – Inquérito por questionário dirigido aos militares não integrados nas Secções de Programas Especiais	A – 8
Apêndice D – Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares integrados nas Secções de Programas Especiais	A – 13
Apêndice E – Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares que não integram as Secções de Programas Especiais	A – 25
 Anexos	 B – 1
Anexo A – Estrutura da GNR.....	B – 1

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

APA	American Psychological Association
AM	Academia Militar
CNAP	Confederação Nacional das Associações de Pais
CDF	Comando de Doutrina e Formação
Cfr	Conforme
CO	Comando Operacional
CTer	Comando Territorial
DTer	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
GCPES	Grupo Coordenador do Programa Escola Segura
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipóteses
IPJ	Instituto Português da Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
N.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NPE	Núcleo de Programas Especiais
SPE	Secção de Programas Especiais
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
PTer	Posto Territorial
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPO	Tirocínio Para Oficiais

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento da investigação

A formação de um Oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR) é um processo moroso em que há uma aprendizagem muito vasta de várias matérias específicas e gerais. Este ano, o último da formação, designado por Tirocínio para Oficiais (TPO), tem como meta a execução de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). Este trabalho tem como objetivo conferir competências de investigação, no âmbito das Ciências Sociais, permitindo a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

Com a realização deste trabalho propusemo-nos a analisar o modelo de policiamento usado pelas Secções de Programas Especiais (SPE) na operacionalização dos Programas Especiais de Polícia existentes na GNR.

Desta forma, o presente TIA encontra-se subordinado ao tema “As Secções de Programas Especiais – Sentimento de segurança na população”.

O policiamento de proximidade é abordado, atualmente, como uma nova filosofia e estratégia que permite às Forças de Segurança e à Comunidade trabalharem em conjunto com o objetivo primordial de serem encontradas novas e inovadoras formas de resolver os problemas sentidos por essa Comunidade.

Nos dias de hoje, a participação dos cidadãos deve ser levada mais a sério do que acontecia no passado, pois estes deixaram de ser meros recetores passivos do Estado, tendo-se tornado cada vez mais exigentes e intervenientes em relação ao serviço que lhes é prestado pelas forças de segurança. Desta forma, as forças policiais devem ajustar a sua atuação de acordo com as exigências sociais apresentadas atualmente.

Com esta problemática atual, as “polícias” optaram por adotar uma nova forma de policiamento, fruto do aumento das relações sociais que se têm vindo a transformar nas últimas décadas e, que por conseguinte, deram origem à chegada de novos valores, interesses, expectativas e, como não poderia deixar de ser, a novos conflitos.

Nos termos do n.º 3, do artigo 1º, da Decisão do Conselho da Comunidade Europeia (atualmente denominada de União Europeia), de 28 de Maio de 2001, “a prevenção da criminalidade abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de Políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as causas”. Assim sendo, a GNR, através das Secções de Programas Especiais, “usa” o modelo de policiamento de proximidade para, através da interação com a população, conseguir prevenir as populações minoritárias e informar as mesmas com o intuito de as ajudar a protegerem-se deste tipo de criminalidade.

Neste contexto, surge a necessidade de analisar a atuação destas secções e conseguir perceber se estas estão a conseguir desenvolver as ações necessárias com este público-alvo.

1.2. Problema de investigação: escolha, formulação e justificação

Podemos referir que o policiamento de proximidade é um complemento ao modelo de policiamento aplicado pelas forças de segurança, e tem como objetivo o aumento do sentimento de segurança dos cidadãos, fazendo uso da prevenção e repressão de um tipo de criminalidade específico numa população alvo.

A realização deste trabalho tem como objeto de estudo a SPE, uma estrutura dos Destacamentos Territoriais¹ da GNR. Para melhor limitar o tema, vamos incidir mais especificamente no Comando Territorial² (CTer)³ de Viseu. O principal objetivo deste estudo é conhecer a forma como estas secções são percecionadas pelos militares que estão integrados nas mesmas e que nelas trabalham em regime de exclusividade. Ademais, será também analisada a perceção que os restantes militares que não estão ligados à SPE têm, sendo que são chamados, ainda que muito pontualmente, para desempenhar algumas tarefas relacionadas

¹ O destacamento territorial constitui um escalão eminentemente operacional que agrupa um número variável de Postos, em regra cinco a seis.

² O Comando Territorial é uma Unidade de escalão Regimento, na direta dependência do Comandante-Geral, responsável pelo cumprimento da missão geral da Guarda na sua área de responsabilidade, que compreende um distrito.

³ Consultar Anexo A

com este tipo de atividades.

Pretende-se ainda estudar o modelo de policiamento que é adotado nas SPE e o trabalho por estes desenvolvido no âmbito da prevenção da prática de crimes, com a finalidade de compreender, através do estudo feito aos militares em questão, se estes contribuem para um ambiente de segurança dentro da população.

Inicialmente, idealizou-se realizar a investigação nos DTer de Lamego e Viseu, ambos pertencentes ao CTer de Viseu, no entanto, devido ao reduzido efetivo nas SPE dos dois DTer supramencionados, o estudo foi alargado a todos os destacamentos do mesmo, nomeadamente Destacamento Territorial (DTer) de Lamego, DTer de Mangualde, DTer de Santa Comba Dão e DTer de Moimenta da Beira.

1.3. Delimitação da abordagem

A GNR é constituída por 18 Comandos Territoriais, tendo, para além destes, mais dois nas Ilhas. Para além da grande dispersão que tem a nível nacional, esta também desenvolve uma panóplia de serviços, pelo que escolhemos o Comando Territorial de Viseu para a realização deste estudo.

Este estudo centra-se na análise do modelo de policiamento que é aplicado nas Secções de Programas Especiais do CTer supracitado.

Não existe pertinência na delimitação a nível temporal, pois o estudo desenvolvido cinge-se à opinião dos militares.

Torna-se assim necessário referir que os estudos obtidos são aplicados unicamente neste CTer, sendo que não se pode fazer uma analogia aos restantes CTer do país.

1.4. Pergunta de partida

Tendo como delimitação o assunto explícito no tema da presente investigação, é necessário definir um ponto de partida concreto para que nos seja permitida uma melhor orientação no estudo a fazer, evitando divagações ou desvios do objetivo pensado inicialmente.

Desta forma, é traduzida para uma pergunta de partida aquilo que pretendemos saber com a investigação, pois para as ciências “o seu primeiro momento é o da interrogação, do

questionamento a certas dimensões da realidade” (Almeida e Pinto, 2001, p. 62)

A formulação da pergunta de partida tem que ser pensada, uma vez que deve abarcar todas as variáveis que se pretende investigar, devendo ser “um enunciado interrogativo e não equívoco que precisa os conceitos-chave, específica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 2009, p. 51).

Posto isto, a nossa pergunta de partida tem o seguinte enunciado: *“Quais as vantagens e desvantagens do modelo de policiamento de proximidade utilizado nas SPE integradas no CTer de Viseu?”*.

1.5. Perguntas derivadas

Partindo de uma pergunta de partida que já por ela é ampla, foi necessário dividir o estudo a fazer acerca da temática sob a forma de perguntas derivadas, pois as mesmas “decorrem diretamente do objetivo e especificam os aspetos a estudar” (Fortin, 2009, p. 101), tornando a investigação por várias frentes, todas elas convergentes no mesmo objetivo.

Foram elencadas as seguintes perguntas derivadas:

PD 1 – O modelo de policiamento de proximidade é o mais correto para as SPE do CTer de Viseu?

PD 2 – Qual é a perceção que os militares, que não estão inseridos nas SPE do CTer de Viseu, têm do desempenho dos militares que se encontram a desempenhar funções nesta Secção?

PD3 – Qual é a perceção que os militares do CTer de Viseu, incorporados nas SPE, têm do seu desempenho?

PD4 – Quais são as principais dificuldades sentidas pelos militares que desempenham as funções nas SPE pertencentes ao CTer de Viseu?

PD5 – Qual é o programa executado pela SPE do CTer de Viseu que tem mais adesão?

1.6. Hipóteses de investigação

Atendendo às perguntas derivadas enunciadas, e devido ao conhecimento do tema, antes da investigação são formuladas as hipóteses de investigação, isto é, possíveis respostas às ditas

perguntas. Possíveis respostas porque se traduzem numa expectativa e funcionam como uma orientação para a investigação, sendo suposições admissíveis que tentam solucionar a pergunta de partida, não sendo necessariamente verdadeiras (Sousa e Baptista, 2011).

A investigação servirá para confirmar ou infirmar as hipóteses de investigação levantadas, contribuindo para a posterior formulação correta das respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida, aquando da apresentação da parte empírica.

Tendo presente que as hipóteses de investigação são “(...) proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p. 8), temos as seguintes hipóteses:

H1 – O modelo de Policiamento de Proximidade é o modelo que mais se adapta às SPE do CTer de Viseu.

H2 – O desempenho dos militares que integram as SPE do CTer de Viseu é visto de uma forma positiva pelos restantes militares que desempenham outras funções.

H3 – Os militares que integram as SPE do CTer de Viseu têm uma opinião positiva do trabalho por si desenvolvido.

H4 – A falta de meios humanos e materiais são as principais dificuldades para a execução do serviço das SPE do CTer de Viseu.

H5 – O programa executado pela SPE do CTer de Viseu que tem mais adesão é o programa idosos em segurança.

1.7. Objetivos

No que concerne ao objetivo do estudo, este “indica o porquê da investigação. É um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão. Especifica as variáveis-chave, a população alvo e o contexto de estudo” (Fortin, 2009, p. 100).

Do conjunto dos objetivos deve estabelecer-se uma distinção entre os objetivos gerais e específicos, pois “tanto os objetivos gerais como os específicos permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais” (Sousa e Baptista, 2011, p. 26), permitindo-nos assim traçar o caminho até ao último patamar, o objetivo último.

Desta forma, como objetivo geral desta investigação temos a identificação das van-

tagens e desvantagens do modelo de policiamento de proximidade utilizado nas SPE integradas no Comando Territorial de Viseu.

Relativamente aos objetivos específicos, decorrentes do próprio objetivo geral, enumeramos os seguintes:

- Verificar se o modelo de policiamento de proximidade é o mais correto para as SPE;
- Analisar a perceção que os militares que integram as SPE têm do seu desempenho;
- Analisar a perceção que os militares que se encontram no Comando Territorial de Viseu, que não estão inseridos nas SPE, têm da função desempenhada pelos militares destas Secções;
- Verificar quais são as perceções, anteriormente citadas, que mais se destacam no desempenho das missões das SPE.

1.8. Metodologia

O método científico, característico da investigação em Ciências Sociais, baliza o presente relatório no qual as orientações dadas pela AM ditam toda a sua conceção, através da Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2.^a, de 1 de junho de 2013, sendo completado com as normas da *American Psychological Association* (APA) por remissão do ponto 4.a. do anexo F da referida NEP. Em complemento, e sempre que se mostre necessário, são tidas em consideração as indicações fornecidas por Sarmiento (2013).

Ainda no que diz respeito à redação, foi utilizado o novo acordo ortográfico.

A recolha dos dados foi realizada através de:

- Pesquisa documental;
- Pesquisa bibliográfica;
- Observações diretas;
- Inquéritos por questionário (com tratamento por análise quantitativa).

A fim de alcançar os objetivos definidos para a investigação, encetou-se pelo levantamento do Estado da Arte, recorrendo, para o efeito, à pesquisa e à análise documental em obras ligadas à temática.

Simultaneamente, estabeleceram-se contactos pessoais com profissionais que detêm

conhecimento na área em estudo, na perspetiva de reunir informação pertinente que permitisse delinear uma forma de abordar o problema. Num momento posterior, sustentados na componente teórica, realizámos o trabalho de campo através da aplicação de inquéritos por questionário distribuídos a um conjunto de 50 militares do CTer de Viseu, com vista a conhecer a realidade vivida pelos mesmos (Fortin, 2003).

Assim sendo, foi possível executar um estudo em que se faz a conjugação entre a vertente teórica e a vertente prática, o que nos permitiu responder às perguntas derivadas e, por conseguinte, à pergunta de partida.

1.9. Estrutura do trabalho

Este trabalho encontra-se dividido em sete capítulos⁴, em que os primeiros quatro pertencem à parte teórica e os restantes três capítulos constituem a parte prática.

O presente capítulo corresponde ao primeiro, intitulado Introdução, onde é feita uma apresentação do tema, da sua pertinência, definidos os objetivos do estudo, e quais as metas a alcançar com a realização deste trabalho. É anunciada, também a metodologia utilizada, e dada a conhecer a organização da investigação.

A Revisão da Literatura está presente nos Capítulos 2, 3 e 4 (modelos de policiamento, policiamento de proximidade, e Secção de Programas Especiais, respetivamente). Pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o assunto em análise, pelo que, o primeiro capítulo referido retrata o sentimento de insegurança que a população sente e o modelo de policiamento que antecede o modelo de policiamento de proximidade (o modelo de policiamento tradicional). Ademais, é enquadrada a implementação do modelo de policiamento de proximidade em Portugal, França e Grã-Bretanha. No capítulo seguinte é feita uma reflexão acerca do conceito de policiamento de proximidade e de como este está inserido na GNR. No último capítulo referido é feita uma abordagem às SPE, retratando-se os principais programas que esta secção abarca.

Terminada a revisão de literatura, que coincide com o término da parte teórica, surge a parte com índole prática. No Capítulo 5 (Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação), expomos o método de abordagem ao problema, bem como as técnicas que nos permitiram a recolha de dados. De seguida, no Capítulo 6, fazemos a apresentação, a análise e a

⁴ Ver Apêndice A – Resumo da Investigação.

discussão dos dados recolhidos através dos inquéritos por questionário.

Por fim, são mencionadas as principais ilações obtidas no decorrer desta investigação, bem como algumas recomendações para investigações futuras, no Capítulo 7 (Conclusões e Recomendações).

Capítulo 2

Modelos de policiamento

2.1. Sentimento de insegurança

Atendendo ao significado de segurança segundo Alves (2010, p. 37) “é o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”.

Tendo presente que a segurança é um dos três fins do Estado⁵ e que atualmente vivemos numa sociedade globalizada em que esta ocupa um papel preponderante, cada vez mais os cidadãos exigem do Estado e das Forças de Segurança este direito.

Segundo Oliveira (2006), o Estado e os sistemas de segurança têm que se organizar e adaptar de forma a conseguirem dar resposta às necessidades de segurança dos cidadãos. Neste sentido, Fernandes (2005) considera que a segurança abarca o carácter, a natureza e as condições que levam ao sentimento de tranquilidade, sentimento este que advém da ausência de qualquer perigo.

As sociedades atuais deparam-se com os problemas que são o reflexo dos processos de desenvolvimento que se potencializaram na segunda metade do século XIX, como refere Alves (2013). O aumento do desemprego e da instabilidade financeira presente no país aumentou, conseqüentemente, a delinquência e a insegurança, culminando, assim, no aumento da violência.

Sebastian Roché (2005) associa a insegurança ao aumento de uma nova violência urbana. A emergência de comportamentos antissociais (incivilidades, degradações, atos de vandalismo, carros abandonados na via pública, os *graffiti*, a má vizinhança) tem assumido, nos últimos anos, uma elevada importância. Estes atos têm, particularmente, a ver com uma vivência quotidiana, fazem parte da ordem social da vida diária da população e, grande parte das vezes, os mesmos não são incluídos na ordem jurídica

⁵ Os fins que o Estado se propõe a atingir são o bem-estar, justiça e segurança.

(Rosenbaum, 1998).

A violência é um problema que sempre existiu ao longo da história da humanidade, pelo que exerce uma grande influência nas relações sociais e na vida diária da população. É, pois, um dos problemas que afeta o sentimento de segurança das pessoas (Monjardet *apud* Oliveira, 2006).

Conforme refere Garofalo (1981), a insegurança é entendida como uma restrição à liberdade e provoca problemas na comunidade ao nível da interação da população e ao nível da solidariedade entre a mesma.

O sentimento de insegurança não se resume só às situações referidas anteriormente, depende também da atuação da polícia, ainda que não compita à polícia controlar os medos de cada pessoa, a sua tarefa assume um papel importante no combate da mesma (Vourc'h, 2000).

Desta forma, o serviço policial tem sido ajustado através da implementação de estratégias, com o intuito de combater o sentimento de insegurança sentido pela população, passando pela aplicação de modelos de policiamento que satisfazem as exigências da mesma.

Assim, pretende-se alcançar a segurança global contemplada pelas três dimensões relacionadas com a atividade policial, nomeadamente a segurança pública centrada no Estado, a segurança privada centrada nos particulares e, por fim, a segurança social centrada nas expectativas e necessidades da sociedade atual (Pereira e Santos, 2002).

Para se alcançar e materializar a segurança é preciso definir com exatidão os modelos policiais que dão forma e suporte à mesma. Assim sendo, vamos realizar um estudo dos modelos de policiamento que foram aplicados até aos dias de hoje.

2.2. Modelo tradicional

Para a concretização de um modelo de policiamento é essencial considerar as necessidades que a população apresenta. Partilhando da opinião de Oliveira (2006), é necessário fazer um estudo sobre a realidade que se vive num determinado sistema, devendo haver elementos que estabeleçam entre si relações de interdependência.

Segundo Oliveira (2006), foi no início do século XX que surgiu, nos Estados Unidos da América, um novo modelo de policiamento fruto dos problemas de liderança existentes nas forças policiais, e também devido aos problemas de corrupção existentes nas mesmas. Segundo Herman Goldstein (1979), havia a necessidade de realizar uma transformação na instituição policial, que passava pela criação de procedimentos mais eficazes, uma maior

disciplina, imparcialidade, isenção, profissionalismo e um melhor uso dos meios humanos e materiais.

Fruto das alterações efetuadas, foi possível criar um número de emergência destinado às solicitações da população (Oliveira, 2006), pelo que esta resposta rápida passou a ser a imagem de marca deste modelo, sustentada em três razões, sendo que a primeira consistia no facto de se pensar que a rapidez na resposta às situações era compatível com a detenção dos autores dos ilícitos criminais; a segunda razão está relacionada com a satisfação do cidadão pelo aumento das respostas às solicitações; e, por fim, a terceira razão consistia na rapidez da atuação com o intuito de se conseguir prevenir e minimizar os danos e as injúrias no momento em que ocorriam os crimes ou quando a situação ficava fora de controlo (Bayley, 1998).

Naquela altura acreditava-se que o bom desempenho da atividade policial dependia da resposta que era dada a uma solicitação e do tempo que se demorava a responder à mesma, ou seja, quanto menor fosse o tempo que demoravam a dar resposta ao incidente, mais infalível seria a atuação policial (Bayley, 1998). Por conseguinte, o que ditava a atuação da polícia eram os números de processos-crime resolvidos, o número de denúncias feitas à polícia e, mais uma vez, o tempo que esta demorava a dar resposta às chamadas recebidas (Normandeau e Leighton *apud* Oliveira, 2006).

Durante a II Guerra Mundial, na Europa, as pessoas abandonaram as cidades, ocupando, desta forma, as zonas rurais. Com o término da II Guerra Mundial, as pessoas voltaram a ocupar as cidades destruídas e fixaram-se nas suas periferias. No caso de Portugal não foi tão perceptível este facto como nos países da Europa Central, mas, por outro lado, acabou por se verificar uma situação idêntica com o regresso dos refugiados das ex-colónias e a crescente industrialização do país o que, consequentemente, levou ao aumento das áreas de patrulhamento (Oliveira, 2006). As forças policiais não conseguiram acompanhar este aumento de população e da área de patrulhamento e, como forma de colmatar esta falha, passaram a fazer um maior uso dos veículos, o que originou um maior distanciamento da população (Brattom, 2000).

Por outro lado, o aumento das áreas urbanas, a modernização tecnológica e, apesar de parecer que nada tem a ver com esta situação, mas não menos importante, o telefone ter-se tornado praticamente obrigatório em todas as residências, foram fatores que contribuíram decididamente para o aumento do referido distanciamento. É de salientar que o telefone permitiu que todos os cidadãos passassem a possuir a capacidade de comunicar com a polícia,

deixando desta forma a polícia “escrava do telefone” (Goldstein, 1990, p. 19).

Este modelo de policiamento é um modelo meramente reativo, sendo a parte da prevenção descurada e, conseqüentemente, a resolução de problemas passa a não ser possível (Leitão, 1999).

Apesar do forte investimento feito nas polícias para fazer singrar este modelo, os resultados não foram os esperados, pois as polícias focaram toda a sua atuação para a luta contra os criminosos, deixando de parte o cidadão, e a preocupação com a prevenção do crime (Leitão, 1999). Aqui conclui-se que o tempo de resposta, contrariamente à opinião idealizada até então, não é o mais importante (Bayley, 2006). Como forma de resolver este problema surgiu o modelo de policiamento de proximidade ou comunitário, modelo este que se destaca pela proatividade e proximidade das forças policiais aos cidadãos, em análise no subcapítulo subsequente.

2.3. Modelo de policiamento de proximidade ou comunitário

Este modelo pode ser designado de ambas as maneiras, não havendo diferenças significativas entre os dois modelos, acabando por ser apenas de uma diferença semântica (Oliveira, 2006). No seguimento do trabalho optámos por utilizar a designação de modelo de policiamento de proximidade.

Devido aos acontecimentos registados nas décadas de 60 e 70, e pelo insucesso registado pelo modelo de policiamento tradicional, houve a necessidade de se reconsiderar a atuação policial. Desta forma, tornou-se necessário criar um modelo que aproximasse a população às forças policiais e que permitisse o estabelecimento de parcerias com atores locais, surgindo como resposta ao insucesso do modelo tradicional o modelo de policiamento de proximidade ou comunitário (Fernandes, 2005).

Conforme refere Oliveira (2006), surgem duas novas escolas com esta nova abordagem da atividade policial, nomeadamente a escola Anglo-Saxónica, que era partilhada pelos ingleses, americanos e canadianos e em que foi adotado o conceito de *Community Policing*; e a escola Francófona, que era abordada pelos franceses e pelos belgas, que adotaram o conceito de *Police de Proximité*. Pese embora a abordagem policial seja semelhante em ambos os casos, as táticas usadas eram em certos pontos diferentes. No *Community Policing* há uma partilha de responsabilidades entre as polícias, organizações e os cidadãos, enquanto no *Police de Proximité* a responsabilidade é mais centrada na polícia.

lice de Proximité temos o Estado como ator principal, assumindo todas as tarefas no processo, sem prejuízo da realização de parcerias, e nunca havendo a delegação de competências que lhe cabem por lei (Oliveira, 2006).

O modelo de policiamento de proximidade teve a sua primeira aparição em Inglaterra com a criação da *Metropolitan Police* (Miller [et al.], 2014). Este novo corpo de polícia tinha como características ser uma corporação despersonalizada e burocrática, com o intuito de conseguir reduzir a discricionariedade e a corrupção. Era também fortemente hierarquizada, em que as atribuições eram definidas e existia uma cadeia de comando bem clara, onde os elementos que a constituíam eram instruídos e vocacionados para a prevenção do crime e persuasão dos delinquentes das práticas criminosas.

Os principais objetivos do Policiamento de Proximidade, conforme está referido no Texto de Apoio A do MAI, são melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, aumentar o grau de integração das forças de segurança na comunidade, e melhorar o serviço que é prestado à comunidade. Deste modo, dá-se uma maior ênfase à prevenção em vez da repressão, através da realização de vários acordos de cooperação com instituições civis e com os cidadãos com o intuito de prevenir e antecipar a criminalidade.

De seguida analisaremos como é que este modelo se desenvolveu na França, na Grã-Bretanha e em Portugal, individualmente.

2.3.1. Modelo de policiamento de proximidade Francófono

Inicialmente referimos que o modelo de policiamento de proximidade teve a sua origem em França, no momento em que a ação policial foi posta em causa devido à insegurança que era sentida, sendo acusada de inoperante, abusiva e inadequada. Para dar resposta a este problema, as forças de segurança assumiram uma reestruturação que possibilitou acompanhar a evolução da sociedade (Alves, 2008). Assim, o objetivo primordial do policiamento de proximidade era prevenir a pequena delinquência que começava a surgir nos anos 80.

Consequência do aparecimento deste novo modelo, desenvolveu-se o denominado *îlotage*, que segundo Alves (2013) significa que os agrupamentos ou células sofrem uma individualização operacional, com atribuição do seu patrulhamento a agentes apeados, especializados e permanente. Desta forma, a polícia passa a desenvolver uma interação com a população e direciona os esforços no sentido de ter uma ação de natureza preventiva, intervindo principalmente nas políticas locais. Criou-se um vínculo praticamente “familiar” com

a população em que se intervém de imediato nas pequenas ou grandes tensões do quotidiano.

Nesta altura ainda não se encontravam referências à polícia de proximidade, foi apenas nos anos 90 que o conceito se generalizou. Em 1992 esta já era considerada uma prioridade da polícia urbana. Contudo, só em 1995 é que o conceito de polícia de proximidade foi “aprovado”, por assim dizer, na lei, ocupando, assim, o primeiro lugar nas orientações permanentes da política de segurança (Monjardet, 1996,).

Com o intuito de se pôr em prática este modelo, foram feitos vários estudos como forma de identificarem quais os principais programas a serem elaborados, tendo sido a partir do ano de 2000 que a polícia de proximidade se começou a propagar neste país, atingindo a sua plenitude em 2002.

Conforme Peyefitte (*apud* Fenech, 2001), este modelo francês caracteriza-se por definir cinco objetivos primordiais, sendo estes a territorialização (delimitação de bairros), a responsabilização (necessidade de haver um responsável para cada setor territorial), o sistema de parcerias (enquadramento com os contratos locais de segurança), o serviço público (uma maior interação com a população, dando um sentimento de acolhimento) e, por fim, a polivalência (dos polícias, numa forma generalista).

O modelo de policiamento de proximidade, que surge com o intuito de substituir o modelo tradicional, não se encontra concluído, uma vez que está constantemente a ser melhorado, sendo atualmente aplicado em França.

2.3.2. O modelo de policiamento de proximidade na Grã-Bretanha

Foi em 1979 que John Alderson introduziu a filosofia da polícia comunitária na Grã-Bretanha, sendo que esta assentava na ideia de que a polícia deveria ser entendida como um grande serviço para a comunidade e não como uma força que só se limitava a lutar contra a criminalidade, usando para este fim a ordem pública (Oliveira, 2006).

Este modelo surge com o objetivo de combater a crise de confiança que a população sentia relativamente à polícia, facto este que se verificava devido aos abusos dos polícias contra os estratos sociais mais desfavorecidos, a escândalos relacionados com erros judiciais e com a diminuição da capacidade da polícia fazer face à criminalidade (Fenech, 2001).

O modelo de policiamento de proximidade era feito por equipas constituídas por cinco a dez elementos, coordenados por um chefe de equipa e distribuídos de acordo com as

especificidades da área onde atuavam.

Este modelo defendeu uma aproximação da polícia ao cidadão e a orientação da ação policial no sentido da resolução de problemas da comunidade. Como refere Antunes (2001), este modelo é estabelecido por laços e parcerias entre a polícia e a comunidade num esforço conjunto, com o intuito de inventariar e solucionar um conjunto de problemas que vão desde a prática de crimes até à emergência de incivilidades.

Contudo, há que referir lacunas neste modelo, relacionadas com o efetivo reduzido, poucos poderes e pouca responsabilidade (ausência de responsabilidades face aos órgãos do governo). A imagem apresentada não se revela mais do que a ideia do guarda que anda desarmado e que efetua o seu giro envolvendo uma cultura de aproximação à comunidade (Antunes, 2001).

2.3.3. O modelo de policiamento de proximidade em Portugal

Nos anos 90 verificou-se um aumento significativo das taxas de criminalidade, originando a necessidade de modernização policial a nível político, promovendo o aparecimento do termo de policiamento de proximidade (Valente, 2002).

Em Portugal, o policiamento de proximidade é uma das linhas mestras do Governo, procurando promover a segurança interna, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos. Neste modelo, privilegia-se uma intervenção de proximidade e de natureza preventiva, assentando numa atitude de aproximação ao cidadão ao nível individual e das suas estruturas associativas. Como tal, materializa-se na implementação de novas políticas e práticas de segurança, especialmente com a criação de parcerias entre o Estado e a sociedade, e a contratualização entre o Estado e os poderes locais (Oliveira, 2006).

Segundo Valente (2002), foi o Ministério da Administração Interna que, para além das orientações dadas às Forças de Segurança, estabeleceu também vários programas de segurança orientados para os idosos, crianças e vítimas de crimes, designadas por grupos mais vulneráveis aos fenómenos de insegurança. É pretendido pelo Governo, com esta ideia, alargar a atenção do exercício da atividade policial, tornando-o mais proactivo e preventivo em prol da melhoria da qualidade de vida do cidadão e melhorar, assim, a aceitação das Forças de Segurança por parte da comunidade local, conforme refere Roché (*apud* Oliveira, 2006).

Capítulo 3

Policimento de proximidade

3.1. Conceito de policiamento de proximidade

Segundo Dias (2008), a principal meta que o Policiamento de Proximidade tem em Portugal, tal como acontece em vários países, é reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança na população. Para se realizar este fim procura-se desenvolver parcerias com instituições locais e colocar o cidadão como um interveniente principal na sua própria segurança (Copeto, 2011).

Para Alves (2007, p. 7), proximidade relaciona-se com “as medidas concretas conducentes a manter a paz social, e evidenciar-se não apenas ao nível da visibilidade operacional da força policial (...) mas também no conhecimento e no diálogo contínuo com o cidadão”. Assim, depreende-se que o Policiamento de Proximidade se torna numa “estratégia organizacional que permite às forças de segurança e à comunidade trabalharem em conjunto para conseguirem encontrar formas inovadoras de resolver os problemas sentidos por essa comunidade” (MAI, 1999).

Esta proximidade permite às Forças Policiais recolher informações privilegiadas sobre problemas concretos que só a população pode referir pois são o alvo afetado. Para além de identificar estes problemas, o principal objetivo é prevenir, sendo que para este fim é necessário identificar os focos que os originam, combatendo-os na sua origem com o intuito de cancelar as possibilidades da criminalidade mais violenta se concretizarem (Dias, 2008).

Para se conseguir prosseguir com este programa é necessário que a população adira positivamente ao mesmo. Assim, é essencial que estes estejam sensibilizados para as medidas que vão ser aplicadas com o Policiamento de Proximidade, levando-os a perceber que têm muito a ganhar com a implementação deste programa e que é pretendido que se preserve um bem que a todos diz respeito (Dias, 2008).

Este modelo é viável para o completar do modelo tradicional, que era o modelo usado anteriormente, meramente reativo, pelo que se tornava incompleto e mais falível (Copeto, 2011).

3.2. Policiamento de proximidade na Guarda Nacional Republicana

A GNR é uma Força de Segurança de natureza militar cuja principal missão é garantir os princípios do Estado de Direito Democrático e assegurar a toda a população o exercício do direito à liberdade e à segurança.

As ações policiais decorrem num ambiente operacional típico, existindo um contacto estreito e permanente com a população, podendo surgir diversas formas de ameaças e riscos, o que origina a imprevisibilidade das situações em que uma força tem que atuar (Branco, 2010).

Toda a atividade desenvolvida pela GNR é baseada nas diretivas emanadas pelo Governo, mais especificamente pelo MAI. Desta forma, e com a necessidade de aumentar a eficácia no combate ao crime, o policiamento de proximidade foi anunciado como uma nova filosofia de policiamento a implementar (Valente, 2002).

Como forma de combater a criminalidade, o MAI promoveu a criação de alguns programas dirigidos a um público específico, como já foi referido anteriormente, pelo que, atualmente, as Forças de Segurança não têm somente o papel de prevenção, mas também a missão de incentivar o cidadão a participar e colaborar na sua própria segurança e, consequentemente, na segurança de todos. Para tal, é necessário que os militares consigam dar o exemplo diário de profissionalismo e empenho, levando os cidadãos a acreditar, a confiar e a apoiar o trabalho dos mesmos (Copeto, 2011).

O modelo de Policiamento de Proximidade estabelece-se num conjunto de estratégias organizacionais que propiciam o trabalho conjunto entre a GNR e as demais entidades colaborantes nestes programas, assim como com a comunidade, que assume um papel fundamental através da colaboração com as forças de segurança através de um apoio mútuo, com vista à satisfação e resolução dos problemas locais de segurança (Valente, 2002).

Na GNR, o policiamento de proximidade deu entrada em 1999, ano em que o Comandante Geral identificou os desafios que iriam ser colocados à Instituição, e para os quais seria necessário encontrar respostas (Valente, 2002). Contudo, só um ano depois, em 2000,

é que o Comandante Geral realça que a GNR não deve desenvolver unicamente uma atividade que corresponda aos imperativos legais, devendo promover também a legitimação social de cada atuação (Valente, 2002).

Com a reestruturação orgânica da GNR, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2009, consoante a Lei n.º 63/07, de 6 de novembro, foi criada uma Repartição de Programas Especiais na Divisão de Emprego Operacional, da Direção de Operações do Comando Operacional. Fazendo parte dos DTer, foi criada a SPE, que contém na sua constituição três núcleos, sendo eles o Núcleo Escola Segura, Núcleo de Idosos em Segurança e Núcleo de Comércio Seguro.

Segundo Copeto (2011), este policiamento é desenvolvido pelos militares que estão ligados diretamente a estes programas, pois são estes que estabelecem o contacto com a população e, por conseguinte, com as forças locais, orientando, desta forma, a sua atividade para os problemas, necessidades e expetativas da população.

Na perspetiva de uniformizar os conteúdos e procedimentos no âmbito da intervenção dos militares no policiamento de proximidade e de normalizar o processo de aquisição de conhecimentos por parte dos militares dos Núcleos de Programas Especiais (NPE) pertencentes às SPE, a Direção de Formação de Comando e Doutrina de Formação promoveu a formação de Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social, aprovada por despacho do General Comandante Geral em 3 de novembro de 2010.

A primeira ação de formação foi realizada no dia 14 de maio de 2012, na Escola da GNR, e a seguinte no Centro de Formação da Figueira da Foz, no dia 18 de maio de 2012. Estas opções consideram-se imprescindíveis para a formação e qualificação dos militares das SPE, cumprindo a alínea b), do ponto 7, da Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 3.58, de 6 de abril de 2011 (Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR)⁶.

Consequência da grande dispersão da GNR no Território Nacional existe uma noção mais alargada da realidade nacional, que se constitui como um fator preponderante para a execução dos Programas Especiais, pois permite alcançar as condições para a realização da sua atividade junto dos cidadãos mais vulneráveis.

Segundo Oliveira (2006), um dos objetivos do policiamento de proximidade consiste na atualização das relações existentes entre a polícia e a população, sendo que a prioridade é sempre a comunidade. Para este fim tem que se desenvolver uma estratégia que invista numa política de

⁶NEP n.º 3.58, de 6 de Abril de 2011 (Documento Reservado).

descentralização organizacional; que utilize e localize as patrulhas com vista a facilitar a comunicação, de modo a ser possível resolver os problemas; que dê autonomia aos polícias para que estes consigam ter uma percepção do local mais favorável para desenvolver esta tarefa; e, por fim, que dê apoio à população local, de forma a ser possível resolver os problemas de delinquência (Oliveira, 2006). Não podendo faltar que a atuação deve ser a todos os níveis, integrando todos os elementos da sociedade e não apenas a combinação de novas estratégias (Lisboa e Dias, 2008).

A GNR constata que o policiamento de proximidade é um complemento ao policiamento normal, o que garante o aumento do sentimento de segurança da população. Dessa forma, o Comando de Doutrina e Formação (CDF) e o Comando Operacional (CO) enuncia seis presunções relativas ao policiamento de proximidade, nomeadamente (2012):

- Executar uma ação proactiva, através da prevenção;
- Executar uma ação preventiva, traduzida na presença física nos locais onde se encontra a população mais vulnerável;
- Integrar os sistemas de defesa pública e defesa social;
- Transparência nas suas ações;
- Cidadania;
- Executar uma ação educativa, orientando, aconselhando e advertindo.

Dentro das forças de segurança e em execução encontram-se em curso diversos programas especiais de policiamento de proximidade, os quais vão ser abordados no capítulo seguinte.

Capítulo 4

Secção de Programas Especiais

4.1. Organização da Guarda Nacional Republicana

A GNR, como forma de dar resposta ao que tinha sido exigido pelo MAI (civismo, transparência, proximidade e orientação para os problemas dos cidadãos), criou em 1992 o primeiro programa, designado por Programa Escola Segura, através da portaria conjunta do Ministério da Educação e do MAI, que mais tarde deu origem ao Núcleo Escola Segura.

Este Núcleo apareceu devido às alterações a nível da segurança que têm vindo a ocorrer em Portugal nas últimas décadas, tais como os novos tipos de delitos, tráfico e consumo de drogas e delinquência infantil. Assim sendo, “estes meios, estruturados de forma simples e ágil, foram criados em conformidade com a implementação do primeiro programa especial, o Programa Escola Segura, para dar respostas ao solicitado pela tutela nesse âmbito, tendo assim nascido o Núcleo Escola Segura (NES)” (Copeto, 2011, p. 50).

Com a reestruturação orgânica da GNR, na estrutura dos DTer foi criada a SPE, que, até à entrada da nova Lei Orgânica a 1 de janeiro de 2009 se denominavam Núcleo Escola Segura, passando a denominar-se de Núcleo de Programas Especiais, ficando com as atribuições e missões do seu antecessor, originando, por fim, a SPE em 2010.

A SPE contém na sua constituição três núcleos, sendo eles o Núcleo Escola Segura, Núcleo Idosos em Segurança e Núcleo Comércio Seguro, sendo possível criar outros consoante a necessidade de cada local. Temos então como exemplos de alguns programas especiais o programa Escola Segura, programa Igreja Segura, programa SOS Azulejo, programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, programa Comércio Seguro, programa Transporte Seguro de Tabaco, programa Verão Seguro Algarve Seguro, entre outros. A GNR, no que respeita ao policiamento de proximidade “dedica, em exclusivo, meios e efetivos na operacionalização dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” (Copeto, 2011, p. 50).

Considerando que este tipo de policiamento ganhou uma grande importância, a GNR colocou-o como sendo um dos seus objetivos estratégicos. Este consiste em reforçar

o policiamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, mais especificamente de um público-alvo vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos (Alves, 2012). As SPE são dotadas de recursos próprios, tendo à sua disposição viaturas ligeiras, motos e, “(...) sempre que necessário, são reforçadas e apoiadas pelos efetivos dos Postos Territoriais (PTer) e dos Destacamentos de Trânsito e ainda, pela Unidade de Intervenção, Unidade de Seguranças e Honras de Estado e Escola da Guarda” (Copeto, 2011, p. 51).

Estas têm como competência desenvolver atividades no âmbito dos programas especiais de policiamento de proximidade; promover o contacto próximo com a comunidade local, diligenciando a realização contínua de diagnósticos locais junto da população; desenvolver ações relacionadas com a filosofia do Policiamento de Proximidade e de Segurança Comunitária que venham a ser atribuídas pelos Comandantes⁷.

Assim sendo, e segundo Durão (2008), este tipo de policiamento não se resume só aos militares que integram estes programas, mas sim a todos os militares que praticam a atividade policial.

4.2. Programas principais

Neste subcapítulo serão abordados os três programas principais da SPE, nomeadamente o Programa Escola Segura, o Programa Comércio Seguro e o Programa Idosos em Segurança, estando os mesmos inseridos e executados pelos respetivos núcleos.

4.2.1. Programa Escola Segura

Foi no final da década de 80 que a situação ao nível da segurança nas escolas começou a constituir-se um fator de preocupação, sobretudo devido às incivilidades, à pequena criminalidade e à violência que existia no seu interior e arredores.

Procurando dar resposta a esta situação preocupante, em 1992 foram estabelecidos dois protocolos pelo MAI e Ministério da Educação, em que o primeiro compreendia 18

⁷ NEP n.º 3.58, de 6 de abril de 2011 (Documento Reservado).

escolas pertencentes aos distritos de Lisboa e Setúbal, e o segundo já abrangia mais 28 escolas sediadas nos distritos do Porto e Faro, para além das iniciais referidas. Estes protocolos tinham como principais objetivos o combate, dentro e fora das escolas, aos roubos, agressões, atentados ao pudor e danos sobre a população escolar e os seus bens; evitar ou minimizar o tráfico e o consumo de drogas nas escolas; impedir atos de vandalismo, furtos sobre o património escolar; e impedir a entrada ilegítima de pessoas estranhas às escolas, nas próprias.

A avaliação dos resultados que foram obtidos deu origem à criação do Programa Escola Segura, através do Despacho nº 50/96, de 30 de Setembro, de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, onde se determinava o reforço da atividade das forças policiais nas escolas, o emprego de parte do efetivo das unidades de ordem pública das forças policiais nesta atividade, o reforço de meios materiais utilizados (tais como viaturas, que foram cedidas pelos governos civis e meios de comunicação) e a necessidade de nomear um responsável por este programa a nível nacional e de cada distrito do País.

Foi a primeira vez que se direccionou a atenção para um Programa Especial de Policiamento. Assim, podemos afirmar que as duas grandes linhas de orientação destes programas são garantir as condições de segurança da população escolar e promover comportamentos de segurança junto da mesma.

Em 2003, foi criado o Grupo Coordenador do Programa Escola Segura (GCPES) que consistia num grupo de trabalho plurifacetado com representantes do Ministério da Educação, GNR, PSP, Instituto Português da Juventude (IPJ) e a Confederação Nacional das Associações de Pais (CNAP). Pelo Despacho Conjunto n.º 105-A/2005, de 19 de janeiro, foi extinto o GCPES e houve a estruturação do programa, esclarecendo os objetivos, tendo por base a avaliação efetuada e as conclusões decorrentes da análise da atividade exercida neste âmbito.

Este Despacho foi revogado em 2006, através do Despacho nº 25650/2006, que volta a criar o GCPES, constituído por três representantes do MAI, sendo um da GNR e um da PSP, segundo a alínea a), do artigo 7º.

Em 2010, com a criação da SPE, o Programa Escola Segura passou a desenvolvido pelo Núcleo Escola Segura. Relativamente aos seus objetivos, procura ser um elo de ligação entre as escolas e a GNR; desenvolver ações em todos os estabelecimentos de ensino, com exceção do ensino superior; prevenir atos ilícitos através do contato com as escolas e com os alunos em causa; manter o registo dos estabelecimentos de ensino da sua zona de ação atualizados; e realizar relatórios quinzenais onde se encontrem informações recolhidas no

âmbito da atividade desempenhada pelos militares⁸.

Com o intuito de concretizar estes objetivos, os militares desenvolvem várias ações de sensibilização, empenhando militares especificamente para estas funções.

4.2.2. Programa Comércio Seguro

O programa Comércio Seguro surge através de uma iniciativa do MAI em 1999. Este programa tem como objetivos: a criação de condições de segurança e proteção aos comerciantes; viabilizar uma intervenção imediata das Forças de Segurança nos casos de roubo, furto ou ameaças graves a esta população específica; e desenvolver um sistema de comunicação e gestão de informações que viabiliza a intervenção rápida, permitindo o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade (Dias, 2006).

Assim, pretendia-se conferir maior segurança às atividades comerciais implantadas em certas áreas, no entanto, a flexibilidade com que se encontra concebido permitiu, posteriormente, integrar no seu âmbito outros ramos de atividade para além das puramente comerciais, como por exemplo, empresas prestadoras de serviços e organismos públicos.

Para as Forças de Segurança, o programa implica a adoção de novas formas de patrulhamento dedicado e direcionado, de acordo com a definição estabelecida no protocolo celebrado entre todas as partes envolvidas.

Este programa apresenta uma componente preventiva e uma componente repressiva. A componente preventiva passa pelo estabelecimento de regras de conduta para as várias entidades envolvidas, nomeadamente quanto à adoção de medidas passivas de segurança. A componente repressiva passa pelo desenvolvimento de canais diretos de comunicação (e com o recurso a meios informáticos) entre as várias entidades protocoladas e a entidade policial da área. A existência deste tipo de canais de comunicação permite a sinalização imediata de qualquer ocorrência, o local onde está a ter lugar e, muitas vezes, as características específicas que o incidente possui (assalto, incêndio, entre outras). Uma vez sinalizado, para qualquer incidente que se traduza genericamente numa violação de segurança, é acionada uma resposta policial mais rápida e, desde logo, mais adequada ao tipo de situação, o que

⁸ Cfr. alínea e), do número 4, da NEP n.º 3.58, de 6 de abril de 2011 (Documento Reservado).

permite uma maior eficiência na ação desenvolvida.

Existem algumas particularidades que na génese do programa o diferenciam dos restantes programas ministeriais, logo, a sua aplicação só tem lugar quando existe um interesse manifesto das estruturas representativas dos comerciantes.

Dentro da SPE, os militares que executam este programa têm à sua responsabilidade algumas tarefas, tais como a elaboração de relações com os comerciantes, de forma a conhecer a sua situação e intensificar a proximidade com os mesmos; a realização de ações de sensibilização/informação a este grupo específico para os alertar dos diferentes tipos de criminalidade que incide em maior escala sobre eles; e intensificar o patrulhamento, de forma a garantir as condições necessárias para que estes se sintam apoiados e protegidos (Dias, 2006).

4.2.3. Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança

Este programa, tal como o próprio nome indica, está direcionado para um grupo muito específico da população, aqueles que são afetados pelo envelhecimento, os idosos.

Foi em 1996 que o MAI sentiu uma preocupação acrescida com os idosos, pois estes eram mais vulneráveis, viviam isolados e estavam limitados colocando em risco a sua segurança (Simão, 2009). Segundo Copeto (2011), houve um aumento muito significativo deste tipo de população que é considerado um alvo fácil para as atividades criminosas, pelo que com a criação deste programa se procurou contribuir para o reforço de segurança.

As ações deste programa são definidos através do conhecimento da realidade vivida pelos idosos, sendo que para isto deve ser prestado um apoio personalizado, ou seja, deve ser garantida a segurança e a sensibilização para este grupo para que estes adotem comportamentos que reduzam ou evitem práticas criminosas que possam incidir sobre eles (Copeto, 2011).

Como forma de dar cumprimento a estes objetivos, a GNR reforçou o policiamento dos locais públicos mais frequentados pelos idosos, criou uma rede de contatos diretos entre a GNR e os idosos, e também colabora com outras entidades de apoio. Assim sendo, a GNR promove a sua imagem, tendo uma atuação mais próxima da população, garantindo também as condições de segurança e tranquilidade deste grupo específico da população.

Este trabalho não é desempenhado unicamente pelos militares que estão inseridos nas SPE, estando os mesmos em colaboração com os militares dos Postos Territoriais, sendo

responsáveis por ações relacionadas com o policiamento de proximidade executadas em locais isolados; pela realização de ações de sensibilização e informação; e por visitas e identificação de casos problemáticos (Copeto, 2011).

Durante todo o ano são executadas ações de sensibilização junto dos idosos, quer seja pelo contato pessoal aquando das suas visitas aos locais onde residem os mesmos, quer seja por palestras organizadas pela GNR ou por entidades privadas que pedem a colaboração da GNR. É também realizado pela GNR a distribuição de folhetos com o objetivo de transmitir a esta população certos procedimentos de segurança que devem adotar em determinadas situações, tais como as burlas.

Todos os anos é executada uma operação de sensibilização com o intuito de verificar as condições em que se encontram os idosos e se é necessário ativar outros tipos de ajuda. As SPE têm uma ficha de registo que é preenchida anualmente e que contém informações importantes sobre os idosos, as coordenadas GPS das suas residências, o número de telefone, se vive sozinho, quais são os contatos de emergência que devem ser usados caso seja necessário, qual é o seu estado de saúde e nível de autonomia, se necessita de apoio e qual é a regularidade com que recebe o mesmo.

Estes objetivos não são estanques, visto que cada caso é um caso e as realidades variam de lugar para lugar, quer ao nível de apoio material, quer ao nível do apoio humano. Assim, este programa exige que os militares tenham que se adaptar explorando a necessidade de criar novos objetivos que correspondam à necessidade daquele local. São ainda “alcançados com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas que sobre elas podem incidir.” (Copeto, 2011, p. 6)

O desenrolar desta operação suscitou grande interesse governamental pelas instituições que contactam de perto com esta problemática, pelos Órgãos de Comunicação Social locais e nacionais, bem como pela sociedade civil, sendo considerada uma “boa prática” a desenvolver futuramente (GNR, 2012 a).

Capítulo 5

Trabalho de Campo e Metodologia de Investigação

Efetuada a abordagem teórica, importa agora proceder à investigação de campo, tendo como intuito responder às questões enunciadas no início do trabalho. Desta forma, apuraram-se quais as vantagens do modelo de policiamento de proximidade, bem como a opinião quer dos militares que integram as SPE, quer dos que não integram esta secção, acerca deste tipo de policiamento, averiguando se é funcional, e se é bem vista e apoiada por todos os militares que participam na execução da missão desta Instituição.

No presente capítulo expõe-se a metodologia de investigação, a caracterização da amostra e a apresentação dos instrumentos e técnicas que estiveram subjacentes ao estudo.

5.1. Tipo de estudo

Tendo em conta os objetivos definidos, adequa-se o tipo de investigação que melhor perspetiva os resultados finais a obter, pois ao tipo de estudo *“corresponde um desenho que especifica as atividades que permitirão obter respostas fiáveis às questões de investigação”* (Fortin, 2009, p. 133).

De acordo com Sarmiento (2013), um investigador necessita de fazer um diagnóstico prévio das informações e das variáveis a analisar. Desta forma, o presente trabalho foi encarado e desenvolvido pelo método hipotético-dedutivo, o qual se inicia pela perceção de uma lacuna de conhecimentos, que leva à formulação de hipóteses. Posteriormente, através do processo dedutivo verificar-se-á se essas hipóteses são verdadeiras ou não (Carvalho, 2009).

Classifica-se ainda o presente TIA como um estudo de caso, uma vez que explora um *“(...) fenómeno, limitado no tempo e na ação, onde o investigador recolhe informação detalhada”* (Sousa e Baptista, 2011, p. 64), o que *“proporciona uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo”* (Bell, 2010, p. 23).

5.2. Amostra

A nossa amostra englobou inquéritos por questionário a cinquenta militares do CTer de Viseu, constituído pelos Destacamento Territorial (DTER) de Lamego, DTER de Mangualde, DTER de Santa Comba Dão e DTER de Moimenta da Beira.

A aplicação dos inquéritos por questionário nos Destacamentos Territoriais supra enumerados foi feita a militares que integram as Secções de Programas Especiais e militares que não estão inseridos na mesma.

Foi então pedido a cada DTER que disponibilizassem sete militares que não estivessem afetos ao serviço das SPE⁹, e todos os militares que se encontram inseridos nas SPE¹⁰ para responder ao inquérito por questionário. Concluindo, os inquéritos por questionários foram aplicados a 35 militares que não se encontram inseridos nas SPE e a 15 militares que estão afetos à SPE.

Por vezes, torna-se inviável recolher e analisar dados de todo um universo, quer por escassez de tempo, quer por falta de recursos, sendo necessário recorrer apenas a uma amostra desse (Hill e Hill, 2012), garantindo “que a população inteira que nos interessa esteja representada” (Fortin, 2009, p. 202).

Uma amostra, de acordo com Fortin (2009, p. 202) “é o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno, pelo que a seleção das pessoas a inquirir deve-se ao facto de as mesmas deterem conhecimento teórico, prático e empírico no que concerne ao presente tema sendo, por isso, interlocutores válidos e credíveis (Sousa e Baptista, 2011).

5.3. Instrumentos e técnicas

Através do método mais adequado recolhemos, registámos e analisámos informações válidas e fiáveis para que possamos responder às perguntas inicialmente elencadas (Sarmiento, 2013).

O método hipotético-dedutivo só se pode revelar adequado se forem empregues os procedimentos e técnicas adequadas, pelo que se optou pelo recurso à análise documental e a inquéritos por questionário com tratamento por análise quantitativa, por meio do programa

⁹ Ver Apêndice B – Inquérito por questionário dirigido aos militares das Secções de Programas Especiais.

¹⁰ Ver Apêndice C – Inquérito por questionário dirigidos aos militares não integrados nas Secções de Programas Especiais.

SPSS 22.0.

Para existir uma análise documental é necessário que a jusante exista uma recolha de dados, tornando assim esta última técnica fundamental quer seja “complementando informações obtidas por outras técnicas, seja através da descoberta de novos aspetos sobre o tema ou problema” (Sousa e Baptista, 2011, p. 89), pelo que se levou a cabo uma pesquisa bibliográfica em diversas bibliotecas e estabelecimentos de ensino, com o intuito de sustentar teoricamente o trabalho de campo que se iria desenvolver.

Com a finalidade de se verificarem as hipóteses levantadas e dar resposta às perguntas formuladas na investigação, houve necessidade de recorrer a técnicas qualitativas e quantitativas de recolha de informação, especificamente o inquérito por questionário.

O inquérito por questionário, de acordo com Ghiglione e Matalon (2001), é considerado uma das melhores formas de verificar hipóteses e que, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), confere ao investigador a possibilidade de aceder a dados com um grau máximo de autenticidade e de profundidade.

A razão pela qual se escolheu a aplicação de inquéritos por questionários prende-se com o facto de ser possível quantificar os dados analisados e de se estabelecer uma correlação de análise. O objetivo é obter informação relacionada com as mais diversas áreas, desde pessoais a profissionais, ou qualquer outro tema que tenha interesse para o investigador (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Foi utilizado um inquérito por questionário de aplicação direta, uma vez que este foi distribuído para que fosse o próprio inquirido a preenchê-lo, pois estamos perante uma investigação do âmbito social. Desta forma, e uma vez que o investigador e os inquiridos não interagem em situação presencial, podem-se obter respostas espontâneas, sem qualquer influência da presença daquele (Carmo e Ferreira, 2008), permitindo obter dados com grande objetividade.

Foram construídos dois inquéritos por questionário de forma a adaptarem-se aos dois grupos de inquiridos (militares inseridos na SPE e os que não estão afetos a este serviço). Ambos os inquéritos por questionário são mistos e regem-se por uma estrutura semelhante, sendo um constituído por 23 questões, em que três questões são de resposta aberta e as restantes são de resposta fechada; e o outro constituído por 26 questões, em que cinco são de resposta aberta e as restantes de resposta fechada.

Privilegiou-se a observação indireta para recolher informações orientadoras na construção dos inquéritos por questionário, junto de militares colocados no CTer de Viseu, alcançando as informações pretendidas sem haver da nossa parte uma observação direta dos comportamentos e reações objeto de estudo (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Capítulo 6

Apresentação, análise e discussão dos resultados

No presente capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados do trabalho empírico, especificamente os resultados obtidos através da análise do conteúdo dos inquéritos por questionário.

A análise dos mesmos é um procedimento crucial para alcançar os objetivos do trabalho, procurando através deste processo confirmar ou infirmar as hipóteses que foram levantadas para esta investigação.

Para o tratamento da informação recolhida através dos inquéritos por questionário foram utilizados métodos sugeridos por Hill e Hill (2012), nomeadamente os programas *Microsoft Office Excel* e *SPSS 22.0 for Windows*, de onde se retiraram vários tipos de dados, apresentados com tratamento descritivo e graficamente por meio de quadros, tabelas e figuras.

6.1. Inquérito por questionário dirigido aos militares inseridos nas Secções de Programas Especiais

Tendo presente que foram aplicados inquéritos por questionários a dois grupos diferentes de militares, começaremos por apresentar e analisar os dados obtidos na inquirição aos militares inseridos nas SPE.

Este inquérito por questionário foi aplicado aos militares que integram as SPE no CTer de Viseu, mais especificamente aos cinco Destacamentos Territoriais que fazem parte deste Comando. Assim sendo, foram aplicados a quinze militares pertencentes às SPE destes DTer.

Passando agora para a análise destes questionários¹¹, podemos afirmar que dos quinze

¹¹ Ver Apêndice D – Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares integrados nas Secções de Programas Especiais.

elementos inquiridos, onze são masculinos e quatro são femininos, traduzindo-se em 73,3% masculinos e 26,7% femininos (Q1 – Sexo).

Para fazer a análise das idades (Q2 – Idade) destes militares optámos por colocar as mesmas em intervalos, visto que as idades destes militares variam entre os 31 e os 45 anos. Assim sendo, o primeiro intervalo de idades contempla os 31 aos 35 anos, o segundo intervalo vai desde os 36 aos 40, e o último dos 41 aos 45.

O segundo intervalo, cujas idades estão compreendidas entre os 36 e os 40 anos, foi o que mais elementos abarcou, sendo que ocupa uma percentagem de 53,3%. De seguida aparece o intervalo que engloba as idades desde os 31 aos 35, tendo este grupo uma percentagem de 26,7%, e, por último, aparece o intervalo que abarca as idades compreendidas entre os 41 e 45 anos, abrangendo desta forma 20% da amostra.

Relativamente à terceira questão (Q3 – Habilitações literárias), os militares podiam escolher de entre as hipóteses seguintes: frequência até ao quarto ano, frequência até ao sexto ano, frequência até ao nono ano, frequência até ao décimo segundo ano, frequência do Ensino Superior, obtenção de Bacharelato, obtenção de Licenciatura e, por fim, obtenção de Pós-Graduação/Mestrado.

Através da análise realizada obteve-se que dois militares frequentaram o ensino até ao nono ano, sendo que estes ocupam 13,3% da amostra, onze dos militares inquiridos frequentaram o ensino até ao décimo segundo ano, ocupando desta forma 73,4% do total dos inquiridos e, por fim, dois militares tiraram uma licenciatura, perfazendo os restantes 13,3% da amostra inquirida.

Fazendo o estudo da quarta questão (Q4 – Estado civil), foi pedido aos militares que seleccionassem a opção que se lhes aplicasse, sendo elas solteiros, casados/viver em união de facto, divorciados/separados, e viúvos. Das respostas obtidas nesta questão, 13 militares eram casados e dois eram solteiros. Traduzindo para percentagens, 86,7% dos militares são casados e 13,3% são solteiros.

A próxima questão é referente ao facto dos militares terem filhos ou não (Q5 – Tem filhos?), pelo que 80% dos militares respondeu afirmativamente, enquanto os restantes 20% não têm filhos.

Para analisar a próxima pergunta, entenda-se sexta pergunta (Q6 – Há quanto tempo está na GNR?), os anos foram divididos em grupos, tendo em atenção que a resposta mínima era seis anos e a máxima vinte e cinco. O primeiro grupo vai desde os seis aos dez anos, o segundo grupo vai desde os onze aos quinze anos, o terceiro grupo vai desde os dezasseis aos vinte e, por fim, o último grupo vai desde os vinte e um aos vinte e cinco anos. Tendo

presente os grupos definidos, pela análise das respostas obtidas foi apurado que 46,7% dos militares ocupam o segundo grupo (11-15 anos); 13,3% ocupam o primeiro grupo (6-10 anos); 33,3% ocupam o terceiro grupo (16-20 anos); e, por fim, 6,7% ocupam o último grupo (21-26 anos).

A sétima pergunta é a primeira a divergir do outro inquérito por questionário, uma vez que é específica aos militares que fazem parte das SPE, já que é questionado há quanto tempo fazem parte dela (Q7 – Há quanto tempo está nas SPE?). Mais uma vez, para facilitar o estudo desta questão, as respostas foram agrupadas em anos, sendo a resposta mais baixa um ano e a mais alta mais de 6 anos.

Assim sendo, o primeiro grupo corresponde a um ano, o segundo grupo vai desde dois a três anos, o terceiro vai de quatro a cinco anos, e o último corresponde a mais de seis anos. Relativamente à análise desta questão, concluiu-se que dois militares estão inseridos na SPE há um ano, correspondendo assim a 13,3% da amostra; um militar está inserido no grupo de dois a três anos, correspondendo desta forma a 6,7%; cinco militares ocupam o grupo que vai desde os quatro aos cinco anos, correspondendo assim a 33,3% da amostra; e, por fim, sete estão no grupo de mais de 6 anos, correspondendo desta forma a 46,7%.

A oitava questão (Q8 – A que Destacamento pertence?) surge com o intuito de, posteriormente, se fazer uma comparação entre destacamentos relativamente ao programa mais importante da respetiva zona de ação que cada um identifica. Os cinco destacamentos abordados foram o DTer de Lamego, o DTer de Viseu, o DTer de Mangualde, o DTer de Santa Comba Dão e o DTer de Moimenta da Beira, os quais pertencem ao CTer de Viseu.

Da análise desta mesma questão conseguimos extrair o número de militares que estão inseridos nas SPE em cada Destacamento, assim sendo, o DTer de Mangualde, Viseu e Lamego têm apenas três militares a desempenhar estas funções, o DTer de Moimenta da Beira conta com dois militares para a realização deste serviço e, por fim, o DTer de Santa Comba Dão tem quatro militares a desempenhar estas funções.

Com a nona questão (Q9 – Que tipo de atividade desempenhava antes de integrar a SPE?) obtivemos a informação de que 86,6% dos militares, ou seja, 13 militares, exerciam o serviço de patrulheiro; 6,7% dos militares, que corresponde a apenas um, exercia serviços de secretaria; e igualmente outros 6,7%, isto é, um militar, exercia a função de adjunto de comandante de posto.

Sabendo que estes militares vieram de outras atividades, como acabámos de constatar, questionámo-los acerca da sua atual colocação na SPE (Q10 – De que forma foi colocado na SPE?), tendo para isso as seguintes opções de resposta: por oferecimento, por aceitação

de convite/escolha e, por fim, por imposição (contra a vontade do militar). As respostas obtidas foram que quatro militares foram colocados por oferecimento, correspondendo assim a 26,7% da amostra, enquanto os restantes onze militares foram colocados por aceitação de convite/escolha, perfazendo o total de 73,3%. Constatamos que não há nenhum militar a desempenhar funções nas SPE por imposição.

Tendo presente que nenhum dos militares que pertencem à SPE estão contra a sua vontade, indagámos qual a fonte de motivação (Q11 – Qual é a motivação que o leva a pertencer a SPE?), dando-lhes como opções o facto de ser um trabalho mais específico, integrar um novo serviço, possibilidade de interagir mais com as pessoas, ter um horário mais favorável, estar mais próximo da residência, deixar de efetuar o patrulhamento, deixar o serviço que executava anteriormente, ter maior autonomia na organização e realização do serviço ou ter um maior prestígio na função.

Perante estas hipóteses, cinco militares afirmaram que era para ter um trabalho mais específico, correspondendo a 33,1%; dois referiram que era por ter uma maior interação com as pessoas, correspondendo a 13,3%; três militares declararam que era pelo horário mais favorável, traduzindo-se em 20%; dois militares asseguraram que era pela maior autonomia, correspondendo assim a 13,3%; e os dois restantes asseveraram que era pelo maior prestígio da função, perfazendo também 13,3%.

Sabendo a razão da motivação dos militares no desempenho das suas funções, questionámos os inquiridos sobre qual a tarefa mais apreciada (Q12 – Qual o serviço que mais gosta de executar dentro da SPE?). As respostas variaram entre o patrulhamento nas áreas sensíveis, ações de sensibilização, policiamento no âmbito dos idosos em segurança e patrulhamento nas escolas. Assim sendo, nove militares indicaram que o que mais gostam de fazer são as ações de sensibilização, correspondendo a um total de 60,1%; dois militares apreciam mais o policiamento no âmbito dos idosos em segurança, fazendo um total de 13,3%; igualmente outros dois militares gostam mais do patrulhamento nas escolas, fazendo um total de 13,3%; e, por fim, os dois últimos optaram pelo patrulhamento nas áreas sensíveis, correspondendo aos 13,3%.

Acompanhado da preferência por cada serviço, quisemos também saber a justificação, traduzindo-se numa pergunta aberta sobre o motivo. As respostas foram, maioritariamente, de cariz social, menosprezando a parte pessoal de cada militar, pelo que as respostas passam por maior contacto com a população, interação com pessoas e possibilidade de trans-

mitir conselhos e/ou cuidados de segurança, especialmente ao público mais vulnerável, entenda-se crianças e idosos.

Sendo o tema da presente investigação, questionámos sobre o conhecimento do que consiste o policiamento de proximidade (Q14 – Sabe o que é policiamento de proximidade?), pelo que 100% afirmou saber do que se trata.

Partindo da premissa que os inquiridos estão familiarizados com o policiamento de proximidade, verificámos se os mesmos o consideram o mais adequado (Q15 – Acha que este modelo é mais adequado para o serviço das SPE?). Obtivemos, novamente, unanimidade ao considerarem o modelo o mais adequado, com 100% de respostas positivas.

Havendo os três programas principais desenvolvidos pela SPE, quisemos saber qual deles é o preferido de cada militar (Q16 – Dentro da SPE, qual é o programa que mais gosta de executar?), pelo que as respostas variaram entre o programa idosos em segurança, programa escola segura, e todos (ou seja, os dois anteriores e o programa comércio seguro). Para a maioria dos inquiridos, o programa comércio seguro não merece tanta atenção. Assim sendo, seis militares elegeram o programa idosos em segurança, fazendo um total de 40%, sete militares nomearam o programa escola segura, fazendo um total de 46,7%, e dois militares optaram por todos os programas, fazendo os restantes 13,3%.

Pelo facto dos inquiridos trabalharem diariamente nos programas acabados de enumerar, é de todo proveitoso que tenham recebido a formação necessária para o efeito, surgindo assim a décima sétima questão (Q17 – Considera a sua formação a mais indicada para lidar com estes tipos de problemas?). Apenas um militar referiu que não considera que a sua formação é a mais adequada, correspondendo a 6,7%, enquanto os restantes militares consideram que a formação dada neste tipo de serviço é a adequada, fazendo assim um total de 93,3%.

Dentro dos programas existentes, e colocando de parte as preferências, quisemos saber qual era o programa mais importante na zona de ação do destacamento do inquirido, colhendo nesta questão os frutos das respostas obtidas na questão oito (Q18 – Qual é o programa mais importante na zona de ação do seu Destacamento?). As respostas dos militares variaram, tal como na questão 16, entre programa idosos em segurança, programa escola segura, e todos os programas. Assim, os militares de Santa Comba Dão expuseram que na sua zona de ação os programas que tinham mais adesão e eram mais bem-sucedidos eram o programa escola segura e o programa idosos em segurança. Os militares de Viseu afirmaram que todos os programas eram importantes e que não faziam a distinção entre nenhum, tal como os militares de Mangualde e de Lamego, que não destacaram nenhum programa. Na

zona de ação de Moimenta da Beira, os militares consideraram que o programa que apresentava maior importância era o programa escola segura.

Assim sendo, e fazendo uma análise geral sem fazer a distinção dos Destacamentos, dois militares consideraram que o programa idosos em segurança era o programa que mais importância apresentava, correspondendo a 13,3%; quatro militares consideraram que o programa escola segura era o programa com maior importância, fazendo assim um total de 26,7%; e nove militares, a maioria, afirmaram que todos os programas eram igualmente importantes, não fazendo a distinção de nenhum, perfazendo os restantes 60%.

Com base do exame de consciência de cada um e, muito provavelmente do *feedback* recebido da população, questionámos os militares acerca da perceção da sua contribuição para a população (Q19 – Sente que o seu trabalho é útil para garantir o sentimento de segurança da população?), pelo que todos sem exceção acreditam estar a contribuir para o sentimento de segurança da população.

Querendo averiguar as dificuldades sentidas no desempenho da sua função, apontámos a falta de meios humanos, a falta de meios informáticos, a falta de meios auto/motos, a falta de meios didáticos de apoio, a falta de planeamento das ações, a falta de receptividade por parte das entidades externas à Guarda, a falta de apoio dos comandos diretos para escolha de cada um. Se ainda assim considerassem que não fomos abrangentes o suficiente, era proporcionado acrescentarem outro motivo, o que não aconteceu (Q20 – Quais as principais dificuldades que sente no desempenho das suas funções?). Das respostas obtidas, a maioria considera que a maior dificuldade é a falta de meios humanos, apontada por sete militares, correspondendo a 46,7%. Cinco militares, isto é, 33,3%, indicaram a falta de meios informáticos; dois militares elegeram a falta de meios auto/moto, fazendo um total de 13,3%, e apenas um militar responsabiliza a falta de receptividade por parte das entidades externas à GNR, fazendo assim um total de 6,7%.

Estando já familiarizados com os programas existentes, surge a questão vinte e um com o intuito de identificar o programa com mais debilidades pelas lacunas apresentadas (Q21 – Qual é o programa que apresenta mais debilidades?). No DTer de Santa Comba Dão, os militares responderam que o programa que apresentava maiores debilidades era o programa comércio seguro, tal como o DTer de Mangualde e Lamego. No DTer de Viseu, os programas selecionados pelos militares como os programas com mais debilidades foram o programa idosos em segurança, e o programa comércio seguro.

Assim sendo, fazendo a análise global de todos os militares, independentemente do

Destacamento a que pertencem, doze militares afirmam que o programa que apresenta maiores debilidades é o programa comércio seguro, correspondendo à grande fatia de 80%; dois militares afirmam que todos os programas apresentam debilidades, fazendo um total de 13,3%; e apenas um militar refere o programa idosos em segurança, sendo que corresponde a 6,7%.

Por outro lado, e obstante as debilidades, questionámos qual é o programa que apresenta maior adesão na zona de ação do destacamento (Q22 – Qual é o programa que apresenta uma maior adesão?), não havendo discrepâncias na resposta, em que 100% dos militares apontam o programa escola segura.

Sendo feita a sensibilização através dos programas referidos para a proteção de certas criminalidades, questionou-se qual o tipo de criminalidade que mais preponderância tem na zona de ação de cada destacamento (Q23 – Qual é o tipo de criminalidade que maior influência tem?). Por parte dos militares do DTer de Santa Comba Dão, o tipo de criminalidade mais influente são as agressões e o *bullying*, dando ênfase ao programa escola segura como sendo o mais problemático, já que essa criminalidade é mais frequente nas escolas. Os militares do DTer de Viseu afirmaram que o principal problema são as burlas e os furtos, dando principal relevância ao programa idosos em segurança, já que são o público mais vulnerável a este tipo de situações. Os militares do DTer de Mangualde e do DTer de Moimenta da Beira afirmam, também, que o tipo de criminalidade que assombra mais aquelas zonas são os furtos e os roubos. Por fim, os militares do DTer de Lamego referem que o principal problema relativamente à criminalidade na sua zona de ação é o consumo/tráfico de estupefacientes presentes nas escolas.

Fazendo agora uma análise global desta questão, em que nos referimos aos militares em si e não aos Destacamentos, o tipo de criminalidade que é mais influente são as burlas e os furtos, tendo sido a resposta de oito militares, dando um total de 53,3%; três militares afirmaram que as agressões são os crimes mais frequentes, ocupando desta forma 20%; o consumo/tráfico de estupefacientes foi a resposta dada por três militares, correspondendo a 20%; e, por fim, o *bullying* foi a opção de um militar perfazendo desta forma o total de 6,7%, ainda que este último possa ser enquadrado nas agressões, no entanto, ao tratar-se de uma questão de resposta aberta fomos fiéis às respostas obtidas.

Mantendo a proximidade com a população através dos programas, foi interrogado se grande parte da população teria conhecimento do trabalho levado a cabo pela SPE ou se era apenas algo vago (Q24 – Acha que a população tem conhecimento do trabalho realizado pela

SPE?), pelo que 100% garante que a população mantém-se a par de todo o esforço.

Estando garantido o respeito e reconhecimento por parte da população, resta saber como os outros militares veem os seus semelhantes que desempenham funções nas SPE (Q25 – Na sua opinião, como são vistos os militares que integram as SPE por parte dos outros militares do Destacamento?). Os inquiridos puderam escolher três das seguintes opções: beneficiados por terem um bom trabalho, beneficiados por terem um bom horário, realizam tarefas que realmente servem para combater a criminalidade, têm uma atuação pouco importante para o serviço, não têm lugar em mais lado nenhum, e são militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas.

A maioria dos inquiridos defende são vistos como beneficiados por terem um bom trabalho, correspondendo a 12 militares, o que equivale a 80%. Já nove militares afirmam que os associam ao facto de serem beneficiados por terem um bom horário, correspondendo a 60%, e que são militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas. Uns iguais seis militares referem que realizam tarefas que realmente servem para combater a criminalidade, e que têm uma atuação pouco importante para o serviço, o que representa 40%. Ninguém padece da opinião que não são militares que não têm lugar em mais lado nenhum.

Conhecendo agora as debilidades dos programas e sabendo quais os que têm mais importância para cada zona de ação de cada Destacamento, pediu-se aos inquiridos para enumerarem as melhorias pertinentes para o excelente desempenho das SPE (Q26 – Se considera que as SPE deveriam mudar, indique quais as principais alterações que fazia.). Os militares elencaram as seguintes alterações a efetuar: executar somente o serviço relacionado com a SPE, colocar mais efetivo nas SPE, e dar uma formação específica aos militares inseridos na SPE.

6.2. Inquérito por questionário dirigido aos militares que não estão inseridos nas Secções de Programas Especiais

Este inquérito por questionário foi aplicado aos militares pertencentes ao CTer de Viseu, sendo que a atual amostra não pertence à SPE¹².

Fazendo a análise deste grupo de militares que foi inquirido, temos um total de 35

¹² Ver Apêndice E – Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares que não integram as Secções de Programas Especiais.

militares, em que 34 são masculinos e apenas um é feminina, perfazendo um total de 97,1% militares masculinos e 2,9% militares femininos (Q1 – Sexo).

Tal como se procedeu na análise do inquérito por questionário anterior, foram agrupadas as idades em intervalos para se proceder à análise das idades dos militares (Q2 – Idade). O primeiro intervalo abarca as idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos, o segundo intervalo engloba as idades dos 31 aos 35 anos, o intervalo seguinte tem as idades compreendidas entre os 36 e os 40 anos, o próximo intervalo tem as idades entre os 41 e os 45, o seguinte intervalo engloba as idades entre os 46 e os 50 anos e, por fim, o último intervalo engloba as idades entre os 51 e os 55 anos.

Passando agora para a análise só um militar é que se enquadra no grupo com as idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos, perfazendo 2,9% dos militares; 12 militares estão enquadrados no grupo dos 31 aos 35 anos, sendo que representam um total de 34,3% dos militares; 14 militares estão inseridos nas idades compreendidas entre os 36 e os 40 anos, representando 40% dos militares inquiridos; cinco militares estão enquadrados no grupo que engloba as idades entre os 41 e 45 anos, que constituem 14,2% da população inquirida; um militar encontra-se no grupo dos 46 aos 50 anos, fazendo um total de 2,9%; e dois militares estão inseridos no último grupo, fazendo desta forma um total de 5,7% da população inquirida.

Relativamente às habilitações literárias (Q3 – Habilitações literárias), os militares inquiridos podiam escolher as hipóteses que iam desde a frequência até ao quarto ano, até ao sexto ano, até ao nono ano, até ao décimo segundo ano, do Ensino Superior, Bacharelato, Licenciatura e, por fim, Pós Graduação/Mestrado. Através da análise realizada, identificámos que dois militares tinham a escolaridade até ao sexto ano, o que representa um total de 5,7%; 11 militares frequentaram o ensino até ao nono ano, constituindo assim um total de 31,4% dos militares inquiridos; 21 militares têm a escolaridade até ao décimo segundo ano, perfazendo assim um total de 60%; e apenas um militar frequentou o ensino superior, sendo que representa 2,9% dos militares inquiridos.

Analisando agora a quarta questão deste inquérito por questionário, relativamente ao estado civil dos inquiridos (Q4 – Estado civil), todos responderam que eram casados/viviam em união de facto.

A próxima questão é relativa ao facto dos militares terem ou não filhos (Q5 – Tem filhos?). Nesta questão 33 militares responderam afirmativamente correspondendo a 94,3% do total dos militares inquiridos, pelo que apenas responderam de forma negativa os restantes

dois, perfazendo um total de 5,7% do total dos militares.

Para realizar a análise da questão seguinte voltámos a recorrer ao agrupamento por intervalos, desta vez respeitante a número de anos. Agrupando os anos de serviço dos militares por grupos (Q6 – Há quanto tempo está na GNR?), temos que o primeiro grupo engloba os 6 e os 10 anos de serviço, de seguida temos desde os 11 aos 15 anos, o próximo grupo compreende os 16 aos 20 anos de serviço, o grupo seguinte está compreendido entre os 21 e os 25 anos e, por fim, o último grupo compreende os 26 aos 30 anos. Tendo presente os grupos, dois militares encontram-se no primeiro grupo (6 a 10 anos de serviço), perfazendo um total de 5,7%; 15 militares efetuam o serviço na GNR entre os 11 e os 15 anos (segundo grupo), correspondendo a 42,9%; 13 militares estão no terceiro grupo, ou seja, estão inseridos na GNR entre 16 a 20 anos, fazendo assim um total de 37,1% do total dos militares; um militar apenas está englobado no grupo que corresponde dos 21 aos 25 anos de serviço, perfazendo um total de 2,9%; e, por fim, quatro militares ocupam o último grupo, que compreende os 26 aos 30 anos, sendo que perfazem um total de 11,4% do total dos militares inquiridos.

Este inquérito por questionário foi realizado no CTer de Viseu, sendo que foi aplicado nos seus cinco Destacamentos Territoriais, sendo estes o DTer de Lamego, Dter de Viseu, Dter de Mangualde, Dter de Santa Comba Dão e o Dter de Moimenta da Beira. Para cada Destacamento foi pedido que sete militares que não estivessem inseridos nas SPE respondessem a este questionário (Q7 – A que destacamento pertence?), obtendo assim os 35 militares que foram inquiridos.

Tendo presente o número de militares que foram inquiridos e a que destacamento pertencem, questionámos os mesmos acerca da sua atual tarefa dentro da GNR (Q8 – Que tipo de atividade desempenha atualmente na GNR?). Assim sendo, 30 militares responderam que o serviço que desempenham atualmente é o serviço de patrulheiro, perfazendo um total de 85,7% dos militares inquiridos; dois militares estão empenhados nos serviços de secretaria, correspondendo a um total de 5,7%; um militar é adjunto do comandante de posto, perfazendo um total de 5,7% dos inquiridos; e, por fim, dois militares estão atualmente a desempenhar a função de condutores do Comandante de Destacamento, constituindo os restantes 5,7%.

Estando os inquiridos inseridos noutros locais que não as SPE, quisemos saber se os mesmos sabem como é que se pode ser colocado nas SPE (Q9 – De que forma são colocados os militares na SPE?). Apenas dois militares defendem os militares são colocados nas SPE por oferecimento, correspondendo a 5,7%, enquanto os restantes 33 responderam que os

militares das SPE são colocados por aceitação de convite/escolha, sendo que a estes corresponde um total de 94,3% dos militares inquiridos. Nenhum dos inquiridos partilha a opinião de que os militares são lá colocados por imposição.

Partindo do princípio que todos os militares estão colocados na SPE por livre vontade (uma vez que os inquiridos, na questão anterior, descartaram a hipótese de alguém estar nas SPE contra a sua vontade), questionámos os inquiridos quanto ao que suspeitam ser a motivação que leva os militares a integrar as SPE (Q10 – Na sua opinião, qual é a motivação que leva os militares a integrarem a SPE?). Para este feito, fornecemos as seguintes opções de resposta: ter um trabalho mais específico, integrar um novo serviço, possibilidade de interagir mais com as pessoas, ter um horário mais favorável, estar mais próximo da residência, deixar de efetuar o patrulhamento, deixar o serviço que executava anteriormente, ter maior autonomia na organização e realização do serviço e por fim ter um maior prestígio na função.

Efetuada a análise a esta questão, obtivemos que 11 militares consideraram que a principal motivação é terem um horário mais flexível, que perfaz um total de 31,4%; a segunda maioria, dez militares, indica como motivação o facto de terem um trabalho mais específico, equivalendo a 28,6%; quatro militares pensam que o principal motivo é deixar de efetuar o patrulhamento, sendo que estes equivalem a um total de 11,4%; três militares pensam ser por terem maior autonomia no serviço, perfazendo um total de 8,6%; outros três militares optaram por escolher a opção maior prestígio da função perfazendo um total de 8,6%; dois militares pensam que a principal motivação dos militares é estarem próximos da residência, perfazendo assim um total de 5,7%; um militar optou pela opção de integrar um novo serviço, equivalendo a 2,9%; e, finalmente, outro militar optou pela maior interação com as pessoas, fazendo também um total de 2,9%.

Sabendo que estes militares não estão integrados nas SPE, e existindo essa possibilidade no futuro, indagámos o que cada um gostaria de realizar se essa realidade se proporcionasse (Q11 – Qual o programa que mais gostava de executar se pertencesse à SPE?). A maioria, 16 militares, optaram pelo programa Escola Segura, perfazendo um total de 45,7%; 11 militares optaram pelo programa Idosos em Segurança, equivalendo a um total de 31,4%; três militares optaram pelo programa Comércio Seguro, equivalendo a 8,6%; e um militar respondeu que gostaria de executar todos os programas, correspondendo a este 2,9%. Quatro militares não gostariam de executar nenhum, pelo que se assume através desta informação que não gostariam de pertencer a nenhuma SPE, perfazendo os restantes 11,4%.

A questão seguinte tinha como intuito conhecer a justificação do gosto de cada inquirido manifestado através da sua opção apresentada na Questão 11. As principais respostas

obtidas nesta questão passam pela maior interação com a população, destacando a interação com os jovens e com pessoas que têm muita experiência de vida (fazendo a relação com o programa idosos em segurança); e pela prestação de apoio aos mais desfavorecidos.

Com a décima terceira pretende-se apurar se os militares têm conhecimento do que é policiamento de proximidade (Q13 – Sabe o que é policiamento de proximidade?), sendo de registar que todos responderam afirmativamente.

Estando familiarizados com o conceito, foram convidados a dar a sua opinião sobre o dilema de o modelo referido ser ou não o mais indicado para a realização do serviço das SPE (Q14 – Acha que este modelo é mais adequado para o serviço das SPE?). A maioria, 29 militares, afirma que é o modelo mais adequando, correspondendo a 82,9%, contra os restantes seis, que dizem não ser o mais indicado, perfazendo os restantes 17,1%.

Tendo sido questionado a estes militares se já tinham integrado a SPE (Q15 – Já esteve integrado na SPE?), e obtendo apenas uma resposta positiva, a próxima questão deixa de ter interesse para praticamente todos os inquiridos, pois interrogou-se o motivo da saída (Q16 – Se já integrou, qual o motivo que o levou a sair?). O único militar que já tinha integrado a SPE no passado referiu que tinha abandonado este serviço por motivos de promoção.

O foco vira-se, com a próxima questão, para os militares que não se identificaram com a anterior, pois a décima sétima questão pretende identificar o número de interessados na integração futura numa SPE (Q17 – Se não integrou, gostaria de integrar algum programa no futuro?). A maioria, correspondendo a 22 militares, gostaria de integrar a SPE, o equivalente a 62,9% dos militares inquiridos, enquanto 12 militares não estão interessados, perfazendo um total de 34,3%. Houve um militar que não respondeu, pelo que presumimos que se trate de um caso em que não há uma opinião formada acerca do assunto, por parte da pessoa.

Baseando-se na ideia que possuem, ou mesmo nas informações que possuem por pesquisa, fruto de interesse próprio, quisemos saber se consideravam a formação dos militares inseridos nas SPE a mais adequada (Q18 – Considera a formação dos militares a mais indicada para lidar com estes tipos de problemas?). A maioria dos inquiridos, ainda que esta se traduza em poucos mais de metade dos inquiridos (20 militares), dizem que a formação atual não é a mais adequada, correspondendo a 57,1%. Os restantes 15 militares e, por dedução, 42,9%, responderam afirmativamente.

Ainda que não pertençam a nenhuma SPE, pelo conhecimento que possuem e pelo que se apercebem através do seu trabalho diário, indagámos qual é o programa mais importante na zona de ação de cada Destacamento (Q19 – Na sua opinião, qual é o programa mais

importante na zona de ação do seu Destacamento?). Fazendo a análise por destacamentos, já que a Questão 7 permitiu este agrupamento de dados, e começando pelo DTer de Santa Comba Dão, dois militares referiram que o programa Idosos em Segurança era o mais importante deste destacamento, outros dois defendem que é o programa Escola Segura, ainda outros dois dizem todos serem importantes, e, pela posição oposta, um militar respondeu que não achava nenhum programa importante; relativamente ao DTer de Viseu, três militares afirmaram que o programa mais importante era o programa Escola Segura, igualmente três militares responderam que não consideravam nenhum programa importante, e um militar defendeu ser o programa Idosos em Segurança; no Dter de Mangualde, cinco militares optaram pelo programa Idosos em Segurança, um militar respondeu que o programa Escola Segura era o mais importante, e outro militar afirmou que todos eram importantes; em relação ao DTer de Moimenta da Beira, três militares destacaram que todos os programas eram importantes, dois militares escolheram o programa Idosos em Segurança, e outros dois militares optaram pelo programa Escola Segura; finalmente, no DTer de Lamego, quatro militares acharam que todos são importantes e três militares destacaram o programa Escola Segura.

Fazendo agora a análise global desta questão, não especificando por Destacamentos, dos 35 militares inquiridos, 11 militares consideram que o programa mais importante é o programa Escola Segura, correspondendo um total de 31,4%; dez defendem ser o programa Idosos em Segurança, equivalente a 28,6%; dez militares optaram por escolher todos os programas como igualmente importantes na sua zona de ação; e quatro militares não destacaram nenhum programa, referindo que nenhum programa tem importância.

A próxima questão é realizada com o intuito de perceber se os militares que não estão inseridos nas SPE consideram que o trabalho realizado dentro destas secções é útil para o sentimento de segurança da população (Q20 – Sente que o trabalho realizado pelos militares inseridos na SPE é útil para garantir o sentimento de segurança da população?). Podendo ser de esperar uma maioria maior, justificado, talvez, pelo facto destes militares não terem pleno contacto com o trabalho que é realizado nas SPE, apenas 24 militares responderam que consideram o trabalho executado pelas SPE útil para garantir o sentimento de segurança da população, perfazendo um total de 68,6%, contra os 11 militares que defendem o contrário, correspondendo 31,4%.

Ainda no âmbito da população, foi questionado aos militares se consideravam que a população tem conhecimento do trabalho realizado pelas SPE (Q21 – Acha que a po-

pulação tem conhecimento do trabalho realizado pela SPE?). A maioria, 20 militares, acredita que a população não tem ideia do que os militares integrados nas SPE fazem de facto, equivalendo a 57,1%, enquanto os restantes 15 consideram que a população tem conhecimento, nem que seja de alguma parte, correspondendo aos restantes 42,9%.

Podendo admitir-se que a população não tenha tanta noção do trabalho realizado pelos militares integrados nas SPE, os inquiridos, também eles militares, ainda que não estejam integrados nessas seções têm uma melhor perspetiva do que é levado a cabo diariamente pelos ditos militares. Com todos os seus conhecimentos vão formando uma opinião acerca, opinião essa que quisemos saber, surgindo a vigésima segunda questão (Q22 – Na sua opinião, como vê os militares que integram as SPE?). Para a resposta colocámos a disposições seis opções: beneficiados por terem um bom trabalho; beneficiados por terem um bom horário; realizarem tarefas que realmente servem para combater a criminalidade; ter uma atuação pouco importante para o serviço; não ter lugar em mais lado nenhum; serem militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas.

Das opções à escolha a mais frequente foi o facto de estes militares terem boa capacidade para lidar com as pessoas, o que faz sentido, uma vez que desenvolvem trabalho junto da população. Esta opinião é defendida por 23 militares, equivalendo a 65,7% dos inquiridos. As duas seguintes mais frequentes foram o benefício por terem um bom trabalho e o benefício por terem um bom horário, com uma frequência de vinte militares, traduzindo-se em 57,1% desta amostra. Contudo, e ainda que seja algo positivo, 15 militares afirmaram que as tarefas realizadas por estes militares realmente servem para fazer face à criminalidade, o que indica que são apenas benefícios, representando assim um total de 42,9% da amostra total. Existe ainda um pequeno grupo de militares que não dão importância ao trabalho desempenhado pelos militares integrados nas SPE, pelo que cinco militares referem que estes têm uma atuação pouco importante para o serviço (representando 14,3% dos inquiridos) e dois afirmam que estes militares não têm lugar em mais lado nenhum (equivalente aos restantes 5,7%).

A última questão é de resposta aberta e tem como objetivo saber a opinião dos militares no que diz respeito a mudanças que estes acham que as SPE devam sofrer (Q23 – Se considera que as SPE deveriam mudar, indique quais as principais alterações que fazia.). Nesta questão, grande parte dos inquiridos não respondeu, no entanto, para os que responderam, as melhorias mais apontadas foram integrar este serviço com as patrulhas, de forma a torná-lo mais prestável; garantir que os militares que estão inseridos nas SPE não fazem mais nada para além desse serviço; realizar um curso específico para se integrar esta secção;

e, por fim, aumentar o efetivo.

6.3. Discussão dos resultados

Através do estudo destes inquiridos por questionário foi possível perceber que os militares que integram as SPE já se encontram neste serviço há alguns anos, o que pode ser um aspeto positivo, pois já estão enquadrados com o serviço que têm que desempenhar e conseguem ter uma maior confiança com as pessoas.

Verifica-se que os militares que estão inseridos nesta secção foram colocados por aceitação de convite/escolha e as principais motivações que regem os mesmos são o facto de este serviço ser específico, ter um maior contacto com a população, em específico com um público mais vulnerável. A percepção que os militares que não estão inseridos nas SPE têm relativamente à colocação dos militares que integram as SPE é que estes são colocados por aceitação de convite/escolha.

É possível também concluir que os programas que mais interesse têm em ser executados, tanto pelos militares das SPE, como pelos militares que não integram esta secção, são o programa Escola Segura e Idosos em Segurança.

Tanto os militares que estão inseridos nas SPE, como os militares que não estão inseridos nesta secção têm a noção do que é o policiamento de proximidade e no que este consiste, e afirmam que este é o programa mais adequado para este tipo de serviço.

Relativamente à formação que estes militares têm, é possível afirmar-se que, de acordo com as respostas dadas pelos mesmos, é a mais adequada para o cumprimento da missão. Já os militares que não integram estas secções afirmam que a formação dada aos militares das SPE não é a mais indicada, no entanto, não se figuram como os mais entendidos nesta temática, já que apenas um dos inquiridos deste grupo integrou em tempos uma SPE e tem conhecimento da formação.

As principais vulnerabilidades expostas por estes militares incidem na falta de meios humanos e materiais.

No que concerne ao programa que menos adesão tem indicamos o programa Comércio Seguro.

De acordo com as respostas obtidas dos militares que estão inseridos nas SPE, a população tem conhecimento do seu trabalho, no entanto, esta opinião não é partilhada pelos

militares que não estão inseridos nas SPE.

A opinião que os militares têm dos restantes militares que integram a SPE não é, de todo, a melhor, sendo que apesar de considerarem que estes estão a ser beneficiados, também concordam que os mesmos têm uma boa capacidade para lidar com a população.

Capítulo 7

Conclusões e Recomendações

Com a realização do presente TIA procurou-se verificar se o modelo de policiamento atualmente utilizado nas SPE é o mais correto, tendo como objetivo responder à pergunta de partida ***“Quais são as vantagens e desvantagens do modelo de policiamento de proximidade utilizado nas SPE integradas no CTer de Viseu?”***.

Após a recolha da informação teórica sobre a temática em questão e do tratamento dos dados recolhidos através das entrevistas e dos questionários, obtiveram-se as respostas à pergunta de partida e às derivadas.

Desta forma, neste capítulo verificam-se as hipóteses formuladas anteriormente, confirmando ou infirmando as mesmas, com base nas informações obtidas pela aplicação do inquérito por questionário. A par desta verificação são apresentadas as respostas às perguntas derivadas, que vão de encontro aos objetivos traçados.

São expostas reflexões finais a que chegámos, e enumeradas as limitações sentidas ao longo da elaboração de todo o trabalho. No final serão apresentadas algumas propostas para investigações futuras.

7.1. Resposta às perguntas derivadas

Relativamente à primeira pergunta derivada, ***“O modelo de policiamento de proximidade é o mais correto para as SPE do CTer de Viseu?”***, conclui-se que de facto é o mais adequado. Sabendo que a principal meta que o Policiamento de Proximidade tem em Portugal, tal como acontece em vários países, é reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança na população, vai de encontro às ações que a SPE leva a cabo por meio de vários programas de sensibilização e prevenção contra a criminalidade junto do público mais vulnerável.

Esta proximidade dá uma capacidade às Forças Policiais de recolher informações privilegiadas sobre certos problemas concretos, que só a população pode referir pois são o alvo

afetado. Ainda que identifique estes problemas, o principal objetivo é prevenir a população dos mesmos, sendo que para este fim é necessário identificar os focos que os originam, combatendo-os na sua origem com o intuito de cancelar as possibilidades da criminalidade mais violenta se concretizarem, tornando este modelo numa estratégia organizacional que permite às forças de segurança e à comunidade trabalharem em conjunto.

No que respeita à segunda pergunta derivada, **“Qual é a perceção que os militares, que não estão inseridos nas SPE do Cter de Viseu, têm do desempenho dos militares que se encontram a desempenhar funções nesta Secção?”**, conclui-se que não é, de todo, a melhor, visto que estes apontam que quem executa as suas funções nas SPE estão lá devido ao horário mais favorável e de forma a livrar-se do serviço de patrulhamento. Apesar de pensarem desta forma, consideram que estes conseguem ter um papel no combate à criminalidade que ocorre contra a população mais vulnerável e que têm uma boa capacidade para lidar com as pessoas.

Face à terceira pergunta derivada, **“Qual é a perceção que os militares do CTer de Viseu, incorporados nas SPE, têm do seu desempenho?”**, concluímos que a opinião formada pelos militares do seu próprio trabalho se baseia essencialmente em *feedbacks* que recebem da população. A população acompanha o trabalho por eles realizados e consideram-se seguras devido ao mesmo, havendo apenas a ressalva de outros militares que não estão integrados nas SPE que estão céticos em relação ao trabalho desenvolvido, acreditando que não é de todo útil para garantir o sentimento de segurança.

No que respeita à quarta pergunta derivada, **“Quais são as principais dificuldades sentidas pelos militares que desempenham as funções nas SPE pertencentes ao CTer de Viseu?”**,

Segundo a NEP n.º 3.58, de 6 de abril de 2011 (Documento Reservado), que orienta o funcionamento das SPE, a constituição mínima por Destacamento é de sete militares, sendo que no caso deste CTer há, no máximo, quatro elementos, o que confirma a dificuldade a nível de recursos humanos.

Quanto aos recursos materiais, é justificada a lacuna a este nível por se verificar a falta de meios informáticos e falta de meios auto/moto.

Relativamente à quinta pergunta derivada, **“Qual é o programa executado pela SPE do CTer de Viseu que tem mais adesão?”**, concluiu-se que é o programa escola segura. Devido aos vários protocolos estabelecidos com escolas o programa Escola Segura é aquele que mais atividades desenvolve no seio da SPE. Um outro fator associado a esta elevada adesão está relacionado com a receptividade do público-alvo, as crianças e jovens, que têm

mais disponibilidade para aderir e interagir com as iniciativas da GNR.

7.2. Verificação das hipóteses

As respostas às questões de investigação serão dadas tendo em conta os resultados obtidos a partir da parte teórica e dos questionários, confirmando ou infirmando as hipóteses pré-estabelecidas.

Relativamente à Hipótese 1, **“O modelo de Policiamento de Proximidade é o modelo que mais se adapta às SPE do CTer de Viseu.”**, é confirmada com as respostas à Questão n.º 15 do inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE, e com as respostas à Questão n.º 14 do inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram SPE.

No primeiro caso obteve-se 100% de respostas positivas, e no segundo caso uma grande maioria, representada por 82,9% dos inquiridos.

No que respeita à Hipótese 2, **“O desempenho dos militares que integram as SPE do CTer de Viseu é visto de uma forma positiva pelos restantes militares que desempenham outras funções.”**, é infirmada pelas respostas à Questão n.º 25 do inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE, e pelas respostas à Questão n.º 22 do inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram SPE.

No primeiro inquérito por questionário referido, a maioria dos inquiridos defende que os militares que não integram estas secções os veem como beneficiados por terem um bom trabalho, correspondendo a 12 militares, o que equivale a 80%; nove militares afirmam que os associam ao facto de serem beneficiados por terem um bom horário, e que são militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas, correspondendo a 60%; e seis militares referem que têm uma atuação pouco importante para o serviço, o que representa 40%.

Ainda que ninguém padece da opinião que não são militares que não têm lugar em mais lado nenhum, apenas seis militares acreditam que pensem algo mais positivo, referindo que realizam tarefas que realmente servem para combater a criminalidade, que equivale a 40%.

Contudo, nem todos têm a opinião anteriormente demonstrada, pois a opção que obteve uma maior adesão foi que estes militares têm boa capacidade para lidar com as pessoas, na opinião de 23 militares, que perfaz um total de 65,7% dos inquiridos.

Relativamente ao inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram

SPE, vinte inquiridos consideram que estes militares são beneficiados por terem um bom trabalho e que são beneficiados por terem um bom horário, correspondendo assim a 57,1% dos inquiridos neste questionário.

Apenas 14,3% da amostra, o que corresponde a cinco militares, refere que estes têm uma atuação pouco importante para o serviço e 5,7% desta amostra considera que estes militares não têm lugar em mais lado nenhum, tendo sido estas duas as respostas mais negativas para os militares que integram as SPE.

No que concerne à Hipótese 3, **“Os militares que integram as SPE do CTer de Viseu têm uma opinião positiva do trabalho por si desenvolvido.”**, é confirmada pelas respostas às Questões n.º 19 e 24 do inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE, e pelas respostas às Questões n.º 20 e 21 do inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram SPE.

Esta opinião positiva do seu próprio trabalho deve-se ao reconhecimento que sentem da população, em que no inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE se obteve 100% de concordância quanto ao sentimento de segurança garantido pelo seu trabalho para a população, e quanto ao facto da população ter conhecimento do trabalho realizado diariamente por eles.

Por outro lado, os militares que não estão integrados nas SPE, e talvez por isso sem tanto conhecimento de causa, vinte e quatro consideram o trabalho executado pelas SPE útil para garantir o sentimento de segurança da população, perfazendo um total de 68,6% da amostra, contra os onze que não consideram o mesmo (31,4%); e a maioria da amostra tem a percepção que a população não tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelas SPE, especificamente vinte militares, que equivale a 57,1%, enquanto apenas quinze militares acreditam que acompanha o trabalho realizado, correspondendo a 42,9%.

A Hipótese 4, **“A falta de meios humanos e materiais são as principais dificuldades para a execução do serviço das SPE do CTer de Viseu.”** é confirmada pelas Questões n.º 8 e 20 do inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE. Estas questões não foram incluídas no inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram SPE por estes não estarem aptos a responder, pelo que aqui apenas se considera o primeiro inquérito por questionário referido.

Sabendo que o inquérito por questionário foi aplicado a todos os militares integrados nas SPE do CTer de Viseu, o seu total corresponde ao número de efetivos. Correlacionando o facto de a SPE ter como referência um efetivo total de sete a dez militares com o número inquiridos por cada destacamento, verificamos que o máximo num destacamento são quatro

militares.

Desta forma, o DTer de Mangualde, Viseu e Lamego têm apenas três militares, o DTer de Moimenta da Beira conta com dois militares, e o DTer de Santa Comba Dão tem quatro militares, o que representa uma falha a nível dos recursos humanos.

Relativamente aos resultados obtidos com a Questão n.º 20, sete militares, que se traduz na maioria da amostra, consideram que a maior dificuldade é a falta de meios humanos, correspondendo a 46,7%. A segunda maioria, cinco militares, isto é, 33,3%, indicaram a falta de meios informáticos como dificuldade; e dois militares elegeram a falta de meios auto/moto, fazendo um total de 13,3%, que corresponde à falta de meios materiais.

No que diz respeito à Hipótese 5, **“O programa executado pela SPE do CTer de Viseu que tem mais adesão é o programa idosos em segurança.”**, é infirmada com as respostas à Questão n.º 22 do inquérito por questionário dirigido aos militares integrados nas SPE. Tal como no caso anterior, também para esta verificação não se inclui inquérito por questionário dirigido aos militares que não integram SPE pelas mesmas razões, já que por não pertencerem não conseguiriam saber qual o que tem maior adesão, no máximo sabem qual o programa mais importante na zona de ação do seu destacamento.

O programa executado pela SPE que tem mais adesão é o programa escola segura, com 100% de certeza dos inquiridos.

7.3. Resposta à pergunta de partida

Após toda a análise feita, resultados demonstrados e respostas oferecidas, está-se em condições de responder à pergunta de partida, **“Quais as vantagens e desvantagens do modelo de Policiamento de Proximidade utilizado nas SPE integradas no CTer de Viseu?”**.

Com o estudo obtido dos inquéritos por questionário realizados aos militares do CTer de Viseu, podemos concluir que a opinião global destes militares é que o modelo de Policiamento de Proximidade é o mais correto e eficaz para o serviço das SPE.

Contudo, há algumas lacunas a colmatar para que este modelo seja aplicado na sua plenitude. Podemos começar por referir a falta de efetivo que estas secções apresentam. Segundo a NEP que regula o funcionamento das SPE, cada Dter deve ter no mínimo 7 militares a desempenhar este tipo de função, sendo que não se verifica neste CTer. Outra lacuna que se verifica é o facto dos militares que integram esta secção não estarem adstritos a nenhum núcleo em específico, desempenhando funções em todos, o que faz com que não se consigam

aperfeiçoar em nenhum.

Podemos também considerar uma lacuna o facto dos militares que não estão inseridos nas secções terem uma ideia um tanto afastada da realidade relativamente ao serviço realizado na SPE. Para a grande maioria, os militares que desempenham funções nas SPE apenas estão inseridos nessa secção para deixarem de executar o serviço tido como normal (patrulhamento) e para usufruírem de um horário melhor. Estas questões criam uma tendência de desvalorização do serviço executado por estes militares.

Concomitantemente com a falta de efetivo, foi possível constatar que as SPE apresentam um grande défice a nível de meios materiais, sendo que estes são inadequados ou insuficientes para o desenrolar da atividade.

Outra das questões importantes que se podia ver melhorada, reside nas funções desempenhadas por estes militares, uma vez que, tal como se pode verificar anteriormente, devido à falta de efetivo nos DTer e PTer, estes elementos acabam por desempenhar funções que se desassociam do serviço das SPE, desde o integrar a escala de graduado de serviço, ao apoio no atendimento ao público e serviço de secretaria. Desta forma, é possível concluir que os militares das SPE deveriam desempenhar apenas as funções inerentes das SPE, podendo, desta forma, dedicarem-se exclusivamente aos problemas relacionados com esta vertente, de modo a obterem melhores resultados.

Um dos fatores que leva a que este modelo não seja bem aplicado é o facto de não haver uma adesão total por parte da população. Existe ainda a falta de colaboração entre os militares afetos às SPE com os restantes militares.

Abordando agora os pontos positivos deste modelo, podemos referir que o serviço executado pelos militares das SPE tem uma grande visibilidade por parte da população, visto que a proximidade com a população é um dos requisitos deste modelo, contribuindo para uma melhor imagem da GNR perante a sociedade. Para além da imagem, e, mais importante ainda, com esta proximidade consegue-se proporcionar um maior sentimento de segurança junto das populações mais vulneráveis, que são o público-alvo dos militares que integram as SPE.

7.4. Reflexões finais

Com a realização deste trabalho, conseguimos observar que os militares que não integram as SPE do CTer de Viseu têm uma ideia difusa de como é que esta secção funciona.

Das respostas dadas em algumas das perguntas realizadas no inquérito por questionário aplicado a estes militares, podemos observar que muitos não têm noção do que é realizado dentro destas secções, nem como é que se organizam.

Os militares das SPE, no seu dia-a-dia, deparam-se com algumas dificuldades, tais como a acumulação de funções, o grande número de solicitações, o desempenho de funções em todos os núcleos (dado que não estão afetos a nenhum dos núcleos, têm que dar resposta às solicitações dos três núcleos (Núcleo Escola Segura, Núcleo Idosos em Segurança e Núcleo Comércio Seguro) e o reduzido efetivo que apresentam.

De acordo com as respostas fornecidas pelos militares, todos consideram o modelo de policiamento de proximidade o modelo que mais se adapta a este tipo de serviço, devido à proximidade com a população, conseguindo identificar os principais problemas da zona de ação destas secções.

O presente estudo refere-se única e exclusivamente aos militares do CTer de Viseu, anunciado aquando a delimitação da investigação e ao longo da parte prática, não podendo ser feita a relação da análise destes dados com a realidade dos restantes CTer.

7.5. Recomendações

Consideramos necessário que, para ir de encontro às necessidades das pessoas, que são o “alvo” principal do policiamento de proximidade, recomenda-se que seja fornecida uma formação específica direcionada para este tipo de policiamento. Propõe-se também que os militares que integram estas secções fiquem adstritos a um único núcleo para poderem tornar-se especializados no mesmo.

Recomenda-se ainda que a GNR proporcione um melhoramento dos recursos materiais, de modo a promover uma maior eficácia das SPE. É ainda de salientar que, no que respeita à motivação e autoiniciativa dos militares, face às dificuldades que ultrapassam, revelam uma atitude louvável, denotando-se profissionalismo no que fazem e inovando nas

suas ações.

Por fim, é totalmente imperativo que haja um aumento do efetivo destas seções.

7.6. Limitações da investigação

Este trabalho apresenta, desde logo, uma grande limitação, que consiste no curto período de tempo que nos é cedido para a sua elaboração. No que respeita a pesquisa bibliográfica, houve dificuldade em encontrar uma grande diversidade de livros ou outros materiais, uma vez que a bibliografia é exígua, em especial na GNR, pois não têm desenvolvido trabalho nesta área, o que dificulta o enriquecimento da parte teórica.

Outra limitação subjacente ao trabalho deve-se ao facto do quantitativo utilizado na presente amostra ser reduzido e longe do desejável, pois pode afetar a representatividade da população em estudo. A vasta zona de ação da GNR também se apresenta como uma limitação, dado que nos dificulta os deslocamentos ao CTer em estudo.

Inicialmente, existiu uma clara falta de conhecimento do investigador na área, que acabou por ser colmatada durante a revisão bibliográfica.

7.7. Proposta de investigações futuras

Relativamente ao tema, existiriam mais aspetos a abordar que seriam interessantes para a investigação, e que poderiam ser alvo de investigações futuras, nomeadamente a formação que é dada aos militares que estão inseridos nas SPE.

Considera-se pertinente que se alargue este estudo ao nível nacional para se conseguir ter uma noção de como estão constituídas estas secções e quais as suas limitações. Deve também alargar-se o âmbito do estudo e aplicar os inquéritos por questionário a instituições civis que trabalham em conjunto com esta secção de forma a garantir a segurança da população.

Outro assunto que pode ser abordado em investigações futuras e que pode trazer frutos para a instituição é o problema do *ciberbullying* que ocorre, atualmente, nas escolas, bem como as formas que estão disponíveis para o combate ao mesmo.

Bibliografia

Livros

- Almeida, João Ferreira, e Pinto, José Madureira (2001). “Da teoria à investigação empírica: Problemas metodológicos gerais” in Silva, Augusto Santos, e Pinto, José Madureira (Coord.), *Metodologia das Ciências Sociais*. (2ª Ed.). Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 55-78.
- Alves, A. (2007). *O Dilema Polivância-Especialização*, Revista da Guarda Nacional Republicana
- Alves, A. (2010). *Introdução à segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana
- Alves, A. (2013). *Emergência de uma SOCIOLOGIA DA POLÍCIA*. Lisboa: Revista da GNR.
- Alves, C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana.
- Antunes, Dias. (2001) “*Liberdade, Cidadania e Segurança*”, Coimbra, Almedina.
- Bayley, D. & Skolnick, J. (2006). *Community policing issues and practices around the world*. Washigton. D.C: United States of America: Criminal Justice.
- Bayley, D. (1998). *What Works in Policing*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação*. (5.ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana: Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Bratton, W. J., Dennis, N., Griffith, W., Mallan, R., John, O., & Charles, P.(1998) *Zero Tolerance: Policing a free society*. Londres: IEA.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico – “Saber-fazer” da investigação para as dissertações e teses*. (2ª Ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Copeto, R. (2011, Janeiro–Março). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*. 48–54.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- DIAS, J. (2006). *Memorando, Sistema Colectivo de Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana, 3ª Repartição.

- Durão, S. (2008). *Patrulha e proximidade, uma etnografia da polícia de Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Lisboa, M. e Dias, A. T. (2008). *Organizações e Meio Envolvente: o caso do Policiamento de Proximidade*. VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero, Acabar com a Criminalidade e a Violência, Mem Martins*. Editorial Inquérito.
- Fernandes, L., (2005). *Sun Tzu: a arte (e a ciência) da Polícia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação: Da conceção à realização*. (5ª Ed.). (N. Sagueiro, Trad.). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas.
- Garofalo, J. (1981). *The Fear of crime: causes and consequences*. The Journal of Criminal Law and Criminology, 72 (2).
- Ghiglione, R., e Matalon, B. (2001). *O Inquérito, Teoria e Prática*. (4ª Ed.). Oeiras: Celta.
- Goldstein, H, (1979), *Improving policing: A Problem Oriented Approach*. In Reiner, R. (coord.) the International Library of criminology, criminal justice and penology. Vol. I, Darmouth
- Goldstein, H. (1990). *Problem oriented policing*. New York: McGraw Hill.
- Hill, M., Hill, A. (2012). *Investigação por questionário*. (2ª Ed.). Lisboa: Edições Silabo.
- Leitão, J., (1999). *Causas da Proximidade Policial – II*. Revista Polícia Portuguesa. Novembro-Dezembro, n.º 120, 3-6.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la Police: sociologie de la force publique*. Paris: éditions la découverte.
- Oliveira, J., (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Pereira, Quatorze e Santos, Paulo (2002). *Uma abordagem aos modelos policiais*. Revista da Guarda, Edição nº4 Julho.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. (J.M. Marques, M. A. Mendes, M. Carvalho, Trad.). (5ª Ed.). Lisboa: Gradiva Publicações, S. A. (Trabalho original publicado em 1995). (Escrita original em francês).
- Roche, S. (2005). *Police de proximite*. Paris: Editions du Seuil.
- Rosenbaum, D., (1998). *The Changing Role of The Police. Assessing the Current Transition to Community Policing*. In Brodeur, J., (Coord.). How To Recognize Good Policing: Problems and Issues. California: SAGE.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de*

teses. Lisboa: Editora Universidade Lusíada.

Simão, J. (2009). *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal - Estudo de caso do projeto “Apoio 65 □ Idosos em Segurança” na zona intramuros de Elvas*. Lisboa: ISCPSI.

Sousa, M., e Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios - segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor

Valente, A. J. C. (2002). *Policiamento de Proximidade: O exemplo da GNR de Coimbra, Força de Segurança e Investigação Científica – Um Espaço de Reflexão*. Coordenação de Queirós, C. M. L., Lisboa, MAI, p.141-211.

Vourc’h, C., (2000). *Policiamento de Proximidade. Conferência Internacional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Municipal.

Sites consultados

Dias, A. (2008). Organizações e meio envolvente: o caso do “Policiamento de Proximidade”. Retirado: Maio, 14, 2014, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>.

GNR. (2012a). “Censos Sénior” – Resultados. Retirado: Maio, 10, 2014, de http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r_vz24r05n/016vpvn5/a16vpvn5_qr5p4vpn1&fonte=noticias&id=720.

GNR (2012b) “Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária”. Retirado: Maio. 15, 2014, de: [//gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241t4nzn5](http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/241t4nzn5)

Miller, L., Hess, K. e Orthamann C., (2014). *Community Policing: Partnerships for Problem Solving*. Retirado: Junho, 23, 2014, de <http://books.google.pt/books?id=2BtAAwAAQBAJ&pg=PA90&dq=Issues+in+Communiy+Policing&hl=ptPT&sa=X&ei=ZgrnU7icMqOP0AXqIHgCA&ved=0CDcQuwUwAA#v=onepage&q=Metropolitan&f=false>.

Legislação

Assembleia da República. (2007). *Lei n.º 63/2007*, de 6 de novembro (Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 1.ª Série, n.º 213.

Guarda Nacional Republicana (2011). Norma de Execução Permanente n.º 3.58, do CO/DO, de 6 de abril de 2011 (Documento Reservado).

Apêndices

Apêndice A

Resumo da investigação

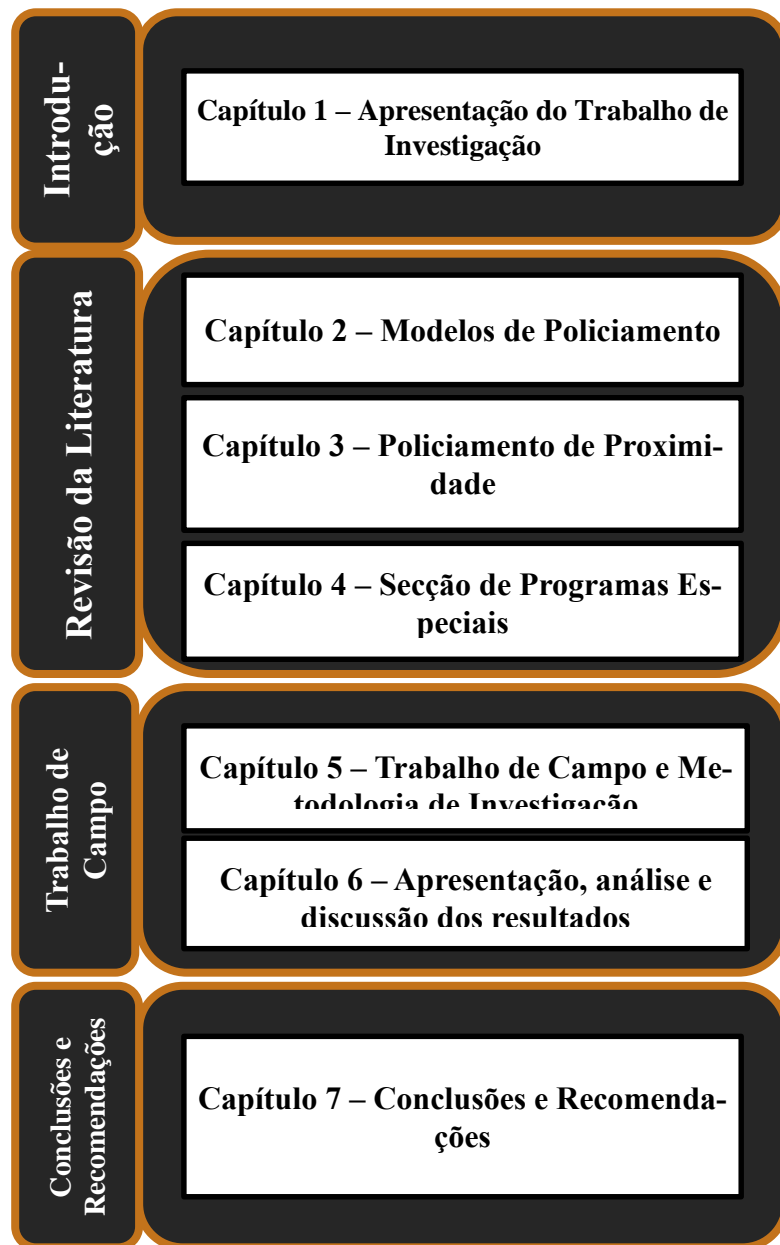


Figura 1 – Descrição da estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.

Apêndice B
Inquérito por questionário dirigido aos militares das Secções de
Programas Especiais

O presente Inquérito por questionário destina-se a um trabalho no âmbito do XIX Tirocínio para Oficiais da Guarda Nacional Republicana e tem como objetivo conhecer a perceção que os militares que estão inseridos nas SPE têm do seu serviço.

Para cada questão assinale com uma cruz a sua resposta e nas respostas abertas procure não ultrapassar os limites estabelecidos.

Os dados são anónimos e confidenciais. Agradeço a sua colaboração.

1. Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

2. Idade: _____

3. Habilitações literárias

☐ Até 4.º ano

☐ Até 6.º ano

☐ Até 9.º ano

☐ Até 12º ano

☐ Frequência do Ensino Superior

☐ Bacharelato

☐ Licenciatura

☐ Pós-graduação/Mestrado

4. Estado Civil

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado ou a viver em união de facto
- ☐ Divorciado ou separado
- ☐ Viúvo

5. Tem filhos?

Sim ☐ Não ☐

6. Há quanto tempo está na GNR? _____

7. Há quanto tempo está nas SPE? _____

8. A que Destacamento pertence? _____

9. Que tipo de atividade desempenhava antes de integrar a SPE?

10. De que forma foi colocado na SPE?

- ☐ Oferecimento
- ☐ Aceitação de convite / escolha
- ☐ Imposição (contra o interesse do militar)

11. Qual é a motivação que o leva a pertencer a SPE?

- ☐ Ter um trabalho mais específico
- ☐ Integrar um serviço novo
- ☐ Possibilidade de interagir mais com as pessoas
- ☐ Horário favorável
- ☐ Proximidade da residência
- ☐ Deixar de efetuar o patrulhamento
- ☐ Deixar o serviço que realizava anteriormente
- ☐ Maior autonomia na organização e realização do serviço
- ☐ Maior prestígio da função
- ☐ Outro. Qual? _____

12. Qual o serviço que mais gosta de executar dentro da SPE?

13. Porquê?

14. Sabe o que é policiamento de proximidade?

Sim ☐

Não ☐

15. Acha que este modelo é mais adequado para o serviço das SPE?

Sim ☐

Não ☐

16. Dentro da SPE, qual é o programa que mais gosta de executar?

17. Considera a sua formação a mais indicada para lidar com estes tipos de problemas?

Sim ☐

Não ☐

18. Qual é o programa mais importante na Zona de Ação do seu Destacamento?

19. Sente que o seu trabalho é útil para garantir o sentimento de segurança da população?

Sim ☐

Não ☐

20. Quais as principais dificuldades que sente no desempenho das suas funções?

- ☐ Falta de meios humanos
- ☐ Falta de meios informáticos
- ☐ Falta de meios auto/moto
- ☐ Falta de meios didáticos de apoio
- ☐ Falta de planeamento das ações
- ☐ Falta de recetividade por parte das entidades externas à Guarda
- ☐ Falta de apoio dos comandos diretos
- ☐ Outros. Quais? _____

21. Qual é o programa que apresenta mais debilidades?

22. Qual é o programa que apresenta uma maior adesão?

23. Qual é o tipo de criminalidade que maior influência tem?

24. Acha que a população tem conhecimento do trabalho realizado pela SPE?

Sim ☐

Não ☐

25. Na sua opinião, como são vistos os militares que integram as SPE por parte dos outros militares do Destacamento? (Assinale as três opções mais importantes)

- ☐ Beneficiados por terem um bom trabalho
- ☐ Beneficiados por terem um bom horário
- ☐ Realizam tarefas que realmente servem para combater a criminalidade
- ☐ Têm uma atuação pouco importante para o serviço

☐ Não têm lugar em mais lado nenhum

☐ São militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas

26. Se considera que as SPE deveriam mudar, indique quais as principais alterações que fazia:

Apêndice C

Inquérito por questionário dirigido aos militares não integrados nas Secções de Programas Especiais

O presente inquérito por questionário destina-se a um trabalho no âmbito do XIX Tirocínio para Oficiais da Guarda Nacional Republicana e tem como objetivo conhecer a perceção que os militares que não estão inseridos nas SPE têm deste serviço e dos militares que trabalham diariamente nesta Secção.

Para cada questão assinale com uma cruz a sua resposta e nas respostas abertas procure não ultrapassar os limites estabelecidos.

Os dados são anónimos e confidenciais. Agradeço a sua colaboração.

1. Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

2. Idade: _____

3. Habilitações literárias

☐ Até 4.º ano

☐ Até 6.º ano

☐ Até 9.º ano

☐ Até 12º ano

☐ Frequência do Ensino Superior

☐ Bacharelato

☐ Licenciatura

☐ Pós-graduação/Mestrado

4. Estado Civil

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado ou a viver em união de facto
- ☐ Divorciado ou separado
- ☐ Viúvo

5. Tem filhos?

Sim ☐ Não ☐

6. Há quanto tempo está na GNR? _____

7. A que Destacamento pertence? _____

8. Que tipo de atividade desempenha atualmente na GNR?

9. De que forma são colocados os militares na SPE?

- ☐ Oferecimento
- ☐ Aceitação de convite / escolha
- ☐ Imposição (contra o interesse do militar)

10. Na sua opinião, qual é a motivação que leva os militares a integrarem a SPE?

- ☐ Ter um trabalho mais específico
- ☐ Integrar um serviço novo
- ☐ Possibilidade de interagir mais com as pessoas
- ☐ Horário favorável
- ☐ Proximidade da residência
- ☐ Deixar de efetuar o patrulhamento
- ☐ Deixar o serviço que realizava anteriormente
- ☐ Maior autonomia na organização e realização do serviço
- ☐ Maior prestígio da função
- ☐ Outro. Qual? _____

11. Qual o programa que mais gostava de executar se pertencesse à SPE?

12. Porquê?

13. Sabe o que é policiamento de proximidade?

Sim ☐

Não ☐

14. Acha que este modelo é mais adequado para o serviço das SPE?

Sim ☐

Não ☐

15. Já esteve integrado na SPE?

Sim ☐

Não ☐

16. Se já integrou, qual o motivo que o levou a sair?

17. Se não integrou, gostaria de integrar algum programa no futuro?

18. Considera a formação dos militares a mais indicada para lidar com estes tipos de problemas?

Sim ☐

Não ☐

19. Na sua opinião, qual é o programa mais importante na Zona de Ação do seu Destacamento?

20. Sente que o trabalho realizado pelos militares inseridos na SPE é útil para garantir o sentimento de segurança da população?

Sim ☐

Não ☐

21. Acha que a população tem conhecimento do trabalho realizado pela SPE?

Sim ☐

Não ☐

22. Na sua opinião, como vê os militares que integram as SPE? (Assinale as três opções mais importantes)

- ☐ Beneficiados por terem um bom trabalho
- ☐ Beneficiados por terem um bom horário
- ☐ Realizam tarefas que realmente servem para combater a criminalidade
- ☐ Têm uma atuação pouco importante para o serviço
- ☐ Não têm lugar em mais lado nenhum
- ☐ São militares que têm boa capacidade para lidar com as pessoas

23. Se considera que as SPE deveriam mudar, indique quais as principais alterações que fazia:

Apêndice D

Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares integrados nas Secções de Programas Especiais

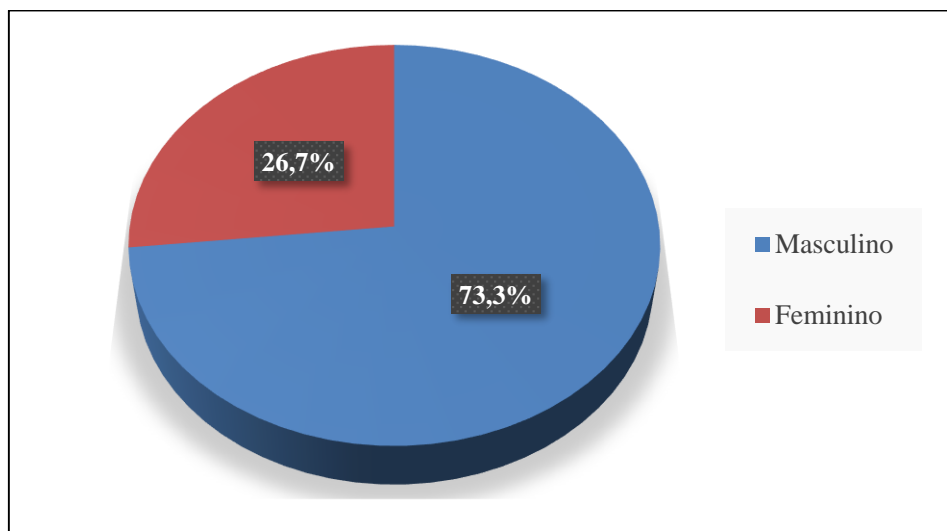


Figura 2 – Género.

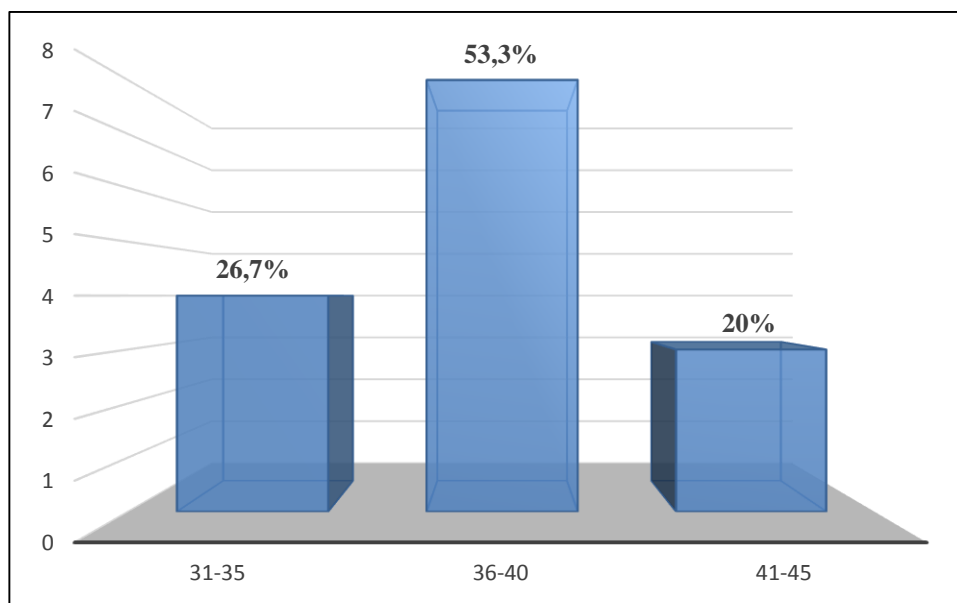


Figura 3 – Idade.

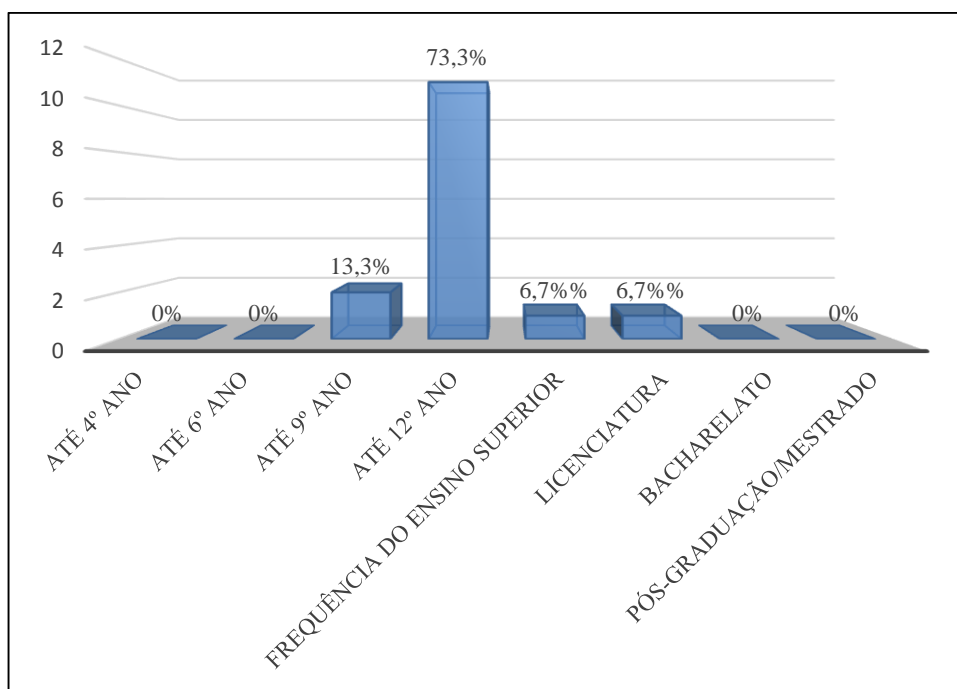


Figura 4 – Habilitações literárias.

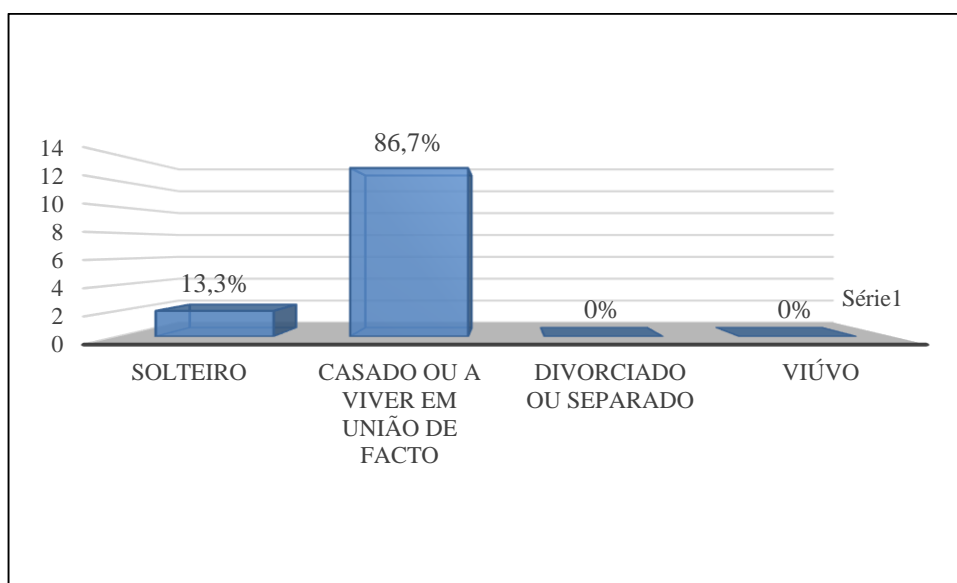


Figura 5 – Estado civil.

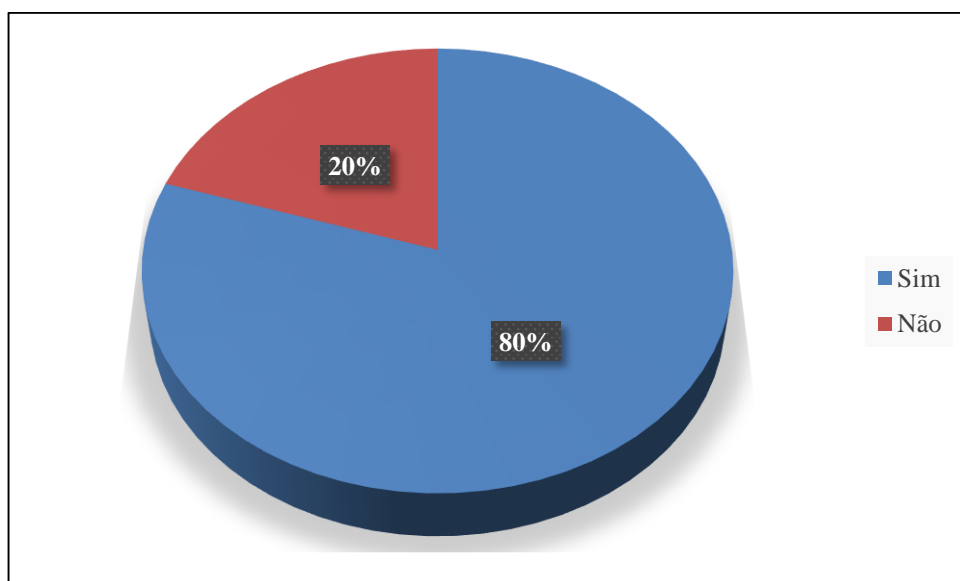


Figura 6 – Tem filhos.

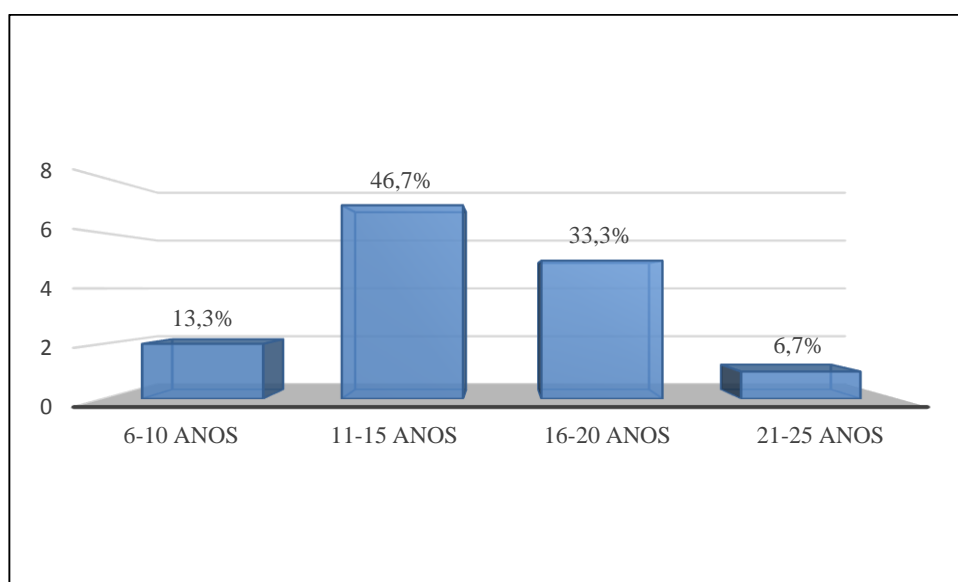


Figura 7 – Tempo de serviço na GNR.

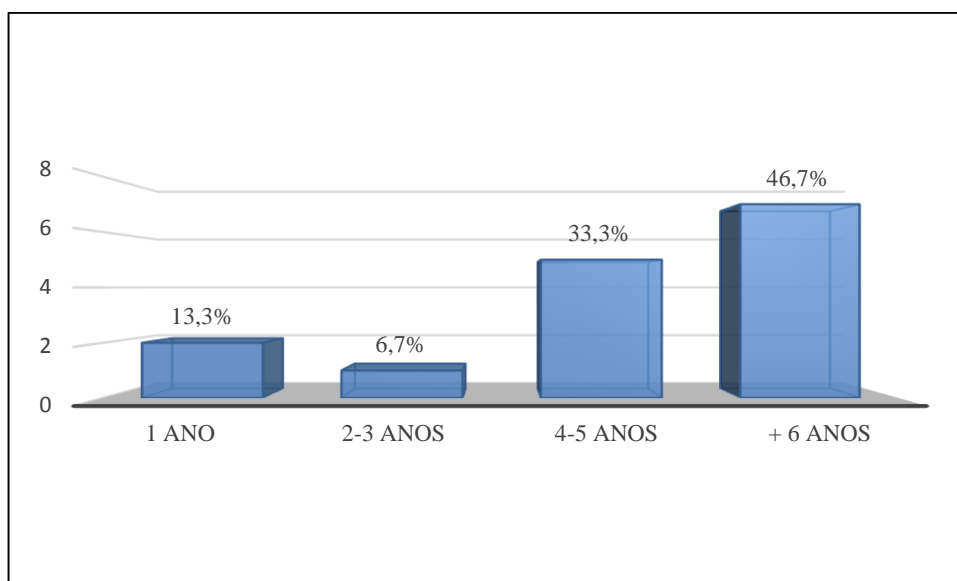


Figura 8 – Tempo de serviço na SPE.

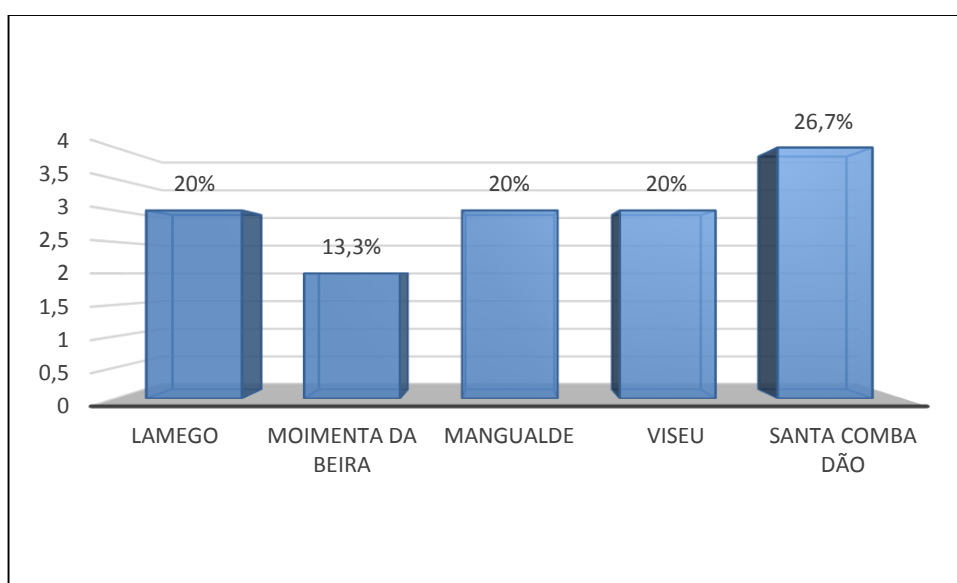


Figura 9 – DTer a que pertence.

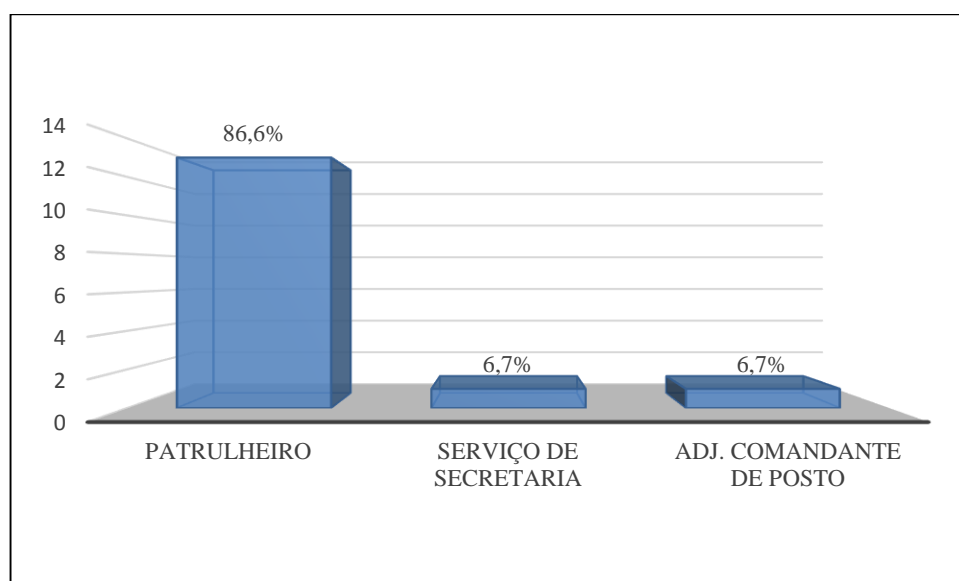


Figura 10 – Serviço desempenhado antes de integrar a SPE.

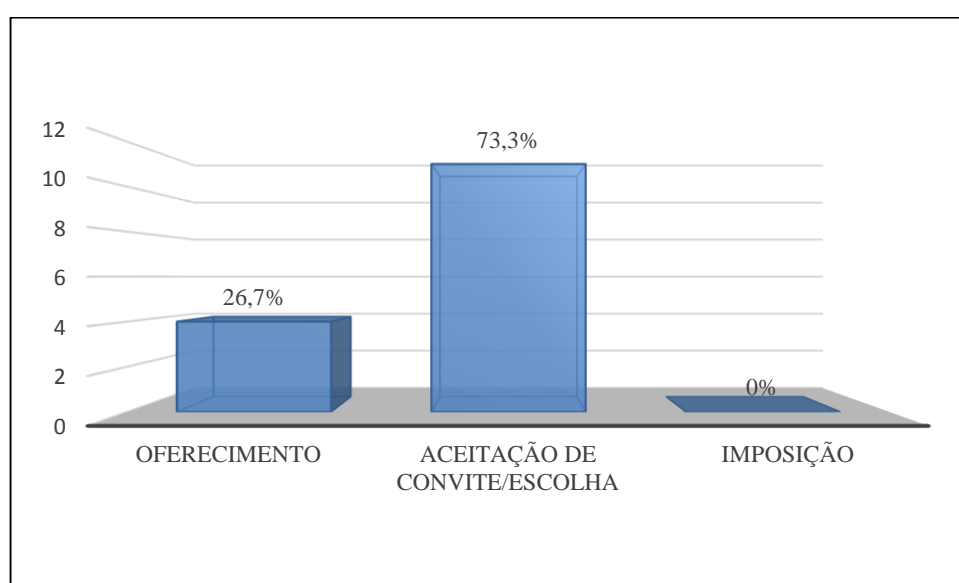


Figura 11 – Como foi colocado na SPE.

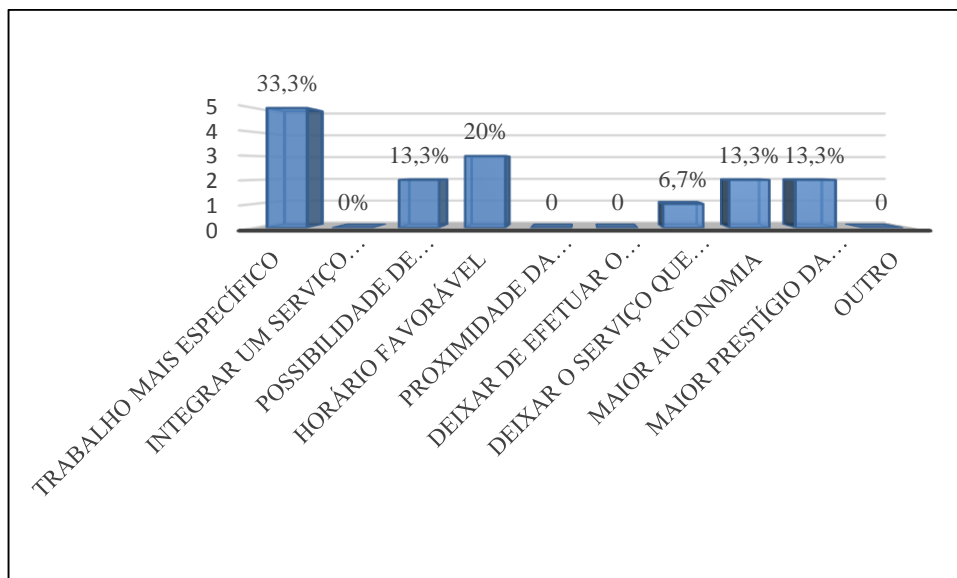


Figura 12 – Motivação que leva a pertencer à SPE.

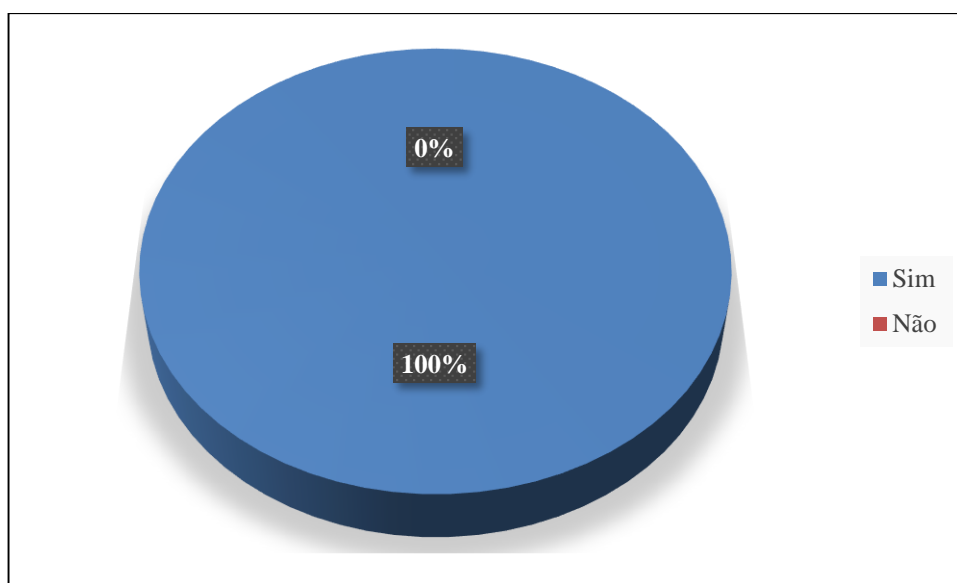


Figura 13 – Sabe o que é o policiamento de proximidade.

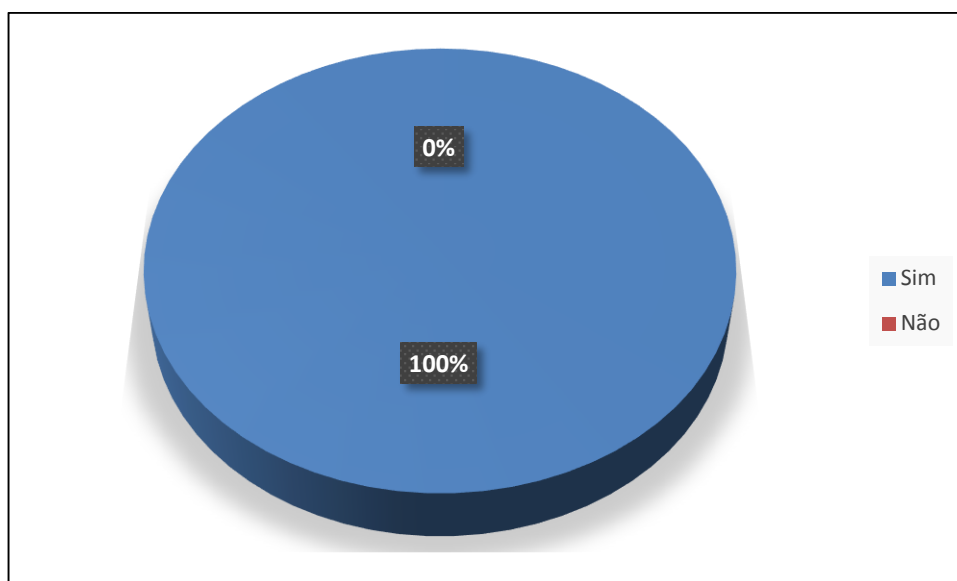


Figura 14 – Pensa que é o modelo mais adequado para o serviço das SPE?

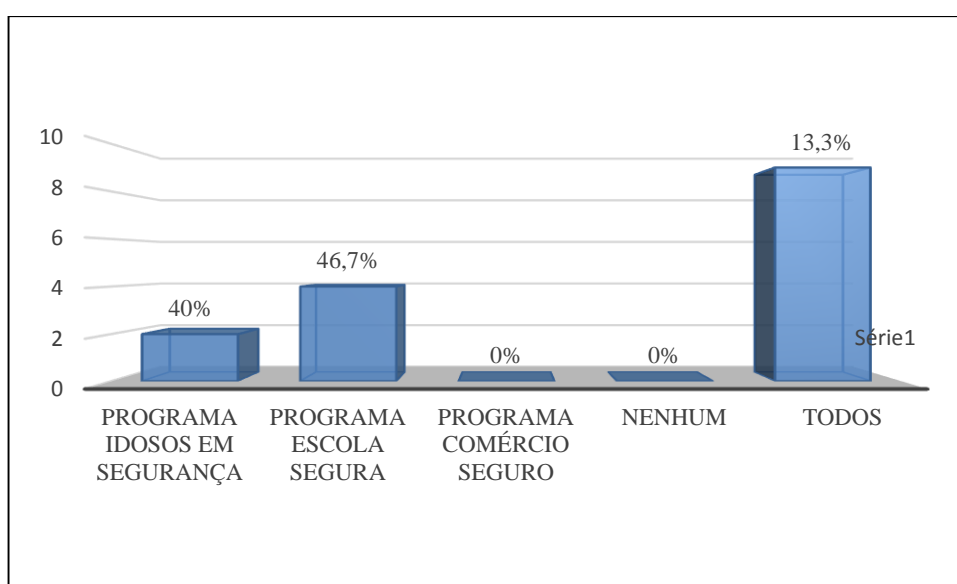


Figura 15 – Programa que mais gosta de executar.

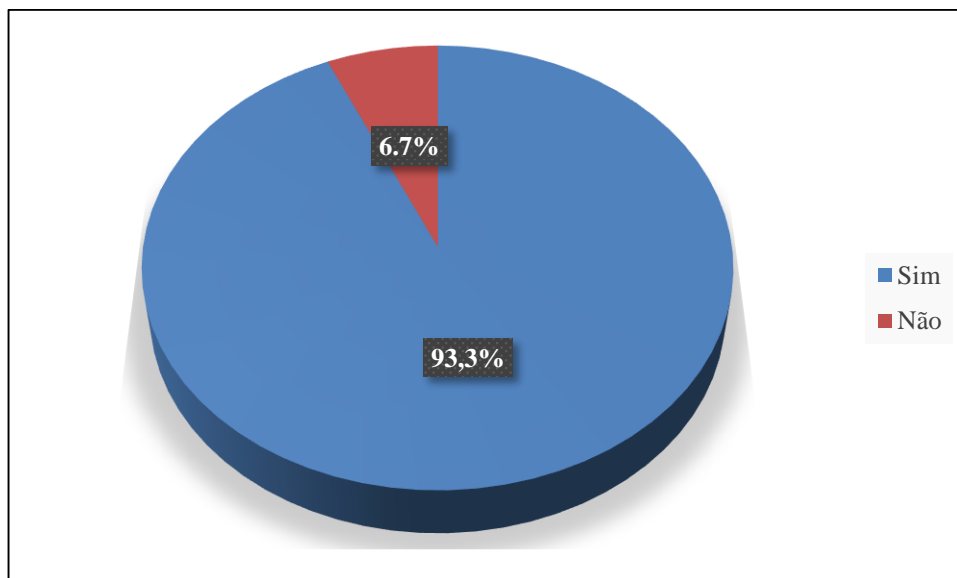


Figura 16 – Formação mais indicada para lidar com estes tipos de problemas.

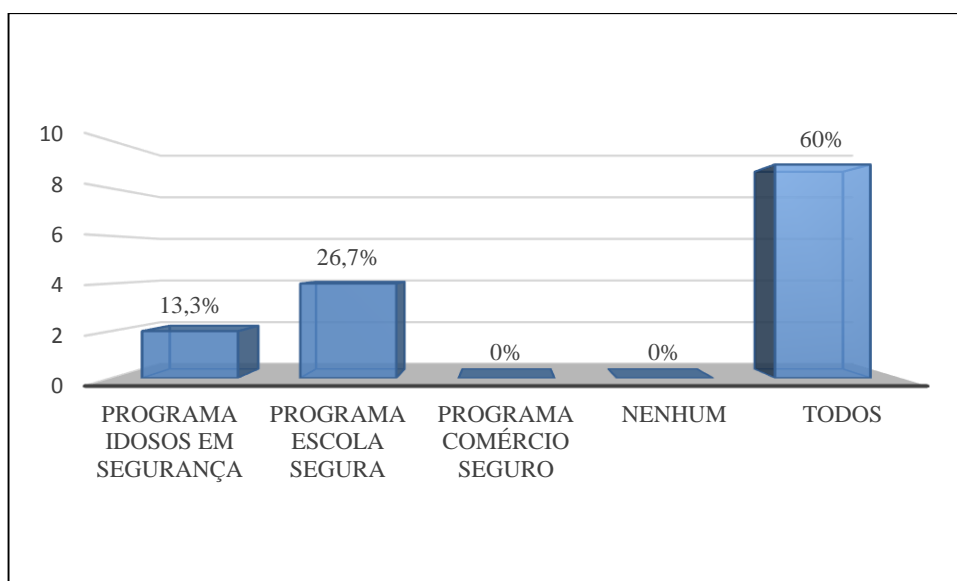


Figura 17 – Programa mais importante na zona de ação de cada Destacamento.

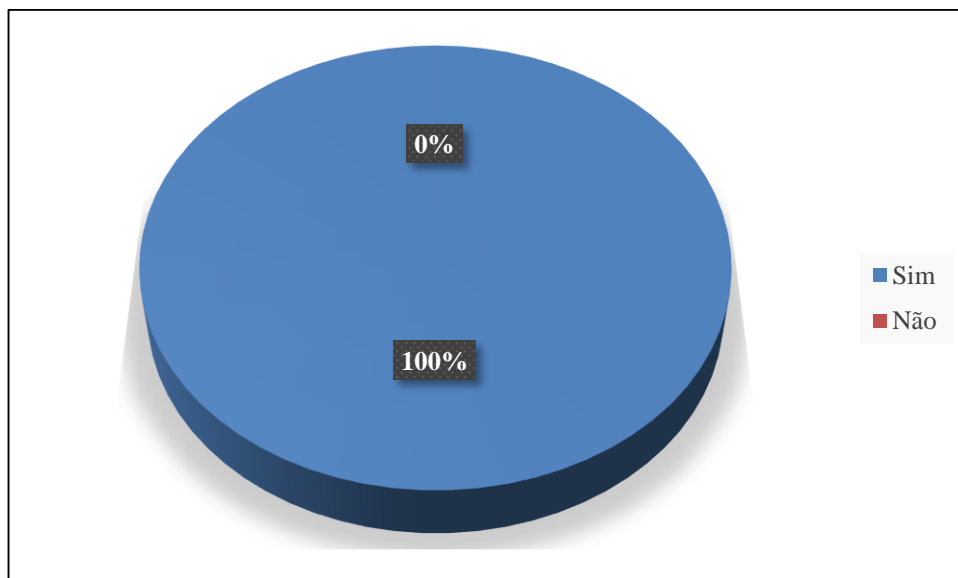


Figura 18 – Trabalho realizado é útil para garantir o sentimento de segurança da população.

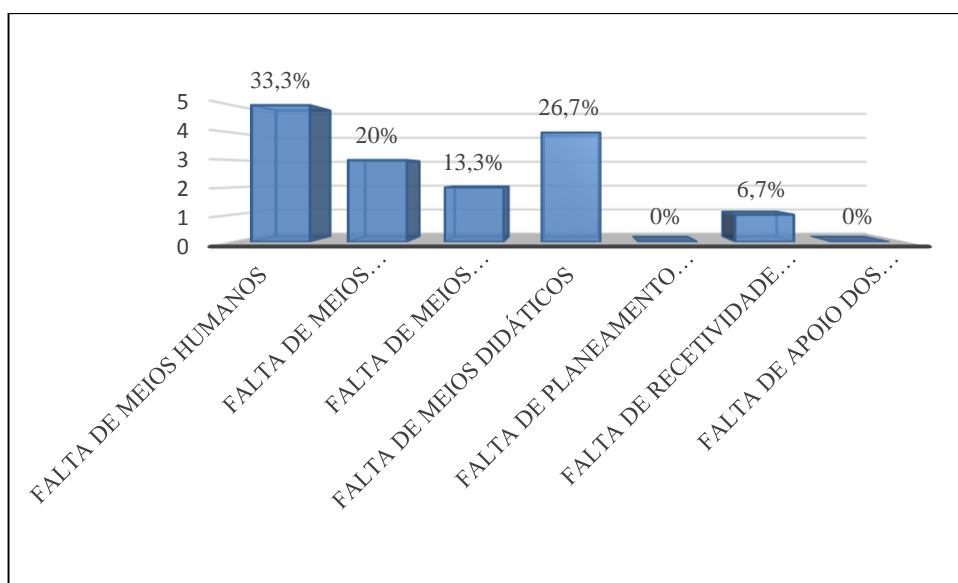


Figura 19 – Principais dificuldades sentidas no desempenho das funções.

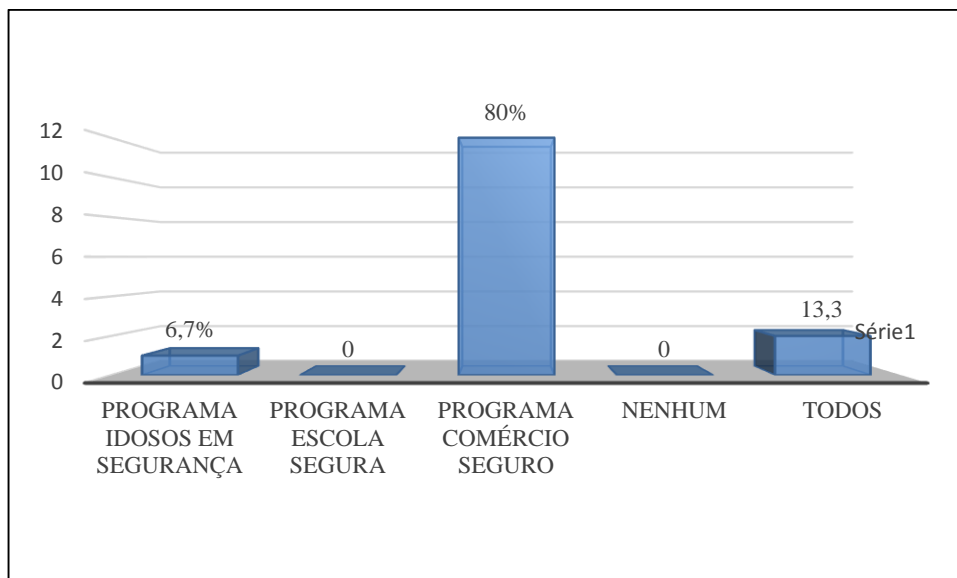


Figura 20 – Programa que apresenta mais debilidades.

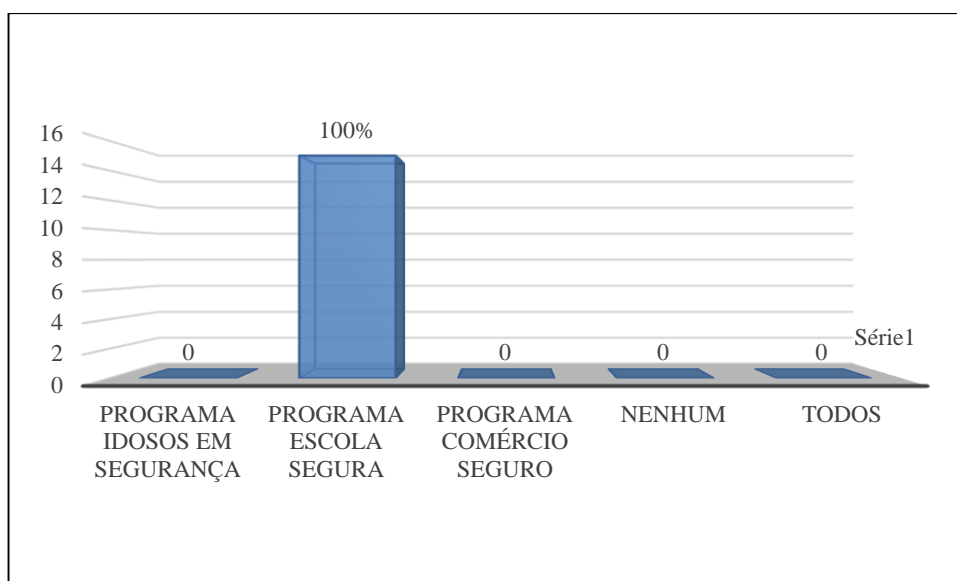


Figura 21 – Programa que apresenta maior adesão

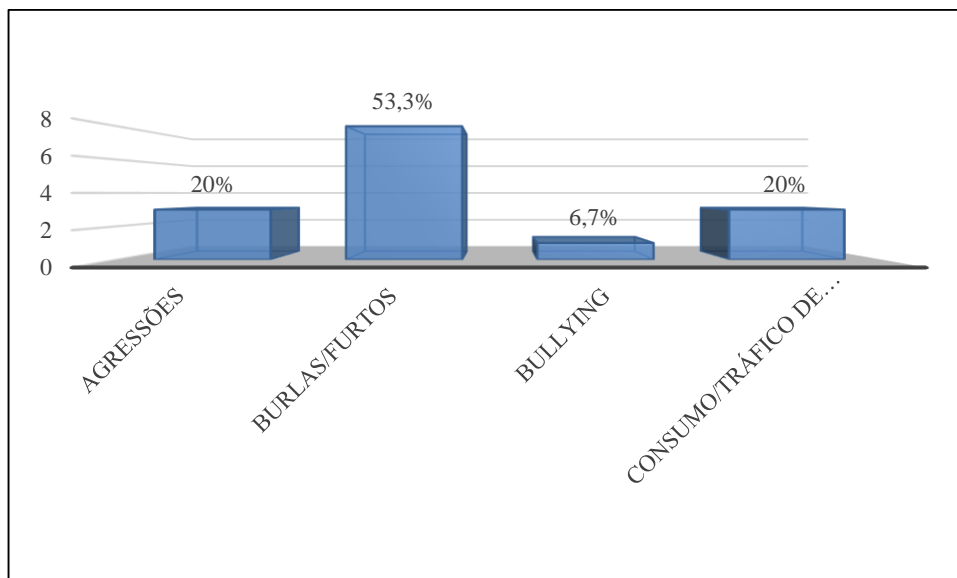


Figura 22 – Tipo de criminalidade que maior influência tem.

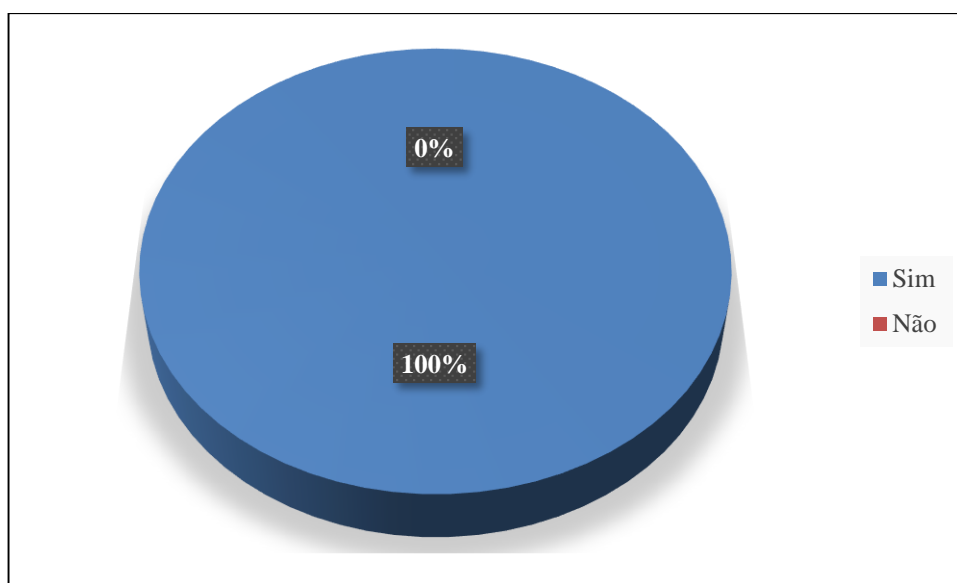


Figura 23 – Conhecimento da população relativamente ao serviço desempenhado pela SPE.

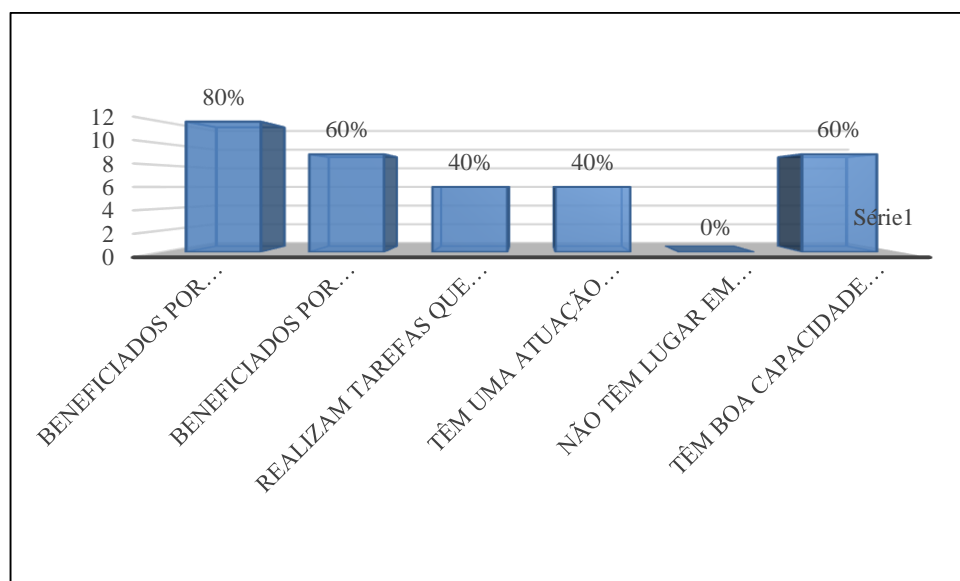


Figura 24 – Opinião sobre os militares da SPE.

Apêndice E

Análise quantitativa dos inquéritos por questionário dirigidos aos militares que não integram as Secções de Programas Especiais

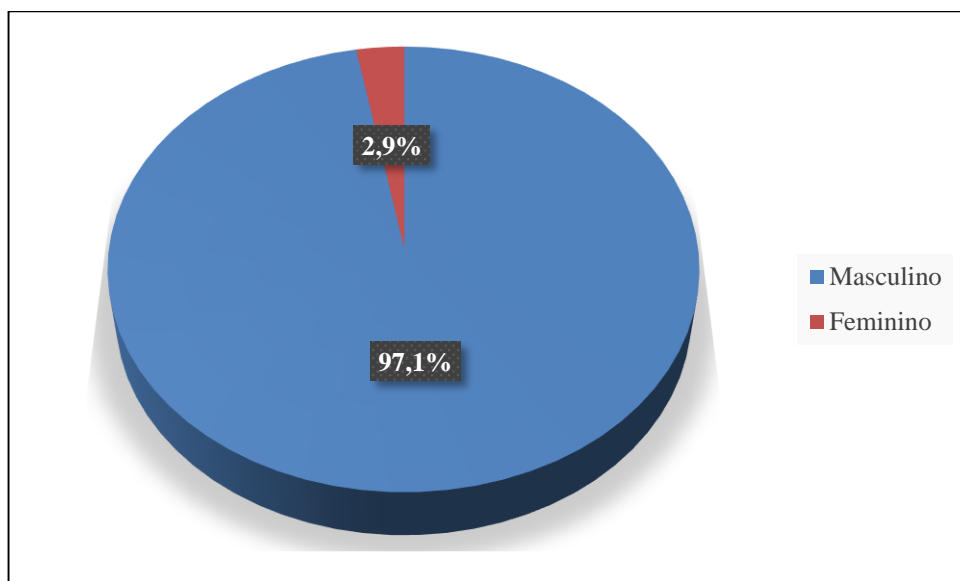


Figura 25 – Género.

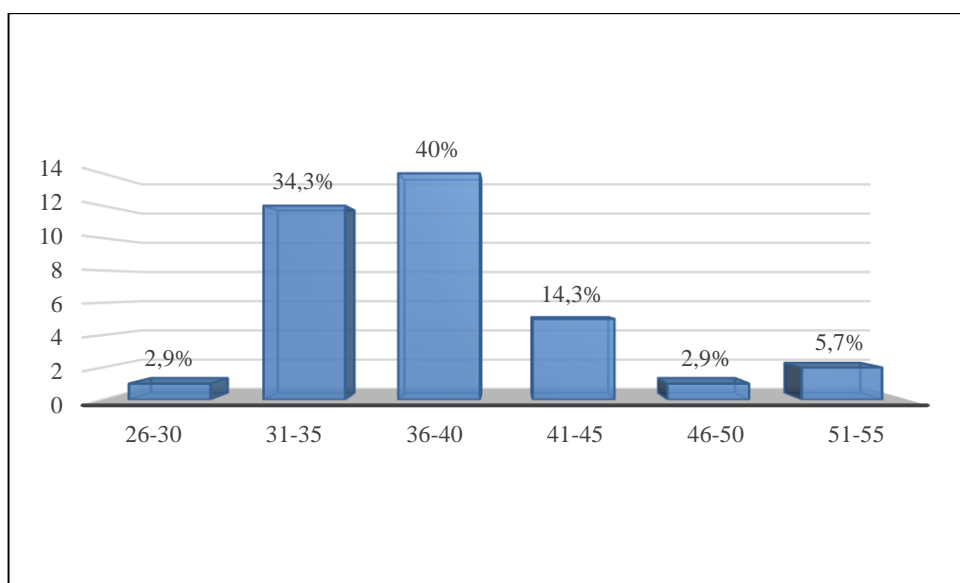


Figura 26 – Idade.

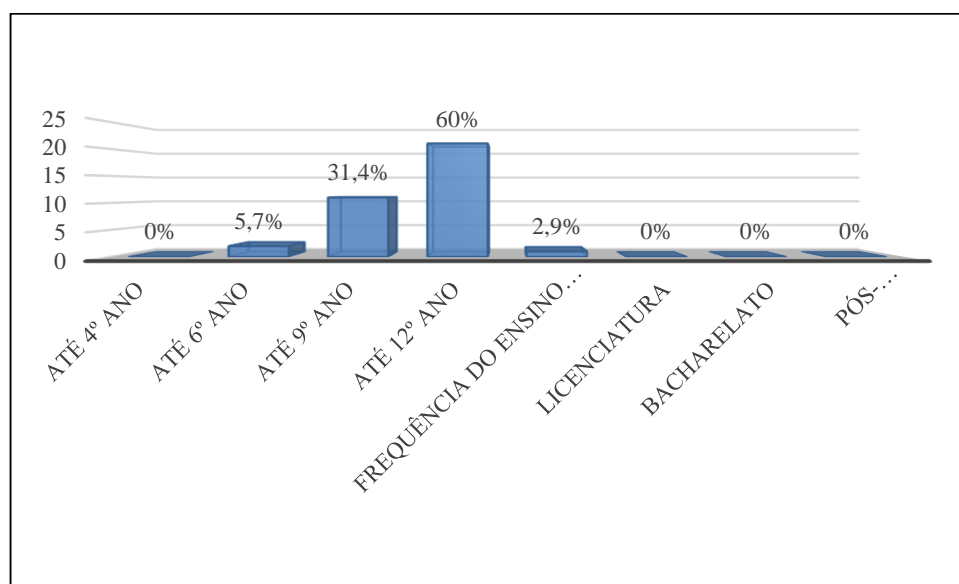


Figura 27 – Habilitações Literárias.

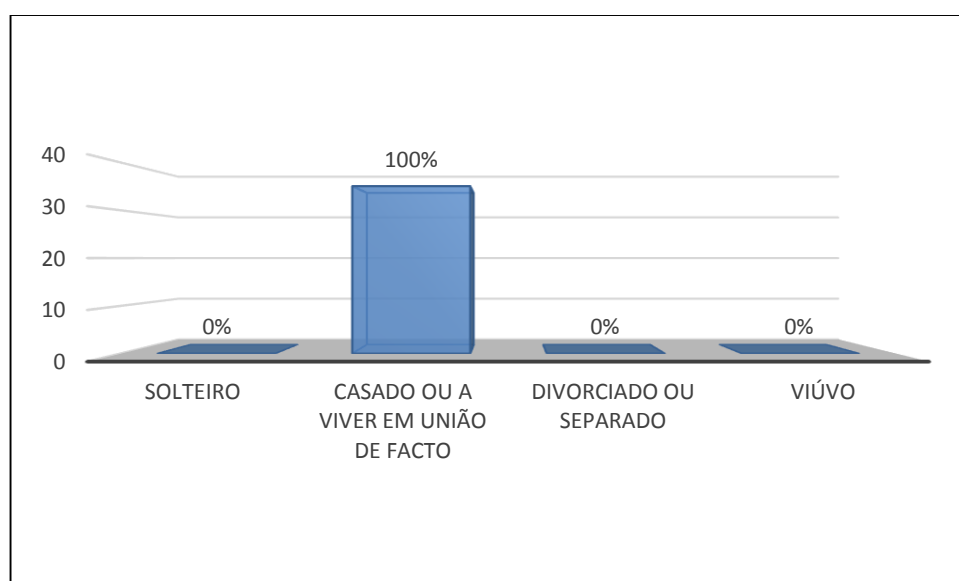


Figura 28 – Estado Civil.

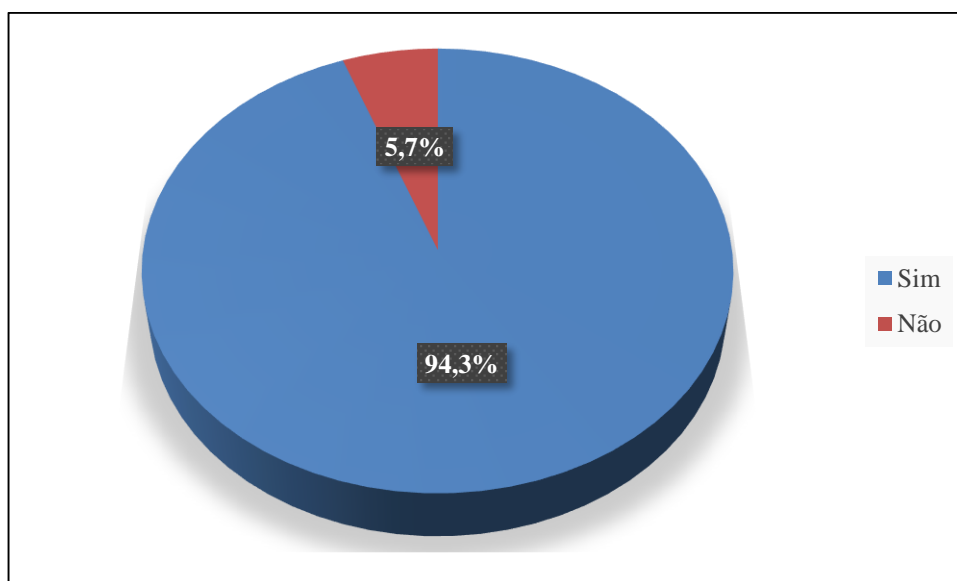


Figura 29 – Tem filhos.

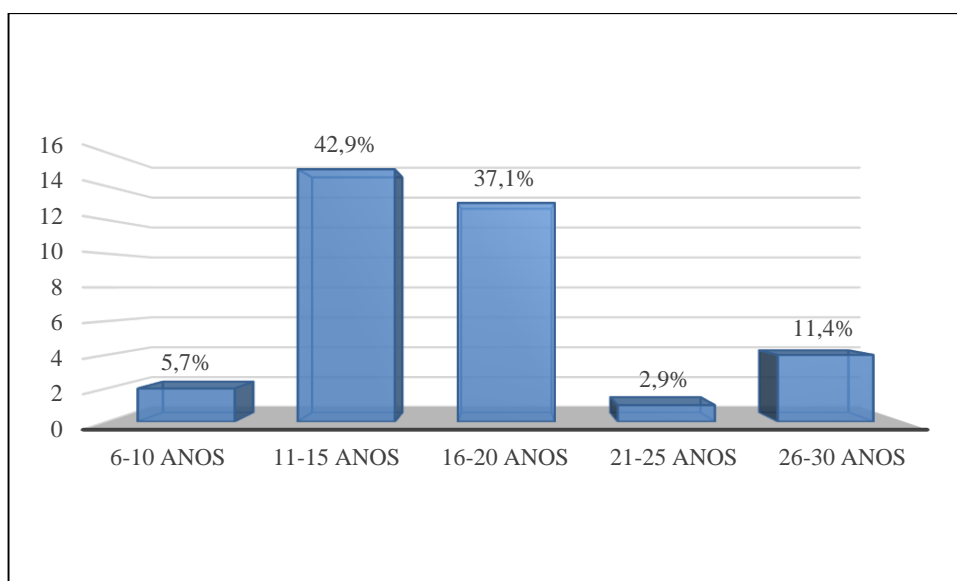


Figura 30 – Tempo de serviço na GNR.

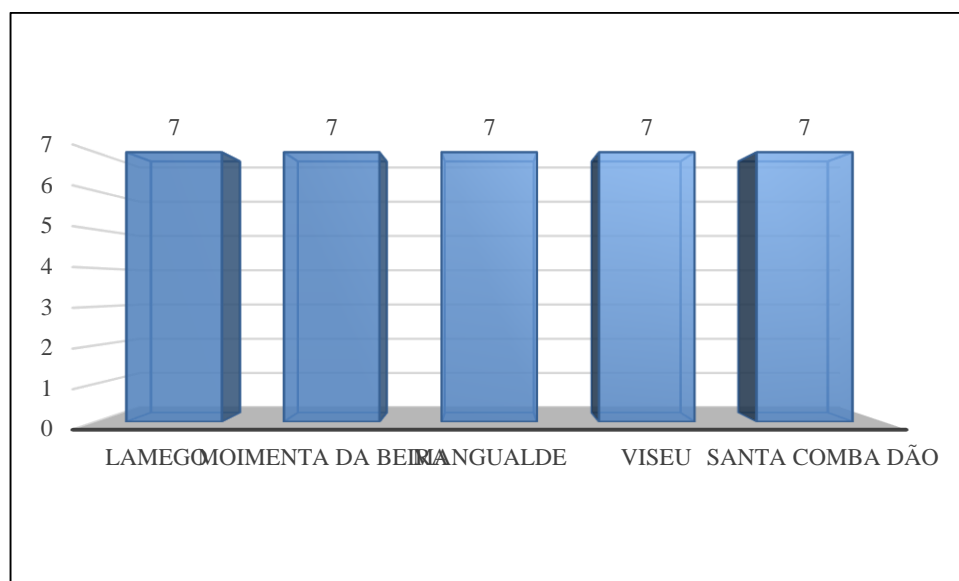


Figura 31 – DTer a que pertence.

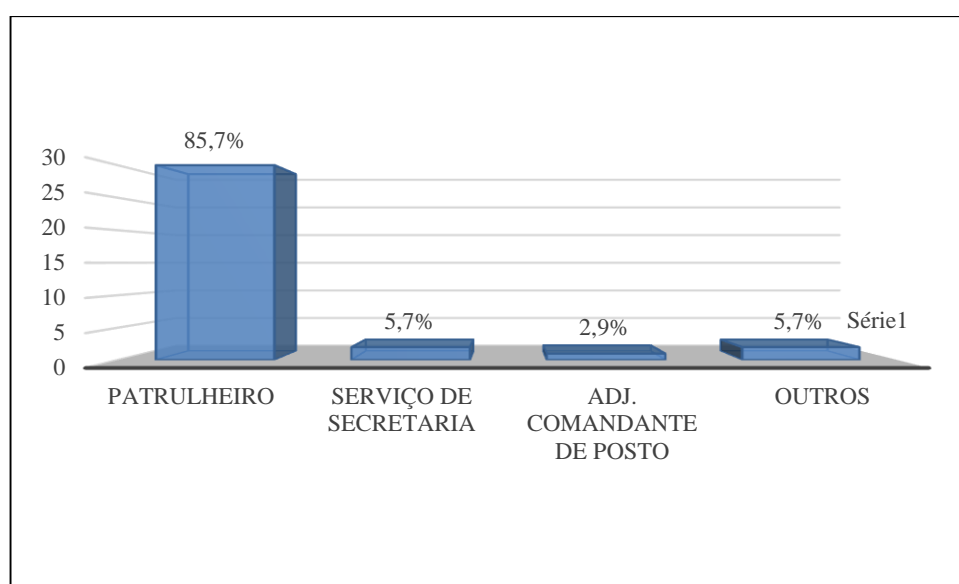


Figura 32 – Atividade desempenha atualmente na GNR.

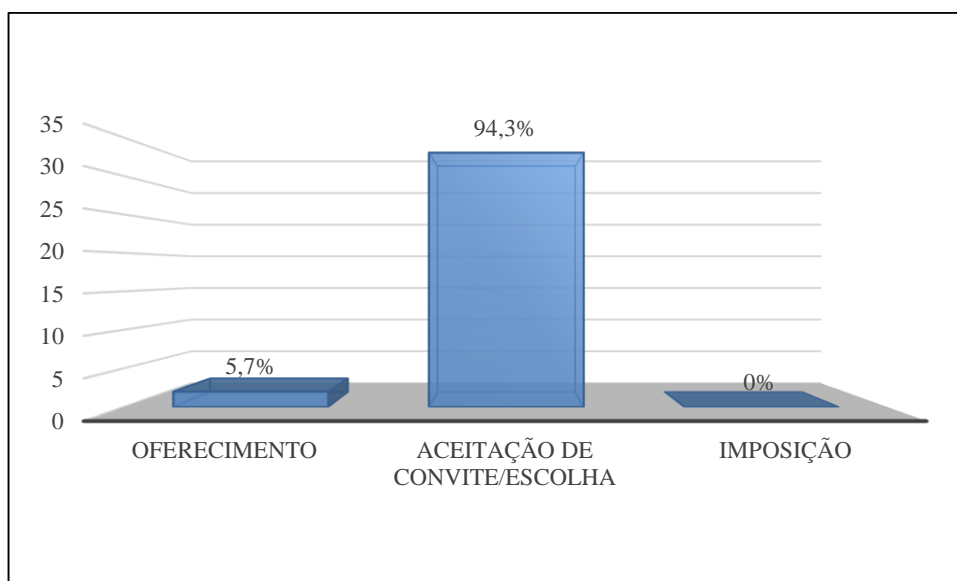


Figura 33 – Forma como são colocados os militares na SPE.

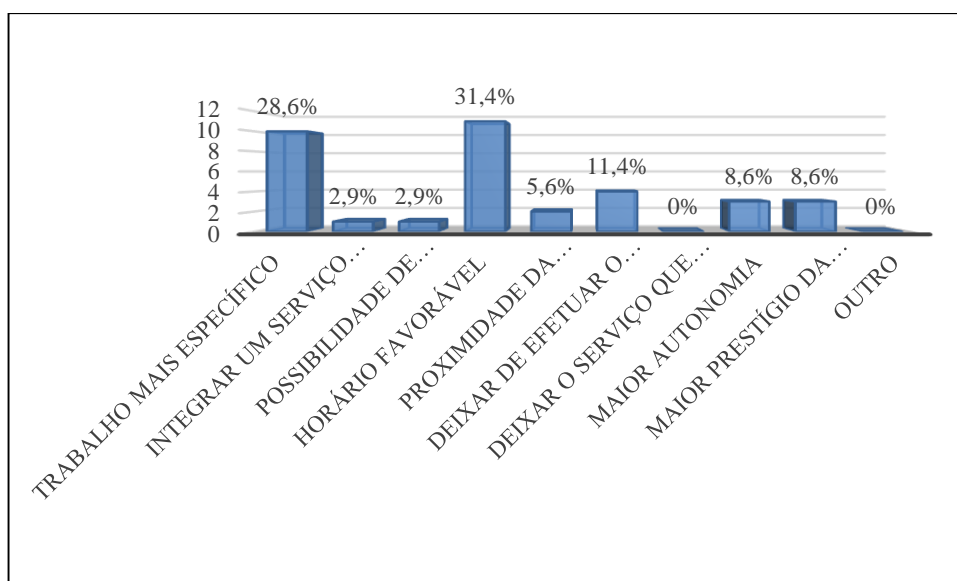


Figura 34 – Motivação que leva os militares a integrar a SPE.

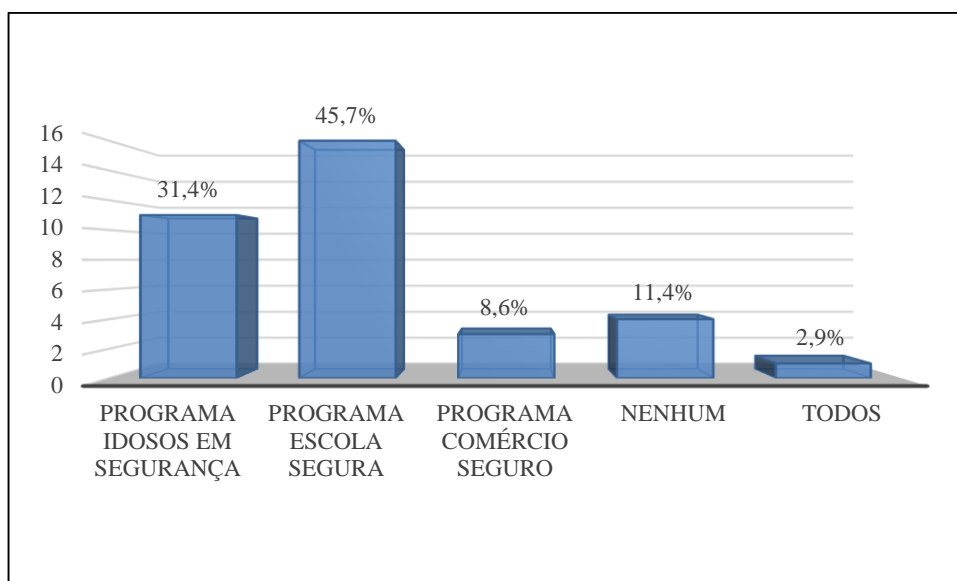


Figura 35 – Programa que mais gostava de executar se pertencesse à SPE.

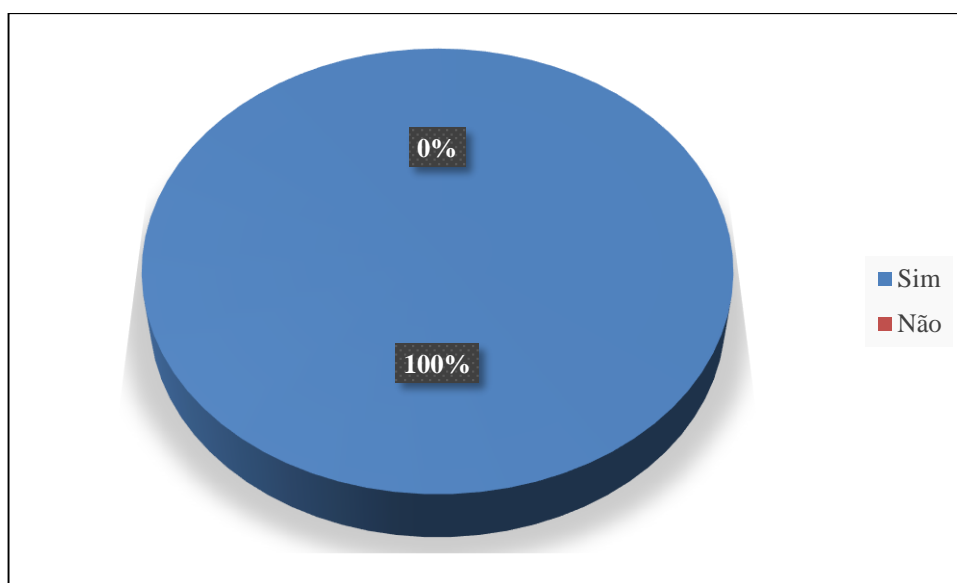


Figura 36 – Sabe o que é policiamento de proximidade.

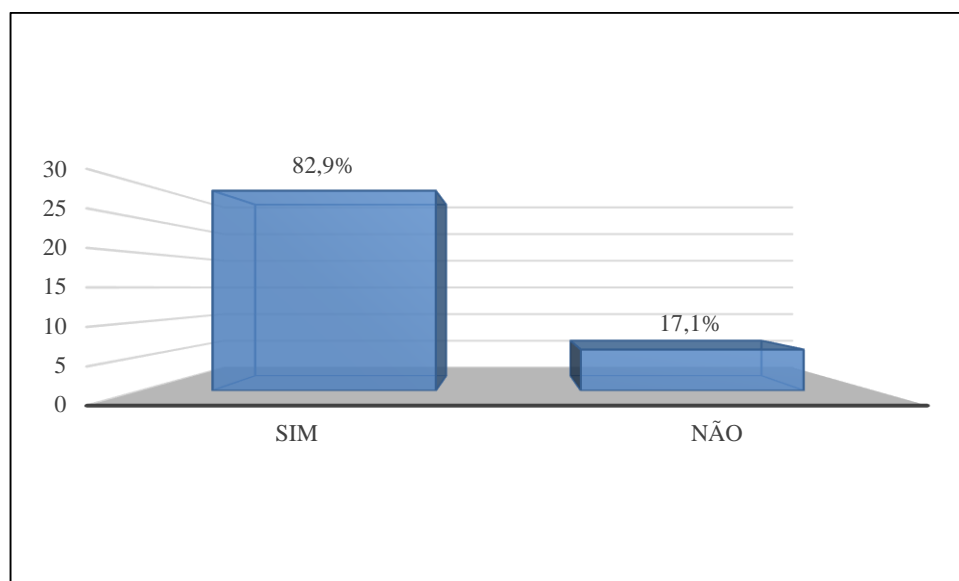


Figura 37 – Modelo mais adequado para o serviço das SPE.

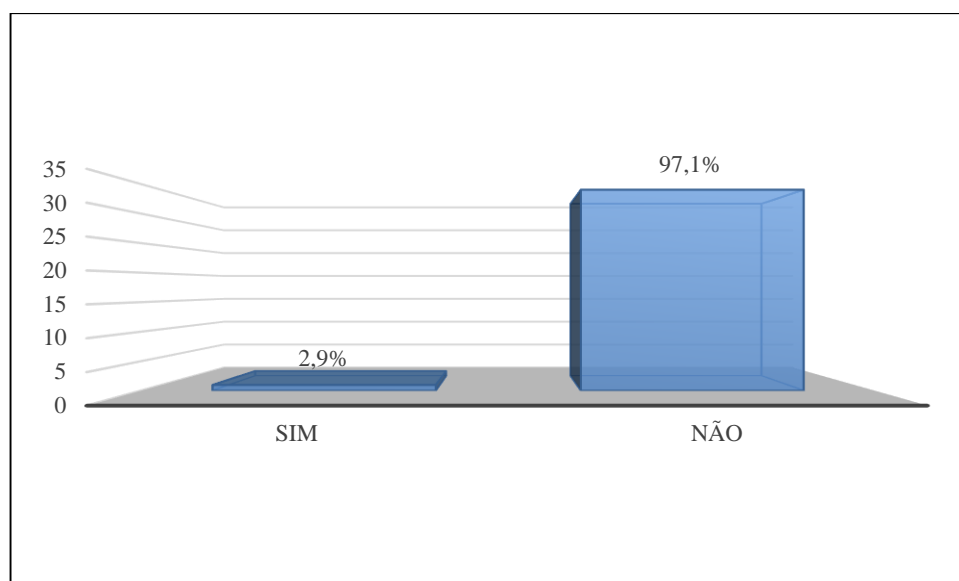


Figura 38 – Já esteve integrado na SPE.

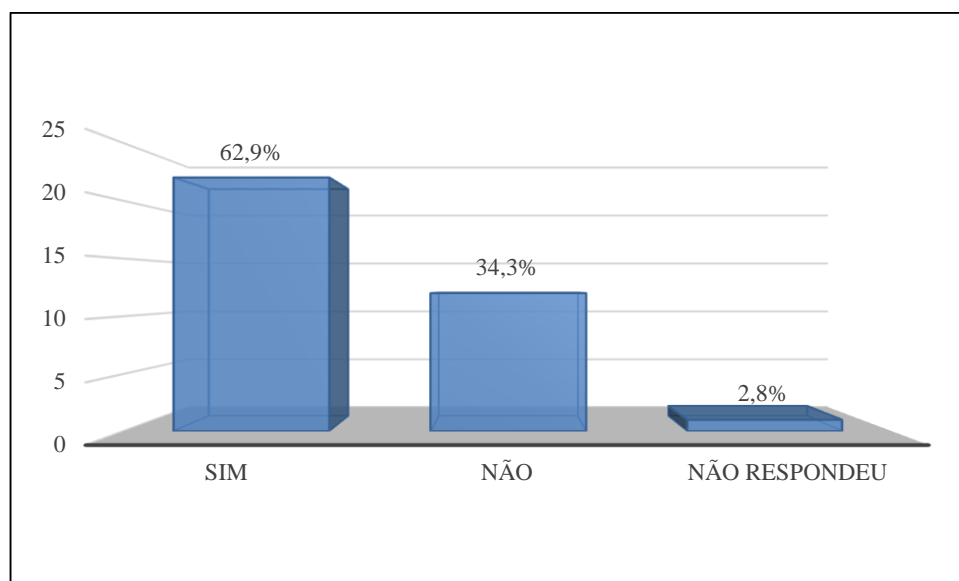


Figura 39 – Se não integrou, gostaria de integrar algum programa no futuro.

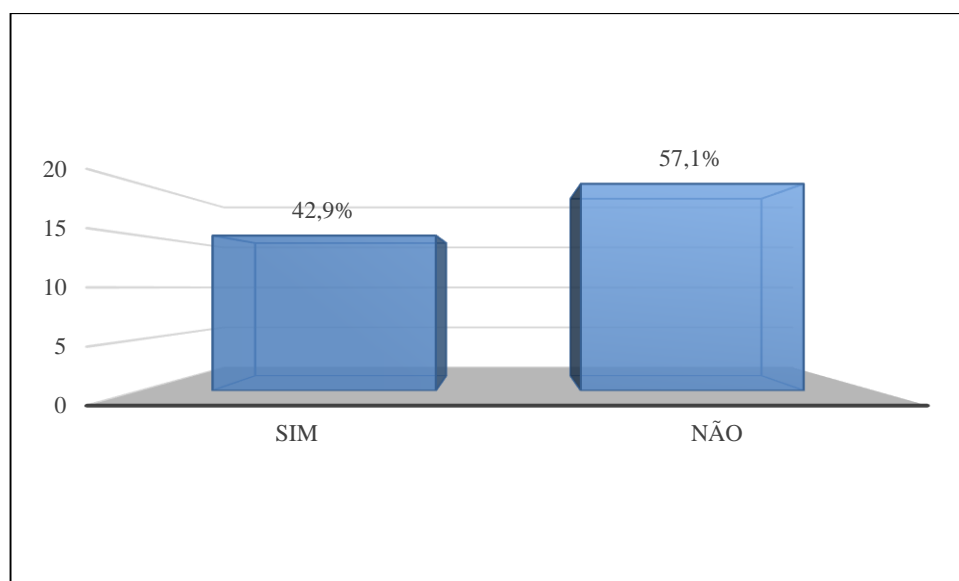


Figura 40 – A formação destes militares é a mais adequada.

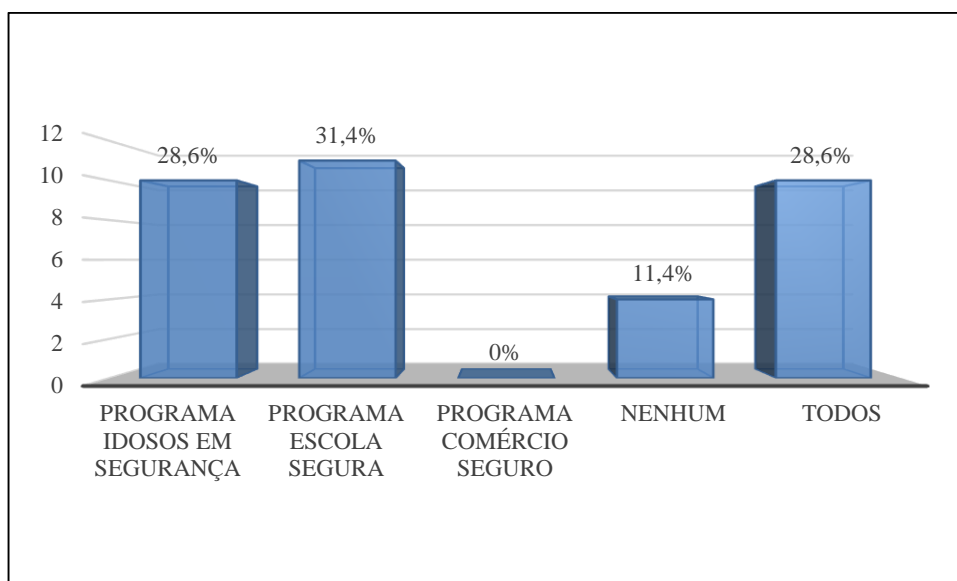


Figura 41 – Programa mais importante na Zona de Ação do Dter.

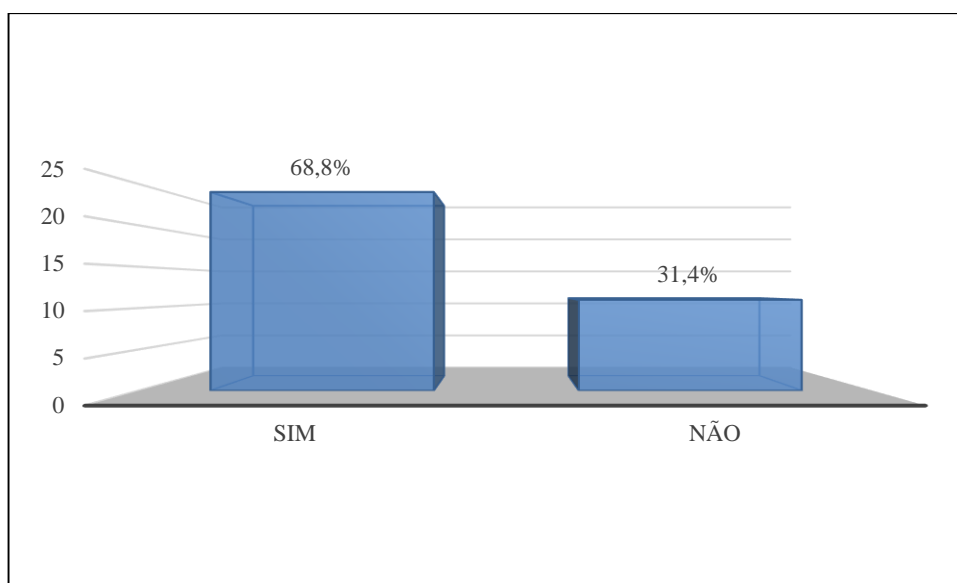


Figura 42 – Trabalho realizado pelos militares das SPE é útil para garantir o sentimento de segurança da população.

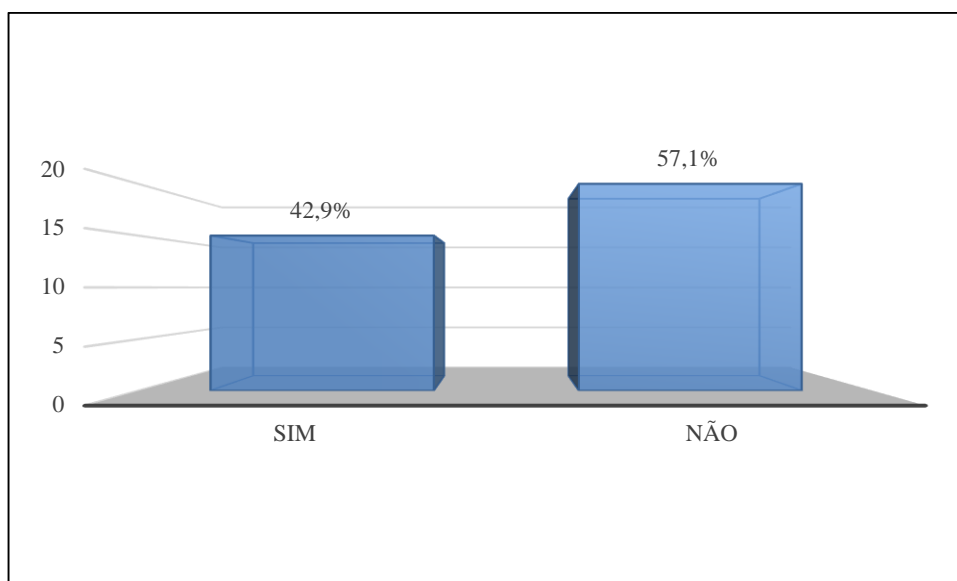


Figura 43 – Conhecimento da população sobre do trabalho realizado pela SPE.

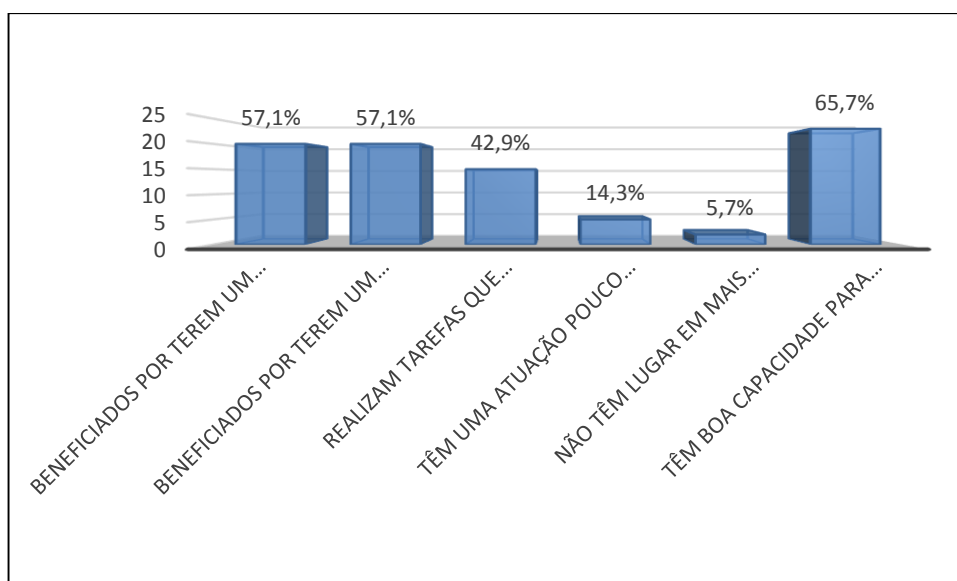
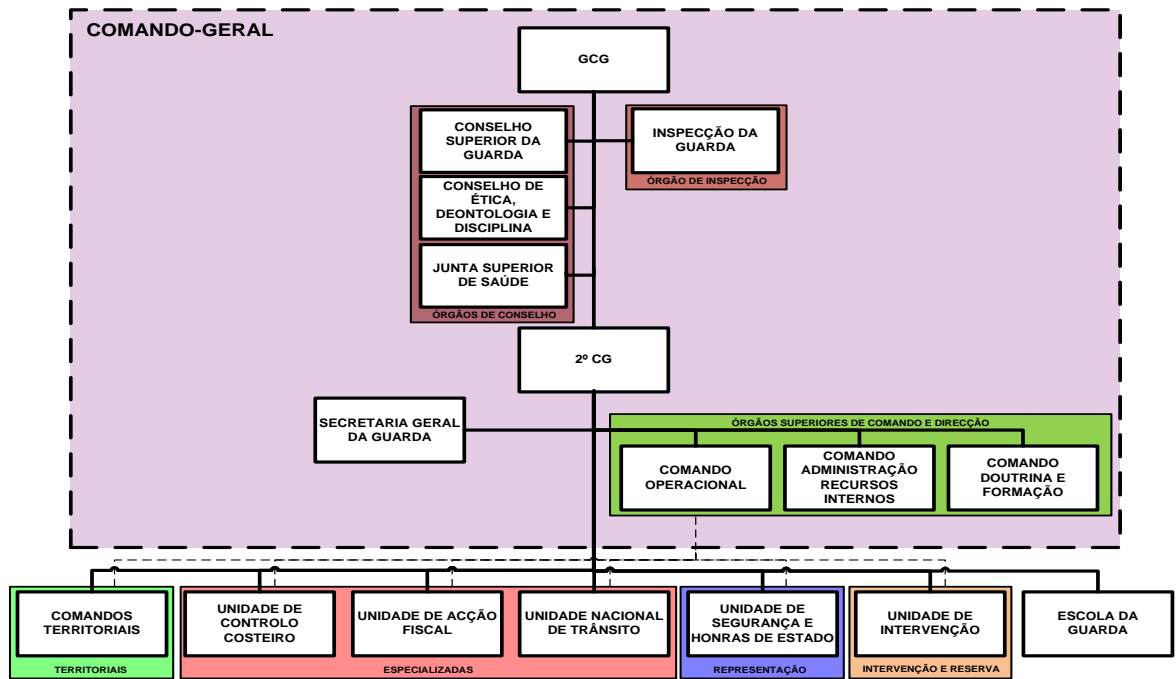


Figura 44 – Como vê os militares que integram as SPE

Anexo A

Estrutura da GNR



----- comando directo, para efeitos operacionais